

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas, reuniu-se de forma presencial o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do **MAGNÍFICO REITOR**, Professor Doutor **ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES**, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Alessandro dos Santos Farias, Amanda dos Santos de Deus, Ana Maria Alves Carneiro da Silva, Ana Maria Frattini Fileti, Anderson de Souza Sant'Ana, André Kaysel Velasco e Cruz, Andreas Karoly Gombert, Andréia Galvão, Ângelo Roberto Biasi, Anna Christina Bentes da Silva, Ariovaldo José da Silva, Arnaldo César da Silva Walter, Augusto César da Silveira, Bárbara Jéssica de Assunção Costa, Beatriz Cardoso Nascimento, Célio Hiratuka, Cesar José Bonjuani Pagan, Cínthia Pereira Machado Tabchoury, Cláudio Francisco Tormena, Cláudio José Servato, Claudio Saddy Rodrigues Coy, Débora Cristina Jeffrey, Dirce Djanira Pacheco E Zan, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Elaine Cristina de Ataíde, Elaine dos Santos José, Eliana da Silva Souza, Erika Chioca Furlan, Esther Luna Colombini, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Francisco da Fonseca Rodrigues, Francisco Hideo Aoki, Gabriela Leme Lamana, Giovanna da Costa Romaro, Higor Campos do Nascimento, Hugo Enrique Hernandez Figueroa, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jörg Kobarg, José Luis Pio Romera, Josely Rimoli, Juliana Freitag Borin, Kethlyn Kethriny da Costa Brito, Laura Rinco Hassen Khaddour, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Luara Souza de Oliveira, Luciane Miranda Guerra, Luiz Seabra Junior, Marcelo de Oliveira Terra Cunha, Márcio Alberto Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Marcos Nogueira Martins, Matheus da Silva Marcheti Martins, Mônica Alonso Cotta, Nelson Filice de Barros, Odilon José Roble, Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho, Paulo José Rocha de Albuquerque, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Rachel Meneguello, Rayan Gabriel Rodrigues da Silva, Reginaldo Alves do Nascimento, Ricardo Miranda Martins, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, Samuel Rocha de Oliveira, Sandro Dias e Verónica Andrea González-López. Como convidados especiais, compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Aline Vieira de Carvalho, Cristina Meneguello, José Alves de Freitas Neto, Maria Silvia Viccari Gatti, Sávio Machado Cavalcante e Zigomar Menezes de Souza; a doutora Raluca Savu; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza, Michele Graziela Gasparelli e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Hernandes Faustino de Carvalho, sendo substituído pelo conselheiro Alessandro dos Santos Faria; Rodolfo Jardim de Azevedo, sendo substituído pelo conselheiro Marcelo de Oliveira Terra Cunha; Silvia Cristina Franco Amaral, sendo substituída pelo conselheiro Nelson Filice de Barros; Simone Appenzeller; Daniel Martins de Souza, sendo substituído pela conselheira Luciane Miranda Guerra; Joana Fróes Bragança Bastos; Noel dos Santos Carvalho, sendo substituído pelo conselheiro Andreas Karoly Gombert; Marisa Masumi Beppu, sendo substituída pela conselheira Cínthia Pereira Machado Tabchoury; Marcelo Alves da Silva Mori;

1 Muriel de Oliveira Gavira; Pedro Víctor de Carvalho Costa, sendo substituído pela conselheira
2 Barbara Jéssica de Assunção Costa; Leandro Aparecido Villas, sendo substituído pela
3 conselheira Esther Luna Colombini; Bruno Gomes Ximenes, sendo substituído pelo conselheiro
4 Reginaldo Alves do Nascimento; e Leandro Horie. Havendo número legal, o MAGNÍFICO
5 REITOR dá início à Centésima Nonagésima Sessão Ordinária do Conselho Universitário da
6 Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma presencial. Fazendo as considerações
7 iniciais, diz que esta Sessão está sendo transmitida pelo YouTube, e ela ocorre em uma sala de
8 142 metros quadrados, com capacidade para 81 pessoas sentadas. O ambiente conta com cinco
9 fileiras de mesas contínuas para os conselheiros e uma mesa para a presidência, que fica de
10 frente para as outras cinco. Sobre todas as mesas há *laptops* e microfones para que os membros
11 possam acessar as pautas e fazer uso da palavra sem precisar se deslocar. Na qualidade de
12 Reitor, preside a Sessão; é um homem branco, de cabelos grisalhos, 1,85 metro de altura, cerca
13 de 80 quilos, e está trajando uma camisa verde e um *blazer* escuro. Informa que, a partir desta
14 reunião, contarão com tradução em Libras (Língua Brasileira de Sinais) nas Sessões do Consu,
15 CAD e Cepe, garantindo maior acessibilidade e inclusão. Solicita aos membros titulares que
16 façam o *login* no *site* da Secretaria Geral e acessem o menu Consu - Sessões para que suas
17 presenças sejam registradas e para que recebam as cédulas de votação. Quando estiverem
18 logados, todos os documentos ficarão acessíveis. Lembra que é imprescindível que os
19 conselheiros utilizem os computadores da sala e que não fechem a página da SG (menu
20 Sessões). Caso a cédula de votação não apareça para algum conselheiro, este deverá aguardar a
21 finalização da votação em curso e, em seguida, pedir a palavra para declarar seu voto no
22 microfone. Para manifestação, os conselheiros deverão levantar a mão e respeitar o limite
23 temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e de três minutos para o Expediente. A
24 inscrição para o Expediente deve ser realizada por meio do livro de inscrições que se encontra
25 sobre a mesa lateral à sua direita. Dá as boas-vindas à nova representação dos servidores
26 técnico-administrativos e dos servidores da Carreira de Pesquisador, eleita para o mandato de
27 21.12.24 a 20.12.26; à nova representação discente da graduação e pós-graduação, eleita para
28 o mandato de 01.01.25 a 31.12.25; à conselheira Sara Teresinha Olalla Saad, que em virtude da
29 renovação anual da suplência da Superintendência do HC, conforme art. 1º, § 4º, item 3 do
30 Regimento Interno do Consu, passa a integrar o Conselho, a partir de 01.01.25; às senhoras
31 Eliana da Silva Souza e Maria Camila Abramides Prada, respectivamente titular e suplente, que
32 foram reconduzidas pela Prefeitura Municipal de Campinas como membros da comunidade
33 externa, cujos mandatos são de 01.01.25 a 31.12.26; aos senhores Eduardo Gurgel do Amaral
34 e José Henrique Toledo Corrêa, respectivamente titular e suplente, que foram reconduzidos pela
35 Federação das Indústrias do Estado de São Paulo como membros da comunidade externa, cujos
36 mandatos são de 03.02.25 a 02.02.27. Informa que o conselheiro Noel dos Santos Carvalho
37 passa à titularidade da representação docente da bancada geral em substituição ao professor
38 Wagner de Melo Romão, afastado para assumir a função de vereador da cidade de Campinas.
39 Informa também que estão disponíveis no *site* da SG os pareceres CLN referentes aos itens 01,
40 02, 03, 04, 05, 06 e 07 da Ordem do Dia e ao item 01 do Adendo à Ordem do Dia. Informa

ainda que está disponível documento complementar referente ao item 23 da Ordem do Dia. Observa que no item 19, onde consta Prof. Dr. Claudio Francisco Tormena – FEQ, constar Prof. Dr. Claudio Francisco Tormena – IQ. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Centésima Octogésima Nona Sessão Ordinária e sua continuação, realizada em 26 de novembro de 2024 e 03 de dezembro de 2024, consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 05 abstenções. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Segunda Sessão Extraordinária de 2024, realizada em 10 de dezembro de 2024, consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 08 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 27 itens, e ao Adendo à Ordem do Dia, com 01 item, informando que os itens 01 – Proc. nº 01-P-13453/2006 –, 02 – Proc. nº 01-P-13453/2006 –, 03 – Proc. nº 01-P-7528/2010 –, 04 – Proc. nº 01-P-7528/2010 – e 16 – Proc. nº 01-D-49851/2023 – já estão destacados pela Mesa. Consulta se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO destaca os itens 06 – Proc. nº 01-P-15780/2024 –, 11 – Proc. nº 01-P-9841/2025 –, 12 – Proc. nº 01-P-9788/2025 –, 13 – Proc. nº 01-P-9782/2025 – e 14 – Proc. nº 01-P-9786/2025. O Conselheiro JÖRG KOBARG destaca o item 24 – Proc. nº 01-P-23571/2021. O Conselheiro HUGO ENRIQUE HERNANDEZ FIGUEROA destaca o item 23 – Proc. nº 01-P-47166/2022. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI destaca os itens 12 (já destacado) e 07 – Proc. nº 01-P-6645/2025. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA também destaca o item 07. A Conselheira KETHLYN KETHRINY DA COSTA BRITO destaca o item 15 – Proc. nº 01-P-17340/2024. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO também destaca o item 15. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR destaca o item 05 – Proc. nº 01-P-42640/2024. A Conselheira GIOVANNA DA COSTA ROMARO destaca o item 07 (já destacado). Não havendo mais destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados, com 01 abstenção, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: F – Comissão Central de Recursos Humanos – CCRH – Minuta de Deliberação – 08) Proc. nº 01-P-38483/2024 – Proposta de Deliberação que altera a Deliberação Consu-A-24/2013, que institui a Comissão Central de Recursos Humanos – CCRH – Parecer PG-364/25, Informação PRDU/CCRH-01/25 e Parecer CLN-11/25. G – Áreas de Prestação de Serviços da Universidade – Minuta de Deliberação – 09) Proc. nº 01-P-16346/2017 – Proposta de Deliberação que revoga a Deliberação Consu-A56/2020, que dispõe sobre a abertura, encerramento e prestação de contas de áreas de prestação de serviços da Universidade – Parecer PG-464/25, Ofício ProEEC-02/25 e Parecer CLN-12/25. H – Perfil Acadêmico – Minuta de Deliberação – Artigo 6º da Deliberação Consu-A-27/2014 – 10) Proc. nº 06-P-17509/2011 – FOP – Proposta de alteração da Deliberação Consu Deliberação – Consu-A-10/2022, que dispõe sobre perfis dos professores da Carreira do Magistério Superior para mobilidade funcional por promoção por mérito aos níveis de Professor Doutor II (MS-3.2), Professor Associado II (MS-5.2) e Professor Associado III (MS5.3), para inscrição em concursos para obtenção de título de Livre-Docência (MS-5.1), e para provimento de cargo de Professor Titular (MS-6) da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Aprovação pela

1 Congregação em 11.09.24 – Parecer CIDD-62/25. K – Orçamento – b) Demonstrações
2 Contábeis Anuais – 17) Proc. nº 01-P-7386/2025 – Demonstrações Contábeis – Exercício 2024
3 – Informação Aeplan nº 352/25, Pareceres COP-Consu-03/25 e CAD-03/25. c) Plano Plurianual
4 de Investimento – 18) Proc. nº 01-D-12349/2022 – Atualização do Plano Plurianual de
5 Investimentos – PPI – Informação Aeplan nº 343/25, Pareceres COP-Consu-02/25 e CAD-
6 04/25. L – Composição do Conselho Universitário – a) Eleições da Representação Docente –
7 Fixação de Calendário e Composição da Comissão – Deliberação Consu-A-23/2018 – 19) Proc.
8 nº 01-P-4798/2025 – Composição da Comissão e fixação de calendário para a eleição da
9 Representação Docente junto ao Conselho Universitário, para cumprimento de mandato de 02
10 anos, a partir de 20.06.25 – Ofício SG-DIR-03/25 e Despacho do Reitor-170/25. 1) Composição
11 da Comissão: 02 Diretores: Prof. Dr. Prof. Dr. Claudio Francisco Tormena – IQ e Prof. Dr.
12 Ricardo Miranda Martins – Imecc e 01 membro da Secretaria Geral: Sra. Ângela de Noronha
13 Bignami. 2) Fixação de calendário para a eleição: Proposta de Calendário: Inscrições: de 14 a
14 25.04.25. Cancelamento das inscrições: 28 e 29.04.25. Eleições: 27 e 28.05.25 e Interposição
15 de recursos: 29 e 30.05.25. b) Eleições das Representações Discentes da Graduação e Pós-
16 Graduação junto ao Consu, CCE, CCG e CCPG – Fixação de Calendário – Deliberações Consu-
17 A-13/2017 e Consu-A-14/2017 – 20) Proc. nºs 01-P-4800/2025 e 01-P-4802/2025 – Fixação de
18 calendário para as eleições da Representação Discente da Graduação junto ao Consu, CCG e
19 CCE; e da Pós-Graduação junto ao Consu, CCPG e CCE, para cumprimento de mandatos de
20 01 ano, a partir de 01.01.26 – Of. SG-DIR-04/25 e Despacho GR-176/25. Proposta de
21 Calendário: Inscrições: 02 a 16.09.25. Cancelamento das inscrições: 17 e 18.09.25. Eleições:
22 21, 22 e 23.10.25 e Interposição de recursos: 24, 29 e 30.10.25. M – Recursos ao Consu – a)
23 Concurso Público para Provimento de Cargo de Professor Doutor – Deliberação Consu-A-
24 30/2013 – 21) Proc. nº 29-P-2806/2024 – Recurso de nulidade interposto por Alfeu Joãozinho
25 Sguarezi Filho contra o resultado do concurso público para provimento de cargo de Professor
26 Doutor – nível MS-3.1 – RTP – área de Energia Elétrica – junto à Faculdade de Engenharia
27 Elétrica e de Computação – Parecer PG-2992/24. 22) Proc. nº 07-P-51327/2023 – Recurso
28 interposto por Taila dos Santos Alves alegando que não foram atendidos os requisitos de
29 impessoalidade durante a aplicação da prova escrita do concurso público para o provimento de
30 cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, na área de Microbiologia, com ênfase em
31 Bacteriologia, na disciplina BM720, junto ao Departamento de Genética, Evolução,
32 Microbiologia e Imunologia do Instituto de Biologia – Parecer PG-3366/24. N – Pós-Graduação
33 – Artigo 83, inciso II do § 1º da Deliberação Consu-A-10/2015 – 25) Proc. nº 21-P-11211/2015,
34 do Instituto de Estudos da Linguagem – Proposta de criação do curso stricto sensu de Doutorado
35 Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural –
36 Homologação pela Congregação em 17.10.24 – Deliberação CCPG-109/24 e Parecer Cepe-
37 13/24. O – Propostas de Logotipo – Artigo 4º da Portaria GR-34/95 – 26) Proc. nº 01-P-
38 9653/2025 – Proposta de novo logotipo do Escritório de Dados e Apoio à Transformação -
39 EDAT – Ofício CGU-53/25 e Parecer PG-665/25. 27) Proc. nº 37-P-40091/2024 – Proposta de
40 novo logotipo da Faculdade de Tecnologia – Aprovação pela Congregação em 07.11.24 –

1 Informação FT/DIR37/24 e Parecer PG-202/25. Adendo à Ordem do Dia – A – Medalha
2 “Zeferino Vaz” – Minuta de Deliberação – 01) Proc. nº 01-P-11639/2025 – Proposta de
3 Deliberação Consu que institui a Medalha “Zeferino Vaz” – Parecer PG-794/25 e Despacho
4 GR-212/25. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 01 – Proc. nº 01-P-13453/2006 –, que trata
5 de proposta de Deliberação Consu que altera artigos dos Estatutos e do Regimento Geral da
6 Unicamp referentes ao concurso público para provimento do cargo de Professor Titular da
7 Carreira do Magistério Superior. a) Estatutos: Alteração: art. 98, incisos II e IV. b) Regimento
8 Geral: Alteração: incisos II e IV do § 1º do art. 165. O Conselheiro RICARDO MIRANDA
9 MARTINS sugere que sejam feitas discussões em conjunto dos itens 01 e 02 e depois do 03 e
10 04, pela semelhança dos temas, o que é acatado pelo senhor Reitor e pelo plenário. Portanto,
11 além do item 01, será discutido o item 02 – Proc. nº 01-P-13453/2006 –, que trata de proposta
12 de Deliberação que altera a Deliberação Consu-A-09/2015, que estabelece as normas a serem
13 observadas nos concursos para provimento de cargo de Professor Titular.: A Doutora ÂNGELA
14 DE NORONHA BIGNAMI diz que os itens 01 e 02 se referem a alterações na regra que cuida
15 do concurso para professor titular da Unicamp, atendendo a várias propostas, inclusive a uma
16 proposta encaminhada pelo professor Arnaldo Walter, da FEM. O inciso IV do artigo 4º da
17 Deliberação Consu-A-009/2015, que cuida do concurso para o provimento do cargo de
18 professor titular, menciona a inscrição do especialista. Essa inscrição do especialista vai para a
19 Cepe para que seja montada uma comissão, e na sequência, na outra reunião da Cepe, para
20 aprovar ou não essa inscrição como especialista, o que acarreta uma demora bastante grande
21 nos concursos para titular. A proposta é deixar essa inscrição do especialista sob análise da
22 própria congregação. Além disso, uma das quatro hipóteses de inscrição era de um professor de
23 fora da Universidade, portador do título de livre-docência, mas se exigia que esse título fosse
24 reconhecido pela Unicamp. Ocorre que a Unicamp não tem procedimento para reconhecer título
25 de livre-docente externo, somente para reconhecer esse título obtido fora da Unicamp de
26 docentes da própria Universidade. Portanto, estão retirando essa exigência. Há também uma
27 alteração apenas para deixar claro que a inscrição é *on-line*. Então, são essas as principais
28 alterações que incidem, tanto no Regimento e nos Estatutos da Universidade quanto na
29 Deliberação Consu-009/2015. No item 01 da pauta constam as alterações no Regimento e nos
30 Estatutos, que exigem votação qualificada, 54 votos para ser aprovada. O item 02 da pauta é a
31 alteração da Deliberação Consu-A-09/2015, a votação é normal, mas as alterações refletem nas
32 duas normas. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER diz que fez algumas
33 observações desde que começou a participar das câmaras, pois entendeu que havia um
34 descontentamento por parte de vários colegas com relação aos procedimentos. Foi então
35 encaminhada uma proposta que contou com o apoio e a colaboração de vários colegas, para
36 permitir, então, que avançassem na elaboração do que está sendo apresentado. Agradece à
37 Secretaria Geral, que tornou mais clara a proposta que foi encaminhada. O Conselheiro
38 RICARDO MIRANDA MARTINS diz que considera um grande incremento ao processo de
39 inscrição de pessoal titular na Universidade, mas lembra que está no Expediente deste Consu o
40 relatório do GT sobre carreira docente, presidido pela professora Rachel Meneguello, em que

1 consta a sugestão de eliminar o interstício de cinco anos para docentes da Casa também. Sabe
 2 que isso não está em pauta, mas espera que nas próximas reuniões do Consu possam analisar
 3 essa situação. Sobre o processo de inscrição em si, a doutora Ângela disse que a ideia agora é
 4 fazer a inscrição *on-line*. Sugere que não fosse o candidato que escolhesse por qual inciso ele
 5 está se inscrevendo. Nos concursos de professor titular do Imecc, em geral, recebem inscrição
 6 de pessoas do exterior ou de outras universidades, e houve vários casos em que a pessoa marcou
 7 errado o inciso, por não entender exatamente o que estava escrito ali. Pergunta se seria possível
 8 que o candidato somente se inscrevesse e o enquadramento da inscrição dele em algum inciso
 9 pudesse ser feito pela unidade ou por essa comissão que vai avaliar a inscrição. Acha que isso
 10 evitaria o indeferimento de muitas inscrições. Por exemplo, no último concurso de titular aberto
 11 no Instituto, um colega da USP se inscreveu no inciso errado e sua inscrição teve que ser
 12 indeferida. Então se o candidato pudesse só se inscrever, e a unidade classificá-lo em algum
 13 inciso, ou então, se for o caso, indeferir a inscrição, acha que seria mais interessante do que
 14 deixar isso para o candidato fazer. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece
 15 que isso é uma questão de edital, não da norma propriamente dita. Neste momento, a inscrição
 16 do titular vai continuar sendo feita pelo sistema Solicita, mas assim que conseguirem deixar
 17 tudo certo para os concursos de professor doutor, vão incluir a inscrição do titular também nesse
 18 sistema da Detic, e então podem incorporar essa mudança. Imediatamente não vai ser possível,
 19 mas dá para fazer, e é uma questão de edital, não da norma, não precisaria passar por aqui. O
 20 MAGNÍFICO REITOR diz que podem anotar a sugestão do professor Ricardo e providenciar
 21 o reflexo disso nos editais futuros. Não havendo mais observações, submete à votação o item
 22 01, que é aprovado com 67 votos favoráveis e 02 abstenções, através de votação nominal,
 23 obedecendo a exigência de 2/3 dos votos dos membros em exercício, conforme lista anexa. Em
 24 seguida, submete à votação o item 02, que é aprovado com 69 votos favoráveis e 01 abstenção.
 25 Passa aos itens 03 – Proc. nº 01-P-7528/2010 –, que trata de proposta de deliberação Consu que
 26 altera artigos dos Estatutos e do Regimento Geral da Unicamp referentes ao concurso público
 27 para provimento do cargo de Professor Doutor da Carreira do Magistério Superior. a) Estatutos:
 28 Alteração: art. 96. b) Regimento Geral: Alterações: art. 163, caput e §§ 1º e 2º. Revogações:
 29 art. 163, §§ 3º a 7º; e 04 – Proc. nº 01-P-7528/2010 –, que trata de proposta de deliberação
 30 Consu que estabelece normas gerais a serem observadas nos concursos públicos para
 31 provimento do cargo de Professor Doutor da Carreira do Magistério Superior, revogando a
 32 Deliberação Consu-A-30/2013, apresentada como resultado do Grupo de Trabalho instituído
 33 pela Portaria GR nº 51/2023. Passa a palavra ao professor Tormena, que coordenou o GT. O
 34 Conselheiro CLÁUDIO FRANCISCO TORMENA agradece aos membros do GT pelo trabalho
 35 para a realização dessa proposta. O GT se reuniu ao longo do ano passado, fez algumas reuniões,
 36 discussões, foi feita primeiro uma pré-minuta, depois houve uma reunião com os diretores, foi
 37 discutida, isso voltou, o GT fez as alterações frente às sugestões que surgiram, e depois foi
 38 discutida novamente com os diretores, com os CTUs de unidades, responsáveis pelos
 39 concursos. Portanto, há um trabalho longo por trás dessa minuta, várias sugestões foram feitas
 40 ao longo do percurso. Ressalta o agradecimento a todos os membros, assim como à Secretaria

Geral, na pessoa da doutora Ângela, pelo suporte, e à doutora Fernanda, da Procuradoria Geral, que auxiliou na parte da legislação. A ideia do GT sempre foi tentar deixar o concurso o mais enxuto e ágil possível, e também há a questão dos recursos envolvidos, porque sabem que em concursos muito longos existe um dispêndio de recursos alto para manter bancas. Então, a ideia foi tentar otimizar o processo, tentar dar celeridade, mas ao mesmo tempo garantindo a qualidade nas contratações. O MAGNÍFICO REITOR agradece ao professor Tormena e a todo o corpo de docentes que estiveram no GT, assim como às doutoras Ângela e Fernanda. Acha que uma grande virtude do GT foi ter feito o processo que incorporou sugestões das pessoas que participam das bancas, das pessoas que organizam os concursos, a preocupação tanto da Secretaria Geral como da Procuradoria Geral, e encontrou-se um mínimo denominador comum, levando em consideração tudo isso. Esse é um exemplo importante de ação que deveriam seguir em outros eventos também. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que no item 03 a proposta para o artigo 163 coloca que o concurso de ingresso ao cargo de professor doutor, que corresponde ao início de carreira, constará no mínimo de prova escrita, prova de títulos, prova de arguição e prova didática. Pergunta se o plano de trabalho não está sendo entendido como uma prova, porque o plano de trabalho passa a ser uma fase obrigatória do concurso, acha que ele deveria estar nessa lista. Sobre a proposta de alteração da deliberação em si, item 04 da pauta, possui duas dúvidas. A primeira em relação ao artigo 11, sobre a prova escrita, em que consta que a prova escrita consistirá em uma dissertação ou em questões que se relacionem com o conteúdo dos programas da disciplina. Não sabe se é uma questão de edital ou de colocar na norma, mas pergunta se seria possível que esse artigo 11 fosse algo no espírito do artigo 15 da prova didática. Ou seja, que pudessem aproveitar os pontos da prova didática para fazer um sorteio do ponto da prova escrita, só para deixar mais claro para o candidato e talvez evitar questões do tipo de candidato reclamando que o ponto não está no programa, não está na ementa. Talvez pudessem aproveitar a mesma lista de pontos, não sabe se dá para fazer isso do jeito que está escrito no edital. Sua terceira dúvida é sobre critérios de desempate. O artigo 23 estabelece que o próprio examinador decidirá os casos de empate, conforme critérios definidos na deliberação. Porém, a deliberação só menciona critério de desempate no caso do quadro final de notas e não no caso de algum avaliador empatar a nota e ter que dizer qual foi a indicação dele. Talvez o artigo 23 deva se encerrar em “O próprio examinador decidirá os casos de empate”, sem mencionar que vai ser a critério da deliberação, porque parece que os critérios da deliberação não querem dizer sobre isso. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que na proposta de alteração dos Estatutos e do Regimento Geral, no quadro comparativo, o artigo 163, parágrafo 1º define que “O concurso será julgado por uma comissão julgadora de cinco membros portadores, no mínimo, do título de doutor, que deverá ser, em parte, integrada por elementos pertencentes a outras instituições”. Observa que para ele está um pouco vago esse “em parte”, porque em outro local se fala em dois membros externos. Sugere que o texto seja “pelo menos dois de outras instituições”. A Conselheira ESTHER LUNA COLOMBINI diz que seu comentário é na direção do que o professor Ricardo falou com relação ao plano de trabalho. O plano de trabalho pode ser usado inicialmente como

1 eliminatório, ele passa por análise e depois pode ser usado como arguição dentro da etapa da
2 prova de arguição. Ficou uma dúvida no Instituto, quando estavam conversando com os
3 docentes, se isso significaria que poderiam suprimir o que era antes considerado a prova
4 relacionada ao plano de trabalho. Porque haveria a prova de arguição e ela daria conta do plano
5 de trabalho, mas da forma como está no documento, há a análise do plano de trabalho também
6 que pode ser realizada. Isso fica parecendo que está opcional para cada unidade, dependendo
7 se ela decidir que o plano de trabalho é a fase eliminatória ou não. Solicita algum esclarecimento
8 nesse sentido. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA TERRA CUNHA diz que sua
9 questão é sobre o item 04, artigo 13, que trata da prova de títulos. Pode ser uma questão só de
10 escrita, e que, eventualmente, trocando uma palavra, melhore o significado, mas a forma como
11 está atualmente é que, “na prova de títulos, a Comissão Julgadora apreciará o memorial
12 elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição, sendo que os títulos a serem
13 considerados e sua pontuação constarão no edital do concurso”. Várias pessoas ficam com a
14 sensação de que isso prevê uma espécie de barema no edital, ao que essas mesmas pessoas têm
15 alergia completa. É uma coisa que, tipicamente, não combina com o que se espera de uma
16 análise qualitativa feita por uma banca. Não conseguem, previamente, pontuar tudo o que deva
17 ou não estar ali para ser pontuado. Então, se não há a intenção de que algumas pessoas leiam
18 como havendo necessidade de um barema amarrado, podem ganhar muito na redação trocando
19 só a palavra “títulos” por “critérios” na segunda linha, sendo que os critérios a serem
20 considerados e sua pontuação constarão no edital do concurso. Se a intenção não for amarrar
21 demais, permite uma redação que não dê essa sensação, que pode gerar muito descontentamento
22 e queda na qualidade do processo, eventualmente. O Conselheiro PAULO EDUARDO NEVES
23 FERREIRA VELHO diz que no item 03 o artigo 96 é idêntico ao que ficou no parágrafo 2º do
24 artigo 163. Fica com a impressão de que o parágrafo 2º do artigo 163 se referia a outra coisa,
25 porque no original falava da prova de arguição. A Conselheira ROBERTA CUNHA
26 MATHEUS RODRIGUES diz que tem dúvida no artigo 26, porque ficou mantida a realização
27 de sessão pública: “Ao final das provas será realizada a sessão pública”, e acha que a proposta
28 era não mais conter a sessão pública. O Conselheiro ANDREAS KAROLY GOMBERT diz
29 que no artigo 8º, que se refere à comissão julgadora, no parágrafo 2º, está escrito que pelo menos
30 dois membros titulares da comissão julgadora deverão ser externos à unidade ou pertencer a
31 outras instituições. Então, se entendeu corretamente, poderiam ter uma banca 100% formada
32 por professores da Unicamp. Acha particularmente saudável ter pelo menos um membro de
33 uma outra instituição, ou mesmo ter maioria de professores externos, pois sabe de casos aqui
34 dentro em que há muito viés na hora de fazer concurso. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA
35 BIGNAMI diz, respondendo ao professor Paulo Velho, que a redação é idêntica mesmo, mas
36 uma se refere aos Estatutos e outra ao Regimento. Respondendo ao professor Marcelo Terra
37 Cunha, diz que ele tem razão; haviam proposto inicialmente um barema para os títulos, mas
38 fizeram uma reunião e mudaram. Então, podem trocar no artigo 13 “títulos” por “critérios”. Em
39 relação à dúvida da professora Esther, diz que a análise do plano de trabalho é uma prova
40 obrigatória. Então, vai ter uma nota pela análise do plano de trabalho, que é o que está previsto

no artigo 10. Há seis provas possíveis, cinco são obrigatórias e a última, que é a específica, é a critério da unidade. Portanto, ainda que seja usado o plano de trabalho para a arguição, tem que ocorrer a prova de análise do plano de trabalho, é necessário ter a nota pela análise do plano de trabalho, especificamente. Sobre a dúvida da professora Roberta, diz que a sessão pública continua existindo; ao cabo das provas presenciais, das últimas provas da fase 2, que são a prova didática, a prova de arguição, e a prova específica, se houver, é realizada a sessão pública em que serão abertas todas as notas aos candidatos presentes. Isso não saiu em nenhum momento da proposta. Em relação à fala do professor Andreas, esclarece que essa composição é a que existe atualmente na Deliberação Consu-A-30/2013, não houve alteração em relação a isso. Permite-se, então, que a composição tenha pelo menos dois membros titulares externos à unidade ou a outra instituição. De fato, podem ser todos membros da Unicamp, bastando dois pertencerem a outras unidades, mas isso é o que existe hoje também, não mudaram isso na proposta. Respondendo ao professor Ricardo Miranda, esclarece que não há necessidade de o plano de trabalho ser mencionado como uma prova no artigo 163 dos Estatutos, porque colocam “no mínimo”. Mantiveram as provas que existem hoje, o que não impede que tenha o plano de trabalho. É “no mínimo”, no Regimento Geral, e na norma específica vai constar o plano de trabalho. Sobre a pergunta do professor Ricardo se seria possível aproveitar os pontos da prova didática para fazer um sorteio do ponto da prova escrita, entende que não, porque são provas distintas. A prova didática vai ter uma lista de pontos que vai constar do edital, e ela versará sobre algum deles; já a prova escrita, entende que tem que versar sobre a matéria toda da área do concurso, e não da mesma lista de pontos que já vai ser objeto de uma prova. Na prova didática, o candidato vai escolher um dos pontos para falar na sua aula, na escrita não. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS observa que pode ser sorteado. Sua dúvida é se poderiam usar a mesma lista de tópicos, ainda que na escrita fosse sorteado e não escolhido, talvez para simplificar um pouco. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI responde que do jeito que está na norma, não. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que existe um modelo hoje pelo qual podem fazer isso, então lhe parece um certo retrocesso deixar muito aberta a ementa e não colocar tópicos. O Imecc tem um modelo, aprovado pela PG, em que são selecionados tópicos para a prova escrita, e sabe que outras unidades usam algo parecido com isso também. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que só conhece o edital da Secretaria Geral. Em relação ao artigo 23, solicita a manifestação da doutora Fernanda. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz entender que no artigo 23 será adotado o mesmo critério de desempate que está na deliberação no artigo 24, parágrafo 1º. Adotando esse critério, estará de acordo com a norma, não será criado um critério desconhecido para fazer o próprio desempate das notas atribuídas. Portanto, é recomendado seguir essa lista. E para não ficar repetitivo na norma, foi feita essa referência; talvez no edital, que é um documento mais extenso e detalhado, ele possa se repetir. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que se há uma lista de critérios, então essa coisa de que o próprio examinador decidirá os casos de empate não é bem assim, não é que o examinador decidirá, é conforme a lista. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que

na hora ele já vai desempatar, ele não vai precisar de um elemento externo para fazer isso. Na norma anterior, todos já deram a nota e quem está secretariando vai organizar o sistema e fazer o desempate. Agora, o examinador já vai ter que desempatar quando ele fizer a classificação. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que, no artigo 11, ter uma lista de tópicos lhe parece uma coisa meio natural, em vez de deixar muito aberto o conteúdo. É óbvio que a prova escrita o candidato não pode trazer pronta, mas quando colocam várias disciplinas em um concurso, principalmente concursos gerais, por exemplo os que serão abertos com previsão de cotas, haverá quatro disciplinas no concurso. Basicamente estão pedindo para o candidato preparar o tópico sobre toda a ementa das disciplinas, portanto lhe parece que ter uma lista de dez tópicos, já diretos, facilite a vida do candidato. E tem uma outra coisa um pouco subjetiva, talvez, que é o perfil do candidato. Há candidatos que estão prestando concurso na Unicamp que podem estar vindo, às vezes, de um pós-doutorado, fazendo uma pesquisa de forma muito intensa, e não sabe se querem que ele pare três, quatro meses para ficar preparando o tópico para o concurso. Dessa forma, facilitar o concurso na prova escrita e poder avaliá-lo nos outros critérios lhe parece uma coisa razoável, ou, pelo menos, colocar como possibilidade de ser tanto a lista de tópicos como o conteúdo das disciplinas. O Conselheiro CLÁUDIO FRANCISCO TORMENA diz que, em relação à questão do professor Ricardo, a ideia seria, pelo que entendeu, criar ou utilizar a lista dos tópicos da prova didática também para a prova escrita, ou criar uma lista para a prova escrita que já sairia no edital. Entende que se essa lista tem relação com a disciplina ou as disciplinas em concurso, não haveria problema, pois da mesma forma que há uma lista para a prova didática, não vê problema em ter uma lista de dez temas para a prova escrita também. Mas não sabe se a legislação permite. O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor Ricardo levantou uma coisa que ilumina um outro aspecto da questão: nos concursos com muitas disciplinas, e os de cotas têm esse potencial de ser, a questão pode ficar complicada se mantiverem do jeito atual. Não sabe se é possível pensarem nessa mudança, mas focar um pouco, pegar alguns pontos de cada disciplina, às vezes, pode ser a melhor opção. Os concursos com cotas de pretos e pardos vão ser bem genéricos, o risco é grande nesse aspecto, então acha que valeria a pena discutir. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER diz que, com relação ao artigo 13 do item 04, a sugestão foi de alteração do texto, substituindo “títulos” por “critérios”, e, na sequência, está escrito “a serem considerados e sua pontuação”. Lembra-se que foi acordado em uma reunião que seriam pesos, não pontuação. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece que “pontuação” foi retirada hoje. O MAGNÍFICO REITOR pergunta como ficaria a nova redação do artigo 13. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI lê: “Na prova de títulos, a Comissão Julgadora apreciará o Memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato de inscrição, sendo que os critérios de julgamento dos títulos constarão do edital do concurso”. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER diz que, com relação ao artigo 11, da forma como a FEM faz os concursos, não possuem muitas disciplinas. Não tinham pensado na questão dos concursos considerando cotas, mas acha que a questão da listagem dos pontos para a prova escrita tira a autonomia da banca. Acha que esse é um aspecto a ser considerado na discussão e na decisão

1 posterior. O Conselheiro ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA diz, quanto ao desempate,
2 que o que a doutora Fernanda falou é impossível, porque tira a parte da impessoalidade da nota
3 do avaliador. Essa nota aparece em sessão pública, pelo sistema. As notas de cada prova são
4 dadas e lacradas, então, ao final do concurso, ele vai saber que houve o empate e, em sessão
5 pública, ele vai precisar desempatar. Então, ele já não passa a nota com desempate, porque ele
6 não sabe a nota dele, a não ser que ele fique anotando todas as notas, faça contas e faça pesos.
7 O MAGNÍFICO REITOR pergunta se isso tem alguma implicação na redação do artigo. O
8 Conselheiro ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA responde que sim, porque a redação
9 menciona a posição pessoal do avaliador, segundo os critérios que vão ser usados depois. A
10 Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece que o artigo 23 trata do empate das
11 notas do próprio examinador, e não do conjunto das notas. O Conselheiro ALESSANDRO DOS
12 SANTOS FARIA responde que sim, mas depois se fala dos critérios também. A Doutora
13 ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que ele vai usar esses critérios para resolver o
14 empate nas notas dele. O empate das notas entre todos os examinadores é resolvido em outro
15 momento. O Conselheiro ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA diz que então estariam
16 mudando para algo diferente do que possuem hoje, porque o avaliador hoje pode usar o critério
17 que ele quiser para desempatar. Se, por exemplo, o concurso é focado em petróleo, ele pode
18 usar como critério o candidato que tenha o currículo mais voltado para a área de petróleo, então
19 agora ele não poderá mais fazer isso. Vão se aproximando de uma coisa que tira a autonomia
20 do avaliador, da banca. E não só da banca, da lógica daquele edital. Quando fazem um edital
21 em que colocam preferencialmente alguém com área de pesquisa voltada para imunologia de
22 tumores, por exemplo, empatam dois candidatos e um deles possui currículo em imunologia de
23 tumores e outro não, vai escolher o critério do que a Universidade quer, a unidade ou o
24 departamento desejam, mas agora fica preso nos critérios. A Doutora FERNANDA LAVRAS
25 COSTALLAT SILVADO diz que neste caso, a seu ver, nem deveria haver empate, porque o
26 examinador, ao avaliar os candidatos nas provas, deve levar em consideração o perfil. Então,
27 se há um candidato que atende mais o perfil, o examinador pode, de acordo com o edital que
28 está sendo elaborado, dar uma nota maior para esse candidato. O Conselheiro ALESSANDRO
29 DOS SANTOS FARIA diz que não é tão simples assim, porque a nota é fechada a cada fase da
30 etapa. Um candidato pode ter um melhor currículo, tirar 10 no currículo, mas pode ir mal na
31 arguição, e outro que foi muito bem na arguição não ter o currículo voltado para a área. Não é
32 uma única coisa que se avalia; se fosse só o currículo, por exemplo, concordaria, mas como
33 avaliam vários critérios ao mesmo tempo, acha que estão retirando a autonomia daquele
34 avaliador de fazer a indicação de acordo com sua análise, e estão oferecendo a ele os critérios
35 de análise pessoal. Mas está tudo bem, não disse que é contra, nem a favor. O MAGNÍFICO
36 REITOR diz que o que o professor Alessandro está comentando é que não necessariamente o
37 examinador sabe *a priori*, em cada etapa da decisão, se vai dar empate ou não, porque as provas
38 têm uma sequência. Ele teria que ir guardando as notas, eventualmente ele consegue fazer isso,
39 mas o risco de não acontecer existe, e então ele perde liberdade de, no empate, tomar uma
40 decisão diferente daquela que as sugestões trazem. O Conselheiro DIRCEU NORILER diz que

talvez pudesse haver uma harmonização em relação ao artigo 11, incluindo a possibilidade de haver lista, para não suprimir a opção de ser o programa. Por exemplo, alguma coisa como: “A prova deverá ser conduzida a partir do programa das disciplinas e/ou lista de pontos previamente publicada em edital”. Como o senhor Reitor mencionou, editais amplos vão ter várias disciplinas, um conteúdo muito extenso. Mas para alguns específicos seria bom que tivesse o programa da disciplina completa. Não sabe se é possível, mas seria uma sugestão. O MAGNÍFICO REITOR diz que vão anotar isso, porque no fundo há até o momento dois pontos de dúvidas, um é a questão da lista e o outro é a questão do critério de desempate. Se o restante estiver claro, focam nisso e deixam a discussão correr e tomam a decisão. O Conselheiro CÉSAR JOSÉ BONJUANIPAGAN diz que no artigo 11 do item 04 consta que “A prova escrita consistirá em uma dissertação e/ou em questões, ambas de ordem geral e doutrinária (...)”. “Doutrinária” está com função de adjetivo, e no dicionário aparece que “doutrinário” com função de adjetivo significa “o que é sentencioso, dogmático em seu modo de expressar, afetado, doutoral”, ou “que se mostre excessivamente apegado a uma doutrina, aplicação” etc. Está observando esse ponto porque é uma questão de fundo da Universidade, que lida com conhecimento que está sempre em mutação, sempre se renovando. Em ciência não existem verdades absolutas até que o experimento mostre alguma coisa diferente. A Universidade é um lugar de produção do conhecimento, o lugar do conhecimento criado. A palavra “doutrinário”, em um contexto de documento oficial, com esse significado tão estanque, parece para ele inadequada, e ela não acrescenta uma informação útil. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se a sugestão é tirar a palavra “doutrinária”, ao que o professor César responde que sim. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que estava pensando em uma solução para essa coisa do programa e da lista e acha que hoje confundem muito o programa que é exigido nos editais e nos concursos com o programa da disciplina, que é bem extenso, que é da disciplina de graduação e pós-graduação. Talvez possam pensar em divulgar no edital a área do concurso, as disciplinas, ou o conjunto de disciplinas, e os programas para conhecimento dos candidatos, porque é com isso que eles vão trabalhar. Mas separar o que seria o programa em concurso, ou seja, o programa que vai ser exigido dos candidatos para o concurso, que pode ser menor, pode ser mais condensado. Dessa forma, não precisariam alterar o artigo 11; exigem uma prova escrita do programa em concurso, e não do programa que compõe as disciplinas de graduação e pós-graduação, que realmente talvez fique muito extenso. Se puderem separar esses dois momentos, acha que ajuda, e fica uma lista separada para a prova didática, porque são os únicos momentos maiores, tirando a arguição, em que se pede um conteúdo do programa. Então, para não misturar e ficar parecendo que será pedida duas vezes a mesma questão para o candidato, porque isso pode acontecer. Eventualmente, ele escolhe um tema que também é objeto da prova escrita e vão falar que está direcionando. Portanto, deixaria geral e diminuiria o programa em concurso. O MAGNÍFICO REITOR diz que então em algum lugar constaria que seria o programa do concurso redigido com base nas disciplinas selecionadas. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que no artigo 3º, que estabelece o que o edital deve conter, podem juntar o inciso I com o inciso II, para colocar que os programas vão

ser divulgados. É importante divulgar isso, porque é onde o candidato vai trabalhar. Então ficaria: “I - indicação das áreas do concurso, composta de disciplinas ou conjunto de disciplinas, integradas na Unidade, nos níveis de graduação e pós-graduação, bem como dos seus programas; II - apresentação do programa em concurso”, que é o que vai ser o objeto de avaliação pela banca. Terão que fazer um outro anexo no edital, então conseguem acertar tudo no edital; colocam o anexo 1, que é o programa da disciplina, e o anexo 2, em que a unidade vai ter que montar um programa mais específico, mais enxuto. E, no artigo 11, colocam só “conteúdo do programa em concurso”, conforme o inciso II do artigo 3º, fazendo referência a esse programa, que é menor e mais enxuto. Essa seria sua sugestão. O MAGNÍFICO REITOR diz que é interessante, porque conseguem enxugar, separar da lista, escolher dois tópicos de cada uma das disciplinas, compor dez tópicos, se forem cinco disciplinas, por exemplo. Solicita à doutora Fernanda que defina a redação para lerem ao final, porque está achando que deveriam, na hora da elaboração, reforçar que é baseado nas disciplinas. Pode ser óbvio, mas talvez valesse a pena ficar explícito que tem que estar com base nas disciplinas do concurso. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que fica um pouco preocupada com essa orientação da doutora Fernanda, porque acha que são dois trabalhos. Há um conjunto de disciplinas, que têm os seus programas, existe uma orientação, pelo menos hoje em dia, de que sejam programas curtos, eles estão na DAC, são programas clássicos. Então, para o concurso, vão pegar parte do programa, quando tiver duas disciplinas, por exemplo, e fazer outro programa. Não sabe se isso é uma boa ideia, em função do fato de que estão querendo que a pessoa que entre dê conta daqueles programas. Pergunta como vão fazer, gostaria de ouvir sobre essa questão de elaborar um novo programa de concurso, porque acha que isso também pode levar a questionamentos, já que os programas estão lá, e o programa de concurso é uma elaboração em cima dos programas da disciplina. Acha que isso pode dar muito errado, porque pode haver vieses, pode haver predominância de certas áreas e não outras. Considera um pouco complexo fazer isso para um concurso público; há concurso para disciplinas, podem fazer menos disciplinas, mas isso é uma decisão que tem que ser tomada. O que não dá é para, além de trabalhar as disciplinas, trazer um programa de concurso e depois ainda fazer pontos para o concurso. Acha que isso pode causar uma grande confusão, porque o candidato pode observar que a disciplina tem determinado conteúdo que não foi contemplado e questionar por que não foi contemplado, se estão querendo privilegiar um candidato ou outro porque aquele candidato sabe mais sobre aquele conteúdo. Não vê sentido nisso, acha que devem ficar com os programas das disciplinas, talvez fazer menos disciplinas, ou tentar fazer uma orientação, mas acha que já é uma orientação da DAC que o programa seja enxuto e com bibliografia básica. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que diferentes visões estão sendo trazidas aqui sobre a questão, e acha importante discutir. Talvez uma forma de harmonizar seja apresentar isso como possibilidade no edital. Como foi aqui sugerido pelo professor Dirceu, a unidade poderia adotar já os programas, como a professora Anna disse, há programas que talvez sejam mais enxutos, e talvez a unidade não ache necessário ter um programa específico para o concurso ou até pontos, mas há unidades que talvez achem mais relevante ter pontos definidos

ou um programa específico. Isso poderia ser relativizado no próprio edital com a possibilidade de uma coisa ou outra, a critério da unidade. Se a unidade optar por um programa específico ou um conjunto de critérios, já estaria descrito no edital, ou se a unidade decidir seguir apenas o programa que ela tem, sem estabelecer pontos ou um programa específico, isso também já viria discriminado no edital. Acha que dessa forma conseguiriam atender àqueles que querem uma coisa ou outra, estando isso já explicitado de antemão, mas consulta a doutora Fernanda se do ponto de vista jurídico isso teria problema. O MAGNÍFICO REITOR diz que aparentemente há duas divergências, ou dois pontos que foram levantados que sobraram: um é o critério de desempate das notas do próprio examinador, sobre o qual seria importante a PG observar se existe alguma restrição, ou se podem deixar margem de manobra desse critério mais para o próprio membro da banca. A outra questão é a da lista: o professor Ricardo sugeriu que fossem duas listas, e a doutora Fernanda apresentou uma proposta de que a partir dos programas das disciplinas fizessem um programa do concurso e esse orientasse as pessoas para se prepararem. A professora Anna colocou dúvidas em relação a isso, porque estariam restringindo, escolhendo o tópico de cada uma das disciplinas e montando um conjunto diferente. Aprovaram aqui, de alguma forma, no concurso por cotas, que ele seria o máximo transversal possível por unidade. O que significa um potencial grande de ter várias disciplinas, dependendo do curso, de áreas muito diferentes. No Instituto de Química, por exemplo, isso vai de mecânica quântica até ensino de química. Então, se colocar várias disciplinas, terão um programa que não sabe se em três meses a pessoa consegue se organizar. Esse é o dilema que estão vivendo aqui, e acha que as pessoas têm que se posicionar um pouco em relação a isso. Sempre existe essa margem de manobra, que é fazer uma formulação que permita os dois e deixe um pouco a critério da unidade decidir isso nos casos específicos, como o professor Petrilson sugeriu. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que lhe parece muito boa a proposta da doutora Fernanda de ter um programa de disciplinas. Não sabe se fazendo isso conseguiriam, como é a preocupação da professora Anna, direcionar concursos, até porque em muitas unidades os concursos são feitos em disciplinas básicas, então não adianta muito direcionar, é um conteúdo que todos sabem. É simplesmente para tentar filtrar um pouco. Parece-lhe que nessa questão de estabelecer o programa do concurso, que não sabia que era uma possibilidade que existia, geralmente colocam o programa da disciplina, que aí sim é uma coisa enorme, é razoável e atende os dois públicos. Em particular, o programa do concurso pode ser o programa inteiro da disciplina, se a unidade desejar. Acha que ficaria bom. O Conselheiro MARCOS NOGUEIRA MARTINS diz que considera que o programa é o programa das disciplinas que estão em concurso. É difícil ter um edital que diz as disciplinas que estão em concurso, depois colocar um programa que é menor do que o programa das disciplinas. Acha muito saudável que quem faça os pontos, quem faça o filtro, seja a banca, porque é ela que vai julgar o resultado das provas. Fazer um programa que esteja já no edital tira da banca a capacidade de propor qual é o filtro que ela deseja ver naquele programa das disciplinas. A prova vai ser baseada em uma lista de pontos com base no programa das disciplinas, montado pela banca, e mostrado aos candidatos antes do concurso. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz

que a racionalidade começa na escolha do número de disciplinas para o concurso. Pode ter muitas, mas também não pode ter todas, senão seria injusto. A segunda questão é justamente o fato de que, a partir desse conjunto de disciplinas, a banca estabelece pontos organizados de forma geral, que possibilitam uma visão ampla daqueles programas e sem maiores confusões. Se for feito um programa específico a partir de outro programa, não vão estar fazendo os pontos, mas diminuindo os conteúdos. Os pontos de um concurso são elaborados pela banca, que costuma ter uma grande preocupação de colocar pontos que sejam gerais o suficiente para dar conta daqueles programas de disciplina. Então o problema não está no programa do concurso, o problema está no conjunto de disciplinas que serão colocadas, e cada unidade resolve. Se colocar dez disciplinas difíceis, até para a banca vai ficar difícil fazer os pontos, se forem disciplinas muito diferentes. Até para montar uma banca vai ficar difícil. Então acha que vai depender dessa organização das disciplinas, mesmo que os concursos sejam gerais. O Conselheiro ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA diz que estão caindo no problema mais saudável da existência de uma universidade. Estão em um universo diferente, com condições diferentes em cada uma das unidades, individualmente dando sua percepção do que é bom, do que conhecem. Mas quando escolhem disciplinas, também podem ser “acusados” de estar direcionando o concurso; a unidade escolheu uma disciplina só, então estaria direcionando para aquela disciplina que tem dois tópicos, ou talvez somente um tópico. Não havendo entrave jurídico, considera ideal o que o professor Petrilson propôs, que é a possibilidade de se montar uma lista de tópicos para determinados concursos, se fizer sentido para aquela unidade. Já fez essa discussão várias vezes no Instituto de Biologia, de que quando colocam várias disciplinas em um concurso, possuem a falsa ideia que estão amarrando aquele docente a dar aquelas disciplinas. Os Estatutos da Universidade estabelecem que o docente precisa ministrar qualquer disciplina para a qual ele tiver capacidade. No entanto, estão informando para o docente que, se ele vier para cá, é aquele conjunto de disciplinas que a Universidade espera que ele ministre. Então, às vezes, colocar várias disciplinas é bom para direcionar o candidato que quer ou não vir para a Unicamp. Reforça que, não havendo entrave jurídico, podem criar a possibilidade de fazer tudo o que falaram aqui: ou ter uma lista, ou, como a professora Anna falou, estabelecer que determinada disciplina está baseada nos seus tópicos e ser esse o programa da prova didática. Sobre os critérios de desempate, a minuta define que “o próprio examinador decidirá em casos de empate”, e a frase precisa terminar aí, ou vai ficar complicado, porque o texto continua: “conforme os critérios definidos na deliberação na norma da congregação das unidades”. Um dos critérios é idade igual ou maior a 60 anos, que é um critério objetivo, não tem como o examinador decidir. Ou colocam que o desempate será feito pelas notas da prova didática de cada examinador, ou deixam que ele decida pelos critérios dele. Porque o texto menciona que o examinador decide, mas depois traz os critérios, então, isso pode ser uma coisa automática, o próprio sistema verificar que um examinador deu 7,5 para um candidato na prova didática e 7 para outro, então o sistema já sabe que didática é seu ponto de desempate, e a nota sai já desempatada de forma automática. Porque se o examinador decide, ele decide por critérios pessoais, dá um entendimento dele do que aquele concurso tem a necessidade. A Doutora

1 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que podem tirar essa parte final, mas
2 acha que tem que justificar, porque pode ser que haja questionamentos. O Conselheiro
3 ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA diz que isso é o que é feito hoje; quando dá empate
4 entre dois candidatos, o examinador é avisado e precisa declarar a sua indicação, e ela é
5 embasada nos seus critérios. Então, ele decide indicar determinado candidato porque o concurso
6 tem uma relação mais íntima com a área dele, por exemplo. A Doutora FERNANDA LAVRAS
7 COSTALLAT SILVADO diz que podem testar. O Conselheiro RICARDO MIRANDA
8 MARTINS diz que quando estão em uma situação de empate, a própria pessoa não conseguiu
9 distinguir, em algum momento, sobre os candidatos. Em nome da impessoalidade, talvez uma
10 lista de desempate seja melhor do que perguntar diretamente para a pessoa, porque ela vai usar
11 um critério totalmente subjetivo. Gosta desses critérios da PG. Fará um comentário sobre o
12 inciso V do parágrafo primeiro, que é a questão do candidato que tiver exercido a função de
13 jurado. Entende que esse é um critério que está na lei, mas então seria bom, na inscrição do
14 candidato, solicitar algum tipo de comprovante dessa participação como jurado, porque senão
15 não tem como a banca saber. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz
16 que é uma exigência legal, mas pode ser usado como último critério; está na lei federal, então
17 precisam adotar e colocar no edital. A doutora Ângela já está trabalhando no edital e vai ser
18 previsto na inscrição, para quem tenha sido jurado, que acrescente o documento. Se não
19 acrescentar o documento, não poderá ser contemplado por esse critério de desempate. O
20 MAGNÍFICO REITOR diz que podem primeiro votar a questão do critério de desempate, entre
21 a formulação que está no documento e a baseada na que o professor Alessandro sugeriu. O
22 Conselheiro ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA diz que a formulação da minuta é muito
23 confusa, porque é do próprio examinador conforme os critérios definidos, então não faz muito
24 sentido. O MAGNÍFICO REITOR diz que o examinador decide com base em coisas
25 preestabelecidas, então ele não decide. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
26 SILVADO diz que se for adotado conforme o critério já definido na deliberação, podem alterar
27 a redação para: “os casos de empate serão definidos conforme os critérios definidos nesta
28 deliberação e pela norma da congregação da unidade”, adotando o espírito do que está na
29 proposta. O Conselheiro ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA diz que, no caso dos critérios
30 do examinador, é a maior média obtida na prova didática para aquele examinador. Esse é o
31 ponto, porque aquele examinador vai empatar duas pessoas; então, se o critério é maior média
32 obtida na prova didática, é a nota que ele deu na prova didática. Tem que ficar claro isso, aqueles
33 critérios de acordo com o examinador que deu o empate. A Doutora FERNANDA LAVRAS
34 COSTALLAT SILVADO diz que podem clarificar isso no edital. O Conselheiro MARCOS
35 NOGUEIRA MARTINS diz que essa discussão é complexa, mas já participou de muitos
36 concursos e presenciou grandes vexames em caso de empates. Existem dois tipos principais de
37 empate: aquele membro de banca que acha que dois candidatos são muito próximos e empata
38 de propósito para desempatar no final, e esse não tem problema; e tem aquele membro de banca
39 que é meio confuso e não sabe que empatou, chega no final, descobre que empatou e então é
40 pressionado a desempatar. Isso é que dá problema. Então, nesse caso, é melhor ter uma lista de

1 regras de desempate. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que entende que a regra já está
2 definida, e ela vai ser complementada pela deliberação votada pela congregação de cada
3 unidade. Mas concorda com o professor Alessandro que a redação está confusa; acha que
4 poderia ajudar se colocassem da seguinte forma: “Em caso de empate, o próprio examinador
5 aplicará os critérios de desempate definidos nesta deliberação e pela norma da congregação da
6 unidade”. Acha que isso pode resolver o problema. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA
7 TERRA CUNHA diz que vai insistir no que o professor Alessandro apontou. A própria regra
8 pega as médias, e não estão permitindo isso, estão olhando para a avaliação do próprio
9 examinador. Então, acha que faz bastante sentido a preocupação do professor Ricardo de
10 colocar uma priorização, que pode ser definida pelas congregações, não precisa vir na norma;
11 há uma sequência que usa as próprias notas já atribuídas pelo examinador para conseguir fazer
12 esse desempate. Mas devem lembrar, até com base no que o professor Marcos levantou, que é
13 importante incluir essa última alternativa de o examinador desempatar de viva voz, porque ele
14 pode, eventualmente, dar as mesmas notas em todas as provas. Então, não tem uma regra que
15 quebre esse empate automaticamente, exceto pelo jurado ou pelo idoso. Mas, tirando essa
16 possibilidade, é bom que a última das outras questões de desempate seja a escolha explícita do
17 examinador. O MAGNÍFICO REITOR solicita às doutoras Ângela e Fernanda que formulem
18 uma redação baseada na sugestão da professora Andréia, e colocam as duas alternativas em
19 votação: uma que fica a critério do examinador, e a outra em que o examinador aplica os
20 critérios definidos no artigo 24. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO
21 diz que a primeira alternativa ficaria: “Nos casos de empate, o próprio examinador aplicará os
22 critérios de desempate, atendendo o artigo 24 desta deliberação”; a outra hipótese é: “O próprio
23 examinador decidirá os casos de empate justificadamente”. A Conselheira ANDRÉIA
24 GALVÃO diz que o artigo 24 estabelece quais são os critérios desta deliberação Consu, ao
25 passo que o artigo 23 faz referência a critérios complementares definidos pela congregação da
26 unidade, então seria importante mencioná-lo também. A Doutora FERNANDA LAVRAS
27 COSTALLAT SILVADO esclarece que o inciso IV do artigo 24 prevê exatamente os critérios
28 da congregação, então já abrange. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA TERRA
29 CUNHA diz que tem uma dúvida a mais: nos incisos II e III, pergunta se é a maior média ou a
30 maior nota obtida. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI responde que é a média.
31 A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO esclarece que aqui já é das
32 indicações, da classificação final, então não é individual. A outra questão que estão discutindo
33 do artigo 23 é individual do examinador; essa do parágrafo 1º já são as indicações todas. O
34 MAGNÍFICO REITOR diz que a dúvida que o professor Marcelo está colocando é que, como
35 o artigo 23 se refere ao indivíduo, não é a média, mas é a nota do indivíduo examinador. É para
36 isso que ele está chamando a atenção. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
37 SILVADO diz que o parágrafo 2º explica como se encontra essa média para fins de desempate.
38 O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor Marcelo está preocupado ainda com o artigo 23.
39 Não seria necessário dizer que é a nota da prova didática do examinador. A Doutora
40 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que esse detalhamento terá que ser

colocado no edital. Seguir o critério, atendendo o espírito do que vai ser objeto de desempate. O Conselheiro FERNANDO SARTI sugere, para evitar essa confusão, subir os critérios do artigo 24 para o artigo 23 e tirar a ideia de média, porque assim é a nota que ele atribuiu, não é a média dos demais. Só repete as mesmas coisas que estão no artigo 24, acha que facilita. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que isso se acharem que tem que obedecer a esses critérios. Porque se defenderem que é o examinador que resolve, ele vai justificar, não segue os critérios, porque os critérios têm a ver com o desempate no final. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR passa à votação do item 03, que é aprovado com 62 votos favoráveis e 04 abstenções, através de votação nominal, obedecendo a exigência de 2/3 dos votos dos membros em exercício, conforme lista anexa. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI lembra que no item 04 há o destaque do artigo 11 feito pelo professor Ricardo Miranda, que vai ter que ser decidido ainda, a proposta para o artigo 23 e outra para a qual parece ter havido consenso na alteração da redação, no artigo 13, que ficaria assim: “Na prova de títulos, a comissão julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição, sendo que os critérios de julgamento dos títulos deverão constar no edital do concurso”. Em seguida, submete à votação o item 04, já considerando a alteração no artigo 13, que é aprovado com 62 votos favoráveis, 01 voto contrário e 03 abstenções. No item 04, há duas questões pendentes: uma é o critério de desempate, que tem proposta da doutora Ângela de colocar em votação só a inclusão de “a critério do examinador”. Quem votar contra isso, estaria aprovando a aplicação pelo examinador dos critérios listados no artigo 24, que também seriam incluídos no artigo 23, substituindo a palavra “média” por “nota”. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA TERRA CUNHA diz que é preciso incluir um último caso de desempate, dizendo que é critério do examinador, pois ele pode atribuir as mesmas notas a dois candidatos, então o último critério precisa ser a manifestação explícita dele. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI discorda; seria uma coisa ou outra. O MAGNÍFICO REITOR diz que o examinador vai utilizar um dos critérios para decidir, se ele aplicar. O Conselheiro ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA diz que o professor Marcelo está se referindo a um caso em que empatar em tudo, em que o examinador der todas as notas 10 para dois candidatos. Vai empatar em tudo e quando fizer a lista dos critérios vai empatar também, porque ele deu 10 para os dois. O MAGNÍFICO REITOR observa que os dois não vão ter a mesma idade. O Conselheiro ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA diz que não há critério de idade, apenas casos de maiores de 60 anos. Podem então colocar como último critério o candidato mais velho, mas precisa haver um critério a mais no final. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que talvez a congregação possa definir outros critérios e colocar no edital. O MAGNÍFICO REITOR diz que podem deixar a cargo da congregação, oferecendo alguma flexibilidade. Não havendo mais observações, submete à votação a alternativa “a critério do examinador”, que é rejeitada com 41 votos contrários, 21 favoráveis e 08 abstenções. Em seguida, diz que entende que o professor Ricardo concordou com a formulação da doutora Fernanda para o item 11, e submeterá à votação as duas possibilidades: não mudar nada na forma como está na minuta e a alternativa

1 de criar um programa do concurso. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA
2 diz que acha que poderia colocar alguma coisa como “a critério da unidade”, para que a unidade
3 possa decidir se vai optar por um ou outro. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
4 SILVADO diz que nada impede que o programa seja idêntico ao que já está na disciplina.
5 Concorde com as preocupações da professora Anna, acha que vai precisar ter uma diligência
6 das unidades para não direcionar o concurso no programa. Então, ao fazer esse enxugamento,
7 tem que ser bem avaliado, mas nada impede que a unidade não tenha trabalho nenhum,
8 simplesmente repita o programa da disciplina como o programa do concurso. O MAGNÍFICO
9 REITOR diz que vão votar a formulação atual contra a formulação alternativa, e solicita à
10 doutora Fernanda que especifique em que itens vai mudar a formulação alternativa, que
11 consistiria em formular um programa do concurso baseado no programa das disciplinas. Esse
12 programa do concurso pode ser exatamente igual ao programa das disciplinas e, portanto, não
13 teria necessidade de colocarem “e/ou”, alguma coisa assim. A Doutora FERNANDA LAVRAS
14 COSTALLAT SILVADO diz que, nessa hipótese, teriam que alterar o artigo 3º, incisos I e II:
15 “Artigo 3º: inciso I - indicação da (s) área (s) do concurso, composta de disciplinas ou conjunto
16 de disciplinas nos níveis de graduação e pós-graduação, integradas na unidade, bem como de
17 seu programa; II - apresentação do programa baseado na área e disciplinas em concurso que
18 será objeto das provas”. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA sugere
19 colocar somente “apresentação do programa do concurso ou programas de disciplinas”, porque
20 assim já existe alternativa. O MAGNÍFICO REITOR observa que não precisam
21 necessariamente votar uma proposta contra a outra, podem admitir uma solução “e/ou”, porque
22 assim fica consensual, é melhor e dá liberdade para a congregação decidir, pois incorpora
23 melhor a diversidade das unidades. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que para
24 ela a formulação da doutora Fernanda cumpre isso, porque o programa do concurso pode ser o
25 programa das disciplinas. O MAGNÍFICO REITOR diz que talvez seja melhor a redundância,
26 porque deixa espaço para as pessoas se identificarem com a norma de forma melhor. A Doutora
27 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que talvez possa ficar a apresentação do
28 programa do concurso conforme o inciso primeiro, que daí é integralmente o inciso primeiro,
29 ou o programa do concurso baseado na área e disciplinas em concurso que será objeto das
30 provas. O inciso se mantém como haviam colocado, que é a junção do primeiro com o segundo.
31 E o segundo, a apresentação do programa do concurso conforme o inciso primeiro, então é
32 exatamente igual ao que está no programa das disciplinas ou o programa de concurso baseado
33 nas áreas e disciplinas em concurso. O Conselheiro ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA
34 diz que dessa forma não precisa da redundância, porque se está baseada nas disciplinas em
35 concurso, pode ser na integridade ou parcialmente. Entendeu a lógica da doutora Fernanda,
36 porque se fizer de um jeito ou de outro os dois estão contemplados na deliberação. O
37 MAGNÍFICO REITOR diz que o objetivo é refletir essa diferença de opiniões na norma. Acha
38 que o “formulado” indica que as pessoas estão elaborando alguma coisa potencialmente
39 diferente de simplesmente juntar todos os programas das disciplinas. Elas vão poder ter recorte,
40 portanto, porque vai formular alguma coisa a partir de uma base, por isso achou que a palavra

1 “formulada” talvez ajudasse. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz
2 que, no artigo 11, fazem uma redação na parte final sobre o conteúdo da prova escrita que
3 “relacione o conteúdo do programa em concurso conforme o inciso II do artigo 3º”. O
4 MAGNÍFICO REITOR solicita que a doutora Fernanda repita as três mudanças para ficar claro
5 para os conselheiros, e se ninguém tiver nenhuma restrição, consideram unanimidade. A
6 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO lê as sugestões de redação: “Artigo
7 3º: I - Indicação das áreas do concurso composta de disciplinas ou conjunto de disciplinas nos
8 níveis de graduação e pós-graduação integradas na unidade, bem como de seus programas; II -
9 A apresentação do programa dos concursos, conforme inciso I, ou programa do concurso
10 formulado com base na área e disciplinas em concurso que serão objeto das provas”. E no artigo
11 11: “A prova escrita consistirá em uma dissertação e/ou em questões, ambas de ordem geral e
12 doutrinária, que relacione o conteúdo dos programas em concurso conforme o inciso II do artigo
13 3º”. O MAGNÍFICO REITOR diz que no artigo 11 se esqueceu da observação sobre a palavra
14 “doutrinária” feita pelo professor César, que propôs retirar a palavra. Pergunta ao plenário se
15 podem retirar “doutrinária”, com o que todos concordam. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO
16 diz que, com relação ao artigo 3º, inciso II, a repetição da palavra “programa” na mesma frase
17 pode criar algum grau de confusão. Pergunta se colocam o programa das disciplinas ou lista de
18 pontos elaborada a partir dos programas. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
19 SILVADO diz que a proposta está sendo feita dessa forma para evitar “lista de pontos”, porque
20 isso vai confundir com a didática. Foi por isso que foi proposto dessa maneira, porque senão
21 voltam à proposta inicial. O MAGNÍFICO REITOR diz que ela está diferenciando o programa
22 do concurso do programa das disciplinas. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
23 SILVADO diz que também diferencia de “lista”, pois não é a lista da prova didática. A
24 Conselheira ANDRÉIA GALVÃO pergunta se a lista não pode ser a mesma para a prova
25 didática. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz entender que não
26 pode ser a mesma a lista, porque a intenção é não repetir a prova. A Conselheira ANDRÉIA
27 GALVÃO pergunta se excluir das provas subsequentes não é possível. O MAGNÍFICO
28 REITOR diz que possível é; a questão é se deveriam legislar sobre tanto detalhe. Às vezes a
29 melhor coisa é deixar uma formulação que abra espaço para as congregações se adaptarem. A
30 Conselheira ANDRÉIA GALVÃO observa que “programa” duas vezes vai dar confusão. A
31 Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que não faz mal repetir a palavra
32 “programa” se o qualificador depois for diferente. O MAGNÍFICO REITOR diz que um é
33 programa de disciplinas, outro é programa de concurso. A Doutora FERNANDA LAVRAS
34 COSTALLAT SILVADO diz que acabou cortando uma palavra no artigo 11, mas a observação
35 do professor Ricardo mostrou que ela não pode ser excluída, porque a prova escrita está
36 colocada em ordem geral, que relaciona o conteúdo do programa em concurso com a área do
37 concurso. Então, essa parte final com a área do concurso ou a área do mesmo é importante
38 manter. Ficaria: “A prova escrita consistirá em uma dissertação e/ou em questões, ambas de
39 ordem geral, que relacionem o conteúdo dos programas em concurso, conforme inciso II do
40 artigo 3º, com as áreas do mesmo”. O Conselheiro ANDERSON DE SOUZA SANT’ANA diz

que vai insistir no ponto das duas listas, porque para a banca isso dificulta, já que ela terá que elaborar duas listas diferentes para duas provas diferentes, e para os candidatos isso também dificulta a preparação. Estão duplicando o número de pontos sobre os quais terão que se preparar para fazer o concurso. As universidades federais e a USP divulgam, no edital, dez pontos sobre os quais as provas são feitas; não consegue entender por que isso é algo difícil de ser feito aqui, ou de, pelo menos, se considerar a possibilidade de as congregações decidirem isso. O MAGNÍFICO REITOR diz que tem a impressão de que não é totalmente impossível. O que vão fazer é divulgar uma lista de um programa de concurso que talvez tenha tópicos muito parecidos ao da lista, mas seja formulado mais no estilo do que é um programa de disciplina, por exemplo. O Conselheiro ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA diz que é exatamente isso que estão fazendo, abrindo a possibilidade de ter a lista, como alguns acham que é necessário, e ser igual à lista para a prova didática, abrindo a possibilidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que pode ser aproximadamente igual. O Conselheiro ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA concorda, e lembra que a questão da redação é para eles, porque o candidato vai ler o edital, e o edital vai suprimir uma das duas coisas, ou a lista, ou a disciplina. O MAGNÍFICO REITOR diz que ou o edital vai estabelecer que é o programa das disciplinas e os candidatos devem estudar tudo, ou ele vai fazer um programa resumido, que pode ser muito parecido com a lista. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI observa que essa minuta foi discutida exaustivamente desde muito tempo, então teme um pouco que comecem a fazer grandes alterações que depois vão redundar em problemas nos quais não pensaram antes. Sua proposta seria aprovar o que existe agora; a vigência dessa norma só começa em 1º de junho, antes disso nada vai acontecer. Ainda haverá o Consu em maio, antes da entrada em vigor, então podem pensar em coisas alternativas, em algumas alterações, mas de modo mais consistente e considerando toda a norma, a fim de evitar problemas, porque tudo vai redundar em alterações no edital e no sistema que estão fazendo. É preciso ter um pouco de cautela, senão pode haver problemas que não estão prevendo aqui, por isso sugere aprovar a minuta como está, depois propõem formulações e em maio podem apresentar uma alteração alternativa que esteja de acordo com o restante da norma, que possa ficar harmonioso e evitar problemas nos quais nem conseguem pensar agora. O MAGNÍFICO REITOR diz que como a formulação que a doutora Fernanda apresentou é mais geral, ela dá liberdade para as duas coisas, podem fazer um edital primeiro que esteja baseado no tradicional, programa das disciplinas, e testar. Só vão estar dando um pouco mais de liberdade. A única coisa que se acrescenta é que terá no edital, eventualmente, um programa de concurso. O Conselheiro ALESSANDRO DOS SANTOS FARIA diz que, como já discutiram, podem fazer o contrário: votar com as alterações e em maio trazer de volta alguma questão que tenham verificado que não vai bater. O MAGNÍFICO REITOR diz que como ela não fecha, ela abre, se o edital não fizer essa abertura, vai ficar o edital da norma mais restrita. Então, não vê tanto problema. Mesmo que criem um sistema que é mais restritivo, os primeiros editais vão ser mais restritivos, depois ampliam na alternativa. Conseguiram construir aqui alguma coisa a partir de olhares diferentes de cada área e avançar. Gosta da convergência, de estabelecer alguma coisa que seja maioria ampla. Pergunta se podem

1 prosseguir desse jeito e solicita que a doutora Fernanda repita as formulações dos artigos a
2 serem votados. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO passa à leitura:
3 “Artigo 3º - inciso I: Indicação das áreas do concurso composta de disciplinas ou conjunto de
4 disciplinas nos níveis de graduação e/ou pós-graduação, integradas na unidade, bem como de
5 seus programas; II - A apresentação do programa do concurso, conforme inciso I, ou programa
6 do concurso formulado com base na área e disciplinas em concurso que serão objeto das
7 provas”. Artigo 11: “A prova escrita consistirá em uma dissertação e/ou em questões, ambas de
8 ordem geral, que relacionem o conteúdo dos programas em concurso, conforme inciso II do
9 artigo 3º, com as áreas do mesmo”. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR
10 submete à votação essa formulação apresentada pela Procuradora Geral, que é aprovada com
11 58 votos favoráveis e 07 abstenções. Passa ao item 05 – Proc. nº 01-P-42640/2024 –, que trata
12 de proposta de Deliberação Consu que altera os artigos 3º e 8º da Deliberação Consu-A-
13 20/2024, que institui o programa piloto de reserva de cargos públicos de Professor Doutor da
14 Carreira do Magistério Superior destinados para pessoas com deficiência. Destaque do
15 professor Flávio. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que destacou
16 este item por uma única razão, e até já debateram isso na reunião da Cepe. O artigo 3º estabelece
17 que todos os concursos públicos de provas e títulos para provimento de cargo de professor
18 doutor a serem realizados a partir de 1º de junho de 2025 deverão prever, além da ampla
19 concorrência, a reserva de vagas para pessoas com deficiências até que a vaga reservada seja
20 preenchida pela unidade. Ressalta a especificidade da Odontologia, o que não tem nada a ver a
21 quem se refere à vaga ou à cota da vaga. Deixa isso bem claro. Isso se refere apenas à
22 especificidade do curso de Odontologia, que tem a maioria das vagas para a área clínica, e há
23 necessidade de as pessoas serem especialistas. Então, é difícil para a FOP criar um concurso
24 mais abrangente, como foi discutido nos itens 03 e 04 desta pauta, e misturar especificidades.
25 Seria a mesma coisa que abrir um concurso único para contratar médicos para um hospital e,
26 depois que eles forem contratados, dizer que eles agora vão ser cardiologistas ou
27 neurocirurgiões. Pergunta se há a possibilidade de que, no artigo 3º, se coloque um item
28 permitindo que, caso a unidade tenha alguma especificidade e que ela justifique essa
29 especificidade, que ela possa realizar o concurso independente de outro concurso. A
30 Conselheira GIOVANNA DA COSTA ROMARO diz que é uma mulher branca, de cabelos
31 curtos, pintados de lilás, está trajando um vestido roxo e usa óculos. Pergunta à FOP se fosse
32 qualquer outro tipo de ajuntamento de áreas para fazer um concurso, se a posição seria a mesma.
33 O que tem visto é que, todas as vezes que vão discutir sobre deficiências, a FOP arruma algum
34 empecilho, e isso tem sido reiteradamente colocado no Conselho Universitário desde o ano
35 passado, quando esse tema veio para a discussão sobre cotas para pessoas com deficiência.
36 Também gostaria de saber, caso sejam separadas as áreas de concurso, como ficariam as cotas,
37 qual é a proposta da FOP, se é a de não haver cotas. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE
38 BAGGIO AGUIAR diz que foram criadas cotas PP, e este concurso é independente de outro.
39 Ele pode acontecer naturalmente, e destaca que a FOP não possui objeção para nenhum tipo de
40 cota. A FOP tem professores pretos ou pardos, professores PCDs, e eles trabalham

normalmente, sem nenhum senão, nas funções que ocupam. A questão é que a FOP nunca executou concurso em conjunto, quer seja para cota ou não, e isso vai obrigá-la a realizar duas especificidades juntas. Seria como contratar um professor que faz prótese para ensinar pediatria, o que pode criar um problema de contratar um professor que não tenha a especialidade necessária para estar dentro da clínica, atuando com um aluno e um paciente ao mesmo tempo, sem ter o treinamento devido, independentemente se ele é um professor que entrou por qualquer tipo de cota ou não. Ressalta que o problema não é a cota, e sim a forma como foi feito o concurso. A única coisa que solicita é que este concurso seja realizado da mesma forma que está sendo realizado para cotas PP. Como trabalham com pacientes, precisam que a pessoa contratada dê conta de realizar o procedimento junto ao aluno com aquele paciente. A professora Mônica disse que no IFGW existem disciplinas comuns a todas as áreas da Física, mas na área de Odontologia isso não ocorre para situações clínicas. Quando há um paciente, um professor e um aluno sentados, é preciso dar uma solução para o caso, e se criam um concurso sem essa especificidade, correm o risco de ter um professor que não esteja preparado para resolver o caso daquele paciente. O MAGNÍFICO REITOR diz que talvez estejam misturando assuntos. As cotas PCD são extras, elas só serão utilizadas se houver uma pessoa PCD que entrou. Não é como o concurso dos pretos e pardos, que pensaram de uma forma ampla. O concurso PCD é um concurso normal, em que caso não entre nenhum PCD, não vão poder usar a vaga PCD. A vaga PCD só vai entrar se algum PCD foi aprovado em algum concurso da FOP. Se a unidade fizer concursos específicos e passar um PCD, ela terá uma vaga extra; se não passar nenhum PCD e ninguém se inscrever, essa vaga não existirá e estará reservada até que uma que seja preenchida. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz que, em consonância com o entendimento que o senhor Reitor acabou de expressar, há uma diferença importante sobre o modo como encaminham os concursos PPI e os concursos PCD. Nos concursos PPI, encaminham a proposta de vagas exclusivas para PPIs e que, nesse sentido, requereriam concursos específicos que, conforme a professora Mônica expressou no ponto de pauta anterior, deveriam ser mais gerais. Nos concursos PCDs, não especificam vagas exclusivas, mas sim vagas extras em havendo candidatos PCDs inscritos que optem pela cota. Nesse sentido, não há qualquer impacto no modo como as unidades arranjam normalmente seus concursos e, portanto, de fato, o ponto levantado pela FOP lhe parece supérfluo. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que talvez seja uma questão de redação. Talvez a redação do Artigo 3º da Deliberação Consu-A-20/2024 devesse ficar da seguinte forma: “Todos os concursos públicos de provas e títulos para provimento do cargo de Professor Doutor a serem realizados a partir de 1º de junho de 2025 deverão prever, além de vaga disponível para ampla concorrência, a existência de vaga adicional para pessoas com deficiência”. Reserva de vaga dá a impressão de que estão fazendo uma cota, e a ideia de cota é confusa para alguns. Vaga adicional é vaga adicional, ou seja, vão entrar três pessoas e mais aquele que é um candidato PCD e entrou. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO esclarece que, infelizmente, não é o caso, porque a vaga não é garantida em todos os concursos que preveem PCD nas unidades. Supondo que a FOP abra quatro concursos, ela não vai poder colocar vaga

1 já fixa nos quatro concursos, porque ela só tem uma. Então, se houver mais de um candidato
2 PCD aprovado, ela vai ter que escolher para qual concurso essa vaga extra vai, inclusive já
3 definiram os critérios. É diferente de outros concursos que a Universidade faz, em que a vaga
4 reservada já está lá garantida, porque há um número grande de vagas em concurso. Nesses não,
5 todos vão prever que haverá possivelmente uma reserva de vagas, mas ela só vai ser usada
6 mesmo se o concurso tiver candidato PCD inscrito, aprovado, e se mais de um ocorrer na
7 unidade, segundo os critérios definidos na norma e aprovados na congregação. É um pouco
8 mais complexo. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que tudo isso se
9 aplicaria se a FOP tivesse sobra de vagas, de qualquer espécie, mas ela hoje tem 11 áreas
10 diferentes aprovadas na congregação e seis vagas. Se executarem o concurso da forma
11 mencionada, uma dessas cinco primeiras áreas terá duas vagas, e então teriam que aguardar
12 mais vagas para tentar ir ocupando as outras vagas, do sexto até o décimo primeiro. A ideia era
13 tentar utilizar essa vaga dentre as 11 vagas das áreas já selecionadas, e ocupar essa vaga
14 efetivamente, em vez de dar duas vagas para uma área específica e deixar outra área sem a vaga.
15 O MAGNÍFICO REITOR diz que a vaga PCD é uma vaga extra, ela não está no primeiro
16 pacote, e isso é para as 24 unidades da Unicamp. Se em alguma unidade não tiver nenhum PCD
17 prestando o concurso, ela não será ocupada e vai continuar lá, até o momento em que houver
18 um PCD prestando. Ela é uma vaga adicional, está além do pacote daquelas 96 que foram
19 distribuídas; portanto, as unidades têm que contar com as 96 vagas inicialmente distribuídas, e
20 se houver um PCD que passou no concurso, ela tem uma vaga extra. Se tiver uma em cada
21 unidade, terão 24 novos professores, todos PCD. Então, ela não é uma vaga garantida, não está
22 no pacote da abertura do concurso, vai ser concedida *a posteriori*. Se houver um candidato PCD
23 aprovado, essa vaga será utilizada, e pode ser em um concurso específico na FOP, caso haja um
24 PCD aprovado nesse concurso. Esse é o espírito da minuta que aprovaram; a regra já está
25 definida e ela é diferente da dos concursos PPI. O objetivo do PPI era ampliar a área para ter
26 muitos candidatos; no caso do PCD, não sabem o que vai acontecer. Inclusive, lembra que a
27 minuta inicial, apresentada há cerca de dois anos, tinha apenas seis vagas, mas o professor
28 Fernando Sarti propôs uma vaga para cada uma das 24 unidades. Propuseram uma inclusão
29 maior, mas não têm controle se vai haver candidatos; desejam que haja, porém não sabem, será
30 uma experiência de teste. No início, trabalhavam com 94 vagas, mais seis PCDs, mais 24 PPIs
31 e com mais as 24 PCDs adicionais chegaram a 144. Se não tiver nenhum PCD em uma unidade,
32 ela não terá essa vaga adicional. Portanto, a FOP pode fazer os concursos que têm que fazer.,
33 divulgando que as pessoas nas diferentes especialidades dos concursos que serão abertos podem
34 ser pessoas com deficiência para prestar o concurso e garantir essa vaga a mais. O Conselheiro
35 FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR observa que serão contratados dois em uma área, e
36 o problema é a disputa de vagas por áreas dentro da FOP. O MAGNÍFICO REITOR diz que
37 entende essa dificuldade, mas não conseguem resolver todos os problemas ao mesmo tempo.
38 Quando decidiram, por exemplo, um estilo de concurso PPI – porque poderiam fazer de outra
39 forma –, sabiam que poderiam ter mais pessoas acumuladas em uma área que tenha menos
40 deficiência na unidade. Mas estão privilegiando a inclusão em relação a preencher todas as

1 áreas deficientes na unidade. São opções, e foi no caso do PCD que fizeram essa opção clara,
2 pois querem que os candidatos PCD entrem na Universidade, mesmo que isso signifique que
3 uma área vai ficar com mais gente e outra está descoberta. É um problema do ponto de vista
4 acadêmico, mas é uma opção do ponto de vista da inclusão. São dilemas que, como instituição,
5 às vezes, precisam enfrentar. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz,
6 esclarecendo a conselheira Giovanna, que a FOP quer, sim, as pessoas PCD dentro dela,
7 inclusive ela foi a segunda unidade a procurar a Depi para fazer as devidas adequações de
8 acessibilidade em seu *campus*. O MAGNÍFICO REITOR diz que foi muito discutido na equipe
9 da Reitoria, sabem que essas coisas geram soluções que não são perfeitas. E optaram, tanto em
10 um caso como no outro, por aquilo que lhes parecia a questão mais importante para a instituição,
11 que era caminhar na direção da inclusão, sabendo que isso eventualmente poderia gerar
12 problemas em relação a áreas que não são bem cobertas. Sabem que perderam muitas pessoas,
13 acha que existem opções boas para resolver isso no futuro, mas precisavam dar esse passo e
14 talvez o próximo Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário possa abrir uma segunda rodada
15 de vagas para repor isso, porque sabem que há lugares descobertos, mas foi mesmo uma opção.
16 O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ observa que cobertor curto de
17 disciplinas todas as unidades têm; unidades com disciplinas clínicas que envolvem atendimento
18 de pacientes não são uma exclusividade da FOP. A FCM, a FEnf, acredita que também a FCF,
19 estiveram de acordo com essa minuta, que não reserva vagas exclusivas para concursos PCD,
20 mas cria vagas adicionais em havendo inscrições. Portanto, não lhe parece fazer sentido o pleito
21 de uma única unidade, se de fato o problema for o que está colocado aqui, ou seja, o equilíbrio
22 de disciplinas. Primeiro, porque não é um problema exclusivo dessa unidade; segundo, o caráter
23 clínico das disciplinas tampouco é uma exclusividade dessa unidade. E nem é uma questão de
24 tamanho, porque a FCM é grande, a FEnf e a FCF são unidades menores, e não podem criar
25 uma exceção a uma política de inclusão já aprovada para uma única unidade. Nesse ponto,
26 concorda mais uma vez com a Administração, isso terá que ser equilibrado ao longo do tempo.
27 E reitera que é vaga adicional, não é vaga exclusiva, portanto, realmente, se a declaração da
28 unidade de que quer a inclusão procede, não vê sentido no pleito. O Conselheiro FLÁVIO
29 HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que as unidades citadas, FCM, FEnf, FCF, são unidades
30 que contam com o Hospital e com profissionais específicos para isso. Portanto, elas não
31 dependem somente dos professores para estar na linha de frente de atendimento. Na FOP, estão
32 iniciando um projeto que talvez, em um médio espaço de tempo, forneça essa mesma condição,
33 mas, por enquanto, são os docentes que estão na linha de frente, junto com os alunos. O
34 MAGNÍFICO REITOR diz que de alguma forma ficou nítido o espírito original da minuta.
35 Pergunta à doutora Fernanda se há alguma necessidade de mudar no texto da minuta “reserva
36 de vaga” para “vaga adicional para pessoas com deficiência”. A Doutora FERNANDA
37 LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que acha que não, porque o artigo 3º demonstra
38 esse espírito de que vai haver a previsão de reserva no concurso, mas que a vaga não está já
39 garantida naquele concurso, já não está fixa para aquele concurso. A Secretaria Geral teve que
40 colocar essa proposta aqui de mudança da data do início da cota por conta das mudanças que

estão sendo feitas no edital e no sistema informatizado para realizar os concursos, de maneira que tudo seja feito adequadamente para iniciar em junho, porque, como houve um atraso no sistema que está sendo desenvolvido, foi necessário atrasar um pouco também o início da cota, mas só por isso, não está havendo nenhuma dúvida. O MAGNÍFICO REITOR diz que a motivação não foi mudar os termos, foi o problema da data, porque tem um sistema novo sendo estabelecido para conseguir atender a tudo isso. Viram que a dedicação da doutora Ângela na eleição foi completa e a preocupação dela com o desenvolvimento dos sistemas é também bastante grande, para que não ocorra nenhuma dificuldade. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que entende a preocupação do professor Flávio, mas realmente fizeram uma separação, depois de ter as vagas regularizadas pela Alesp, porque tiveram esse impedimento, distribuíram 120 vagas inicialmente, das quais criaram uma cota de 20% para PPI, o que significa que ficaram 96 para livre concorrência e 24 para as cotas, que é exatamente o número de unidades que a Universidade possui. Além disso, criaram as vagas adicionais, no sentido de que cada unidade vai ter uma vaga para preencher com PCD. O que também levantaram como possibilidade foi: supondo que alguma unidade recebeu cinco vagas, ela pode fazer cinco concursos, três concursos ou um único concurso, pois cada unidade tem a sua característica. Supondo que esteja fazendo cinco concursos diferentes, o que pode acontecer é que em dois ou três desses concursos haja candidatos PCD. Ou pode não aparecer nenhum, não sabem, não tinham nem essa demanda ainda para poder avaliar. Se houver dois aprovados, possuem os critérios muito claros hoje de como a unidade vai ter que decidir; a unidade não vai escolher qual desses PCDs vai entrar, ela vai ter que seguir os critérios que estão na deliberação. Então, há diferença entre o que atribuíram para as vagas PCD e o que foi atribuído nas cotas para as vagas PPI. Concorde com o senhor Reitor que não vê esse problema colocado. Foi aqui mencionado que faltam vagas, que o cobertor é curto, como disse o professor André, mas com as vagas distribuídas, com os concursos em andamento, a Universidade vai atingir 1.985 docentes MS, um número que a Universidade nunca teve depois de 2015. Portanto, houve o esforço de reposição de docentes e de funcionários nesta Universidade, e há mais de 240 concursos a serem feitos ainda pelas unidades, com vagas já distribuídas. Assim, não são só essas 120, mais as 24; existem ainda muitas vagas distribuídas cujos concursos não foram realizados. Acredita até que com a mudança aprovada aqui hoje, esses concursos possam ocorrer, e ressalta que vão atingir quase 2.200 docentes MS na Universidade. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ observa que quando falou de cobertor curto, não estava fazendo uma crítica à Administração, estava contra-argumentando um argumento que lhe parecia improcedente, vindo da unidade reclamante. Em nenhum momento disse que não houve esse esforço, que lhe parece que houve, e estão vendo os resultados. A Conselheira GIOVANNA DA COSTA ROMARO diz que gostaria de se retratar, caso o professor tenha se sentido ofendido em relação à sua cobrança de a FOP colocar empecilhos para esta pauta. Mas, enquanto pessoa com deficiência, também sente um incômodo muito grande quando vê a dificuldade que existe para implementar uma política de inclusão. O fato de a FOP ser a segunda unidade a buscar melhorias de acessibilidade não faz dela uma heroína, faz dela uma unidade

que cumpre sua obrigação. Também pontua que PCD é uma sigla, que significa Pessoa com Deficiência, portanto não há necessidade de dizer “pessoa PCD”, “estudante PCD”, “docente PCD”, e indica a todos que oralmente utilizem o termo completo, “pessoa com deficiência”, pois isso não é nenhum demérito, não é ofensivo. PCD é uma sigla para se usar somente para abreviar coisas em textos. O MAGNÍFICO REITOR diz que o importante é que estão em um processo constante e permanente de mudança. Vão ter que aprender a lidar com essa situação, passar pelo processo de aprendizado e indo em frente, porque estão fazendo coisas boas. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES diz que, como representante docente das demais carreiras, particularmente gostaria muito que esse projeto fosse estendido para os colégios técnicos e para outras unidades que representam. O MAGNÍFICO REITOR diz que esse é um projeto piloto e concorda que ele deve ser estendido. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 06 – Proc. nº 01-P-15780/2024 –, que trata de proposta de Deliberação que altera a Deliberação Consu-A032/2017, que dispõe sobre os sistemas de ingresso aos cursos de Graduação da Unicamp. Passa a palavra aos professores Ivan Toro e José Alves. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que solicitou o destaque deste item com o intuito de colocar a posição da PRG a favor dessa medida e também para passar a palavra ao professor José Alves. O Professor JOSÉ ALVES FREITAS DE FREITAS NETO diz que é um prazer participar desta Sessão, que representa mais um momento histórico para a Universidade. Lembra que esteve aqui na condição de presidente de GT de implementação de política de ação afirmativa em outros momentos. Esse GT vem trabalhando desde maio de 2024 e encerrou suas atividades agora em março; teve a oportunidade de apresentar aqui no Consu, no final do ano passado, o esboço da proposta. Também foram realizadas duas audiências públicas que corroboram o papel desse GT com a política de implementação para as pessoas trans, travestis e não binárias. O GT foi constituído por 15 pessoas, sendo que sete delas se identificam como pessoas trans. Trata-se de um passo a mais nas políticas de ação afirmativa que a Universidade vem tendo desde 2003, com a criação do Paais, e depois em 2017 com as cotas raciais e a criação do vestibular indígena. No ano passado, as vagas para os PCD e agora chegam a esse princípio. Há um grande debate entre os especialistas sobre os pressupostos de cotas mais universais e gerais, e depois de ter uma segmentação. O que chamam de cotas mais universais e gerais envolve o critério escola pública e o critério étnico-racial. E depois, no segundo momento, cotas mais específicas para grupos que talvez ainda sejam sub-representados ou que demandem uma atuação mais específica, e é nesse sentido que envolve esse GT e as cotas para as pessoas trans. Lembra que já existe um grande contingente de pessoas trans dentro da Universidade, mas é um público que, tradicionalmente, tem menos acesso à escolaridade. É um contingente populacional de aproximadamente 1,1 milhão de pessoas trans ou travestis e aproximadamente 1,9 milhão de pessoas que se declaram não binárias, embora não existam dados oficiais por parte do governo. A proposta é utilizar o sistema do Enem, com a adoção de uma vaga para os cursos que têm até 30 vagas e duas vagas para as pessoas trans em cursos que tenham 30 vagas ou mais. Então, fica a critério das congregações se as vagas serão adicionais ou não. Pensando no grande

número de cursos que têm até 30 vagas, o ideal seria que essas vagas fossem adicionais, porque, obviamente, isso pressionaria menos as demais políticas de ação afirmativa que estão dentro do Enem, ou seja, os estudantes de escola pública, os estudantes de escola pública pretos, pardos e indígenas e os estudantes PCD. Para terem um parâmetro, no processo de ingresso de 2025 houve 279 pessoas inscritas, 40 delas convocadas e 26 matriculadas. Lembra que o critério que utilizaram foi apenas o vestígio por nome social, e portanto talvez possam estar subnotificados esses dados. Os cursos mais procurados foram Artes Visuais, Ciências Biológicas, Medicina, Letras e Midialogia, e os matriculados foram principalmente dos cursos de Artes Cênicas, Letras, Geologia, História e Artes Visuais, mas existem pessoas interessadas em quase todas as carreiras. Tudo isso depois demanda uma série de políticas de acompanhamento e de permanência, e estão trazendo agora essa primeira rodada de conversa e apresentação. E no sistema de seleção as pessoas vão se autodeclarar e inserir um documento que estão chamando de relato de vida, que conterà orientações detalhadas dentro dos editais, que contarão com um modelo, como tudo aquilo que a Comvest faz. A previsão de revisão da política é depois de cinco anos, no primeiro momento, e existe a possibilidade de participação de estudantes de escola pública e de escola privada. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que fará a leitura de uma manifestação do grupo “Unicamp em Movimento”: “O país e o mundo vivem uma encruzilhada civilizatória. Por todos os lados, a intolerância, a violência como método político e a opressão se espalham. Temos visto isso de perto: na semana passada, em dois eventos, militantes invadiram o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Unicamp e o fizeram para atacar covardemente não só o IFCH, mas toda a Universidade em nossos fundamentos, trabalho sério na produção e disseminação do conhecimento, o respeito às pessoas e a construção de uma sociedade mais justa. Nossa Universidade tem histórico e orgulho de sua luta pela democracia e pelos valores que nos fazem dignos de sermos chamados de seres humanos. Após tomar conhecimento do relatório do Grupo de Trabalho que elaborou a proposta de criação de cotas para pessoas trans, percebemos nessa discussão uma oportunidade de a Unicamp afirmar, diante da sociedade brasileira, que o respeito à dignidade humana é um valor inegociável. Dentre os diferentes grupos excluídos, o grupo de pessoas trans, ao qual nos juntamos neste momento, tem se destacado por simbolizar a luta contra as diversas formas de intolerância. O ingresso das pessoas trans na Unicamp por meio de cotas lhes assegurará o pertencimento a uma comunidade que se quer acolhedora, respeitosa, e lhes proporcionará o apoio necessário para superar as adversidades impostas pela realidade social brasileira. A adoção da política de cotas trans para o ingresso nos cursos de graduação significa dizer que essas pessoas são bem-vindas em nossa Universidade, como tem ocorrido também com outros grupos de pessoas responsáveis por tornar nossa comunidade mais diversa e plural. Temos certeza de que a adoção da política de cotas trans para o ingresso nos cursos de graduação representará um passo significativo da Unicamp na promoção de uma sociedade mais justa e equânime. Unicamp em Movimento”. A bancada geral assina este documento: as professoras e professores Anna Bentes, Dirce Zan, Francisco Aoki, Noel Carvalho, Paulo Velho, Verónica González-López, Wagner Romão, André Kaysel, Edson Bueno, Josely

1 Rimoli, César Pagan, Joana Froes, Luciane Guerra, Marcelo Terra Cunha. Nelson Felice, Silva
 2 Amaral, Francisco Rodrigues e Sandro Dias. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO
 3 DA SILVA diz que se sente muito contente e honrado de estar participando desta discussão
 4 hoje, pois, como já foi falado pelo professor José Alves, é um momento histórico. É um
 5 momento em que estão pensando em uma Universidade mais inclusiva e também na sua
 6 conformação mais diversa. Já declara seu voto favorável às cotas trans e louva a iniciativa do
 7 Grupo de Trabalho, da Reitoria, que encampou a proposta, do movimento estudantil, que já
 8 vinha trazendo isso, e que caminha, de fato, para uma Universidade mais inclusiva e diversa.
 9 Tem uma dúvida sobre a averiguação do relato de vida, que será feita por uma comissão de
 10 verificação designada pela Comvest, composta por um docente, um funcionário com
 11 representação da comissão de gênero e sexualidade da DEDH, sendo, dentre eles, pelo menos
 12 uma pessoa trans, travesti, não binária. Sua dúvida é se haverá, por parte dessa comissão que
 13 vai ser criada, a averiguação apenas do relato de vida ou se a pessoa que estiver concorrendo
 14 por essa cota vai também ter que apresentar o relato oralmente, seja presencial ou virtualmente.
 15 A Conselheira LUARA SOUZA DE OLIVEIRA diz que é estudante de Ciências Sociais desta
 16 Universidade, é uma mulher trans, travesti negra, de cabelo *black*, e veste um macacão laranja.
 17 Saúda este espaço, antes de tudo, em memória de Agnes Lemos, que foi um estudante de
 18 Ciências Sociais aqui da Universidade Estadual de Campinas, que se suicidou no início do ano.
 19 Era um grande ativista, grande educador social, que sucumbiu tragicamente pela violência
 20 sistemática do que é a construção contra corpos trans e travestis na sociedade. Saúda também
 21 Leonardo Vicente, que foi um estudante de Educação aqui da Universidade Estadual de
 22 Campinas, que se suicidou também, por conta dessas violências sistemáticas na sociedade e
 23 pela exclusão a corpos trans e travestis. Saúda ainda a memória de Kelly da Silva, que foi uma
 24 travesti da cidade de Campinas, assassinada brutalmente pela transfobia estrutural. Kelly teve
 25 seu coração retirado e no local foi colocada a imagem de uma santa. Traz esses relatos para
 26 demonstrar qual a realidade a que pessoas trans e travestis estão submetidas neste país. Durante
 27 16 anos consecutivos, vem sendo provado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais
 28 – Antra que o Brasil é o campeão mundial de mortalidade de pessoas trans e travestis. Não à
 29 toa também as estatísticas apontam que a expectativa de vida de uma pessoa trans e travesti é
 30 de 35 anos de idade, e sendo negras, 28. Agradece aos membros do GT, do qual ela também
 31 fez parte, e diz que chega aqui muito ansiosa, porque é uma luta dentro da Universidade que
 32 está estabelecida antes mesmo do Núcleo de Consciência Trans da Unicamp. Não sabe se o
 33 conhecem, mas o Núcleo de Consciência Trans da Unicamp é uma articulação política dos
 34 estudantes trans e travestis da Universidade que tem se empenhado exatamente em chegar a
 35 esse espaço, propondo atividades de mesas de conversa, atividades culturais e outras atividades
 36 de contribuição ao saber e intelecto da Universidade. E não somente isso, a movimentação para
 37 as políticas de ações afirmativas e para a entrada de pessoas trans e travestis na Universidade
 38 vem de muito antes, a partir do Ateliê TRANSmoras, que é uma ocupação que agora está sendo
 39 reconhecida pela Universidade, que tem mais de 13 anos de existência nesse espaço e que tem
 40 feito produções magníficas, tanto na arte, na cultura e também no acolhimento de pessoas trans

e travestis, a partir da transmutação têxtil. Saúda Vicenta Perrotta, Rafaela Kennedy, Antônia Moreira e os demais contribuidores do Ateliê TRANSMoras. Coloca-se à disposição para tirar as dúvidas, saúda este espaço mais uma vez e agradece profundamente a oportunidade de estar como porta-voz dessa ação. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO parabeniza o GT pela proposta, que é muito bem fundamentada, muito informativa, muito cuidadosa. Já disseram muitas vezes aqui no Consu, em outras ocasiões em que discutiram políticas de inclusão, que só buscam soluções quando reconhecem que o problema existe. E o problema, neste caso, é a vulnerabilidade socioeconômica de um grupo social, a discriminação que esse grupo sofre, o fato de ele ser excluído da Universidade e a enorme violência, como foi destacado aqui pela acadêmica Luara. Mas, quando buscam soluções, percebem que elas não estão prontas, que elas precisam ser construídas. E, para isso, é preciso dialogar, é preciso reconhecer como interlocutores os movimentos sociais que trazem essas demandas de inclusão, de diversidade, de combate às opressões. Dentro da Universidade, existe uma certa tendência de naturalizar processos de ingresso tradicionais, e não necessariamente se dão conta das diversas formas de opressão, de exclusão e dos seus mecanismos de reprodução social. Nem sempre pensam em como podem enfrentar esse desafio e mudar, de fato, essa realidade, mas essa experiência e outras que tiveram a possibilidade de viver aqui na Unicamp mostram que as populações vulneráveis se organizam, que apresentam demandas que são absolutamente legítimas, elas lutam por direitos, por inclusão, por permanência, e isso lhes permite conhecer as suas elaborações e também dialogar com elas, a fim de transformar efetivamente a Universidade. Mas para que isso ocorra, é preciso garantir espaço para o debate, para a apresentação de diferentes propostas, porque as soluções precisam ser, de fato, construídas de forma coletiva. Destaca a participação dos estudantes no GT, a possibilidade de ter essa mobilização, e lembra, como destacou a conselheira Luara, e como o texto do GT menciona, que o Ateliê TRANSMoras existe desde 2013 e o Núcleo de Consciência Trans já tem quatro anos. Destaca todo esse envolvimento, toda essa participação, e também ressalta o conjunto dos pesquisadores e docentes que fazem parte do GT e que contribuem para esse resultado. O relatório do GT indica que há 13 universidades federais ou estaduais que estabelecem cotas para pessoas trans e travestis, ou seja, já existe um conhecimento acumulado, uma experiência com a qual podem continuar aprendendo. Lembra que o IFCH foi a primeira unidade a instituir uma política de ação afirmativa para pessoas trans e travestis, em 2020, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Hoje, três dos dez programas de pós-graduação do IFCH possuem cotas trans; além do já citado, também possuem cotas trans o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia. É pouco, porque são três em dez, mas acha que essa discussão certamente vai lhes permitir também avançar na pós-graduação, observando que a comunidade do IFCH participou ativamente desse debate. Aproveita para agradecer as palavras do Grupo Unicamp em Movimento em defesa do IFCH, não é à toa que o IFCH foi atacado semana passada, e, portanto, só pode apoiar com muita alegria, com muito entusiasmo, a introdução de cotas trans para o ingresso na graduação. A Conselheira DÉBORA CRISTINA JEFFREY diz que a FE, assim como o IFCH, tem um

1 programa que já instituiu, nesses últimos anos, cotas trans. Parabeniza o GT, assim como a
2 Comvest e o Núcleo de Consciência Trans e todos aqueles envolvidos com esse movimento.
3 Estão falando das cotas trans, mas ela referenda um processo de consolidação de políticas e de
4 ações afirmativas nesta Universidade. Um processo longo, doloroso, para muitos; ainda é
5 necessária a mudança dessa cultura institucional do enfrentamento das violências, do
6 preconceito e da discriminação. Fala aqui em nome da Faculdade de Educação, que apoia não
7 somente essa iniciativa, mas qualquer outra vinculada à política de ações afirmativas. Amanhã,
8 inclusive, haverá uma congregação para votar a criação de uma comissão de diversidade e
9 inclusão, reconhecendo a entrada de toda essa população até então minorizada na sociedade
10 brasileira. Nesse sentido, então, entendem que todas as conquistas que aqui estão votando hoje
11 e que votaram em 2017, a partir da greve de 2016, que teve muita importância para poderem
12 estar aqui hoje, são representativas e, em tão pouco tempo, garantiram que grupos minorizados
13 estivessem aqui, ocupando este espaço. Destaca também a importância da institucionalidade.
14 Não basta ter os corpos, não basta ter as pessoas, elas precisam ser integradas a uma política
15 institucional. Há que se ter recursos, há que se ter uma estrutura e há que se ter um projeto desta
16 Universidade. Cada indivíduo que ingressa por esses grupos deve ser visto como membro
17 integrante e atuante desta Universidade. Nesse sentido, a institucionalização de políticas de
18 ações afirmativas se faz mais do que necessária, seja com a criação ou de uma pró-reitoria, ou
19 de uma diretoria, ou de um espaço institucional no qual possam, de fato, referendar todos os
20 projetos e ações, tendo em vista essa mudança de cultura institucional, de enfrentamento às
21 violências, aos silenciamentos, mas especialmente com a garantia de direitos, porque este é um
22 compromisso que estão assinando aqui hoje, em nome de toda a comunidade universitária. Só
23 assim será possível referendar com direitos, com igualdade e, ao mesmo tempo, com o
24 enfrentamento e a conscientização da sociedade tudo o que representam não somente as cotas
25 trans, mas também as cotas para a população negra, para docentes, para pessoas com deficiência
26 e todos os demais grupos, incluindo o vestibular indígena. O Conselheiro REGINALDO
27 ALVES DO NASCIMENTO diz que é um homem branco, de 38 anos, tem cabelos castanhos,
28 usa barba e está vestindo uma camiseta roxa. Vai dividir sua fala em dois momentos: o primeiro,
29 elogiando o trabalho feito pelo GT, que foi gigantesco, minucioso, e que traz uma importante
30 discussão para este momento da Universidade. Logo na introdução do trabalho do GT o texto
31 traz uma colocação fundamental para o resultado, que é justamente a contribuição do
32 movimento social para a elaboração da proposta. Elogia o trabalho feito pelo Núcleo de
33 Consciência Trans, mas sabem que é um trabalho muito mais profundo e mais antigo, que vem
34 de décadas, porque Campinas possui um dos movimentos LGBT e trans mais fortes e
35 organizados de todo o país. É importante situar a Unicamp dentro de Campinas, então a
36 participação do movimento é fundamental e expressa esse trabalho conjunto. Outro elemento é
37 entender que não basta simplesmente criar as vagas, ter as cotas, mas é preciso haver todo um
38 apoio no sentido da permanência dessas pessoas, entendendo a sua situação de vulnerabilidade.
39 Então, não podem pensar em cotas sem pensar na permanência dessas pessoas, porque senão,
40 na prática, não vão implementar, uma vez que a tendência é essas pessoas abandonarem seus

1 cursos. Portanto, isso é fundamental no processo. A segunda parte de sua fala é um relato
2 pessoal: é ativista e militante LGBT da cidade de Campinas, também é ex-estudante da
3 Unicamp, formou-se em Letras, e pertenceu à terceira turma do Paais. Era uma época em que
4 discutir cotas para pessoas negras, indígenas, trans, pessoas com deficiência, era impensável
5 aqui dentro. Dessa forma, é muito gratificante ver essa evolução nas políticas nos últimos anos,
6 aquilo em que o Paais se transforma, e a consolidação da possibilidade de pessoas diversas
7 entrando na Universidade. Como militante, lembra-se que em 2010 foi realizado na
8 Universidade um encontro nacional de diversidade sexual, justamente no sentido de trazer o
9 debate acadêmico junto com o debate do movimento social. Houve diversas mesas e debates
10 que foram extremamente significantes, importantes dentro da academia, e lembra-se de
11 conversar com uma grande amiga, a Janaína Lima, que infelizmente hoje não está mais entre
12 eles, e no final do evento ela falou o quanto foi potente ter a participação do movimento e das
13 pessoas trans dentro da Universidade. Seu desejo hoje era poder falar para ela que agora isso
14 vai ser permanente, não vai ser só um evento específico. Também foi amigo do Agnes, foram
15 colegas no cursinho, onde ministravam a mesma disciplina, então fica muito feliz de estar aqui
16 hoje votando nesta proposta, porque é resgatar a memória da Janaína, do Agnes e de todas as
17 pessoas que não estão mais entre eles, que foram fundamentais para essa política existir hoje.
18 A Conselheira GIOVANNA DA COSTA ROMARO parabeniza o Núcleo de Consciência
19 Trans pelo envolvimento com essa pauta e pela dedicação em desenvolver uma proposta que
20 realmente representa o que esse grupo tem para contribuir para a Universidade. Algo que outros
21 grupos, quando foi feita a política, não tiveram oportunidade de fazer. Então, fica muito feliz
22 que ele tenha conseguido abrir essa porta. Hoje é um dia histórico, em que estão discutindo um
23 passo fundamental para a inclusão e a justiça social, já que o acesso à Universidade ainda é um
24 privilégio negado à maioria dessa população e a responsabilidade da Unicamp como instituição
25 pública é corrigir essa desigualdade. Leu a nota técnica de 2024 da Antra, que é uma associação
26 renomada de representação da população trans, que menciona que menos de uma a cada cinco
27 mil pessoas trans no Brasil consegue acessar o ensino superior. E não acontece por falta de
28 capacidade ou por falta de interesse, mas porque essas pessoas enfrentam inúmeras barreiras na
29 sociedade, como evasão escolar forçada, *apartheid* social, exclusão familiar, violências,
30 discriminações sistemáticas, o que empurra essas pessoas para a marginalidade. Representa
31 aqui a voz de um grande número de servidores técnico-administrativos que não apenas
32 entendem que a Universidade precisa ser um espaço plural e diverso, mas entendem que esta
33 Instituição tem um grande papel na sociedade. É favorável à política afirmativa de cotas no
34 vestibular, mas não é só disso que precisam. A evasão de estudantes trans é altíssima nos
35 diversos níveis de educação devido à violência institucional, a essa falta de suporte financeiro,
36 à ausência de espaços seguros para essa população. Então o ingresso na Universidade precisa
37 vir acompanhado de políticas de permanência, como outros já defenderam aqui, que garantam
38 a segurança, o acolhimento, o suporte para esses estudantes concluírem sua trajetória
39 acadêmica. A Unicamp tem esse compromisso com os direitos humanos e precisa liderar esse
40 avanço, o que não significa apenas aprovar as cotas, por isso propõe algumas ações

complementares. Imagina que muitas delas estão contempladas na proposta do GT, mas podem ser melhoradas. A ideia seria criar um núcleo de apoio estudantil específico para as pessoas trans, que incluía bolsas de auxílio financeiro sem a contrapartida do trabalho, como ocorre hoje na Deape, e um suporte psicológico especializado em discriminações. Outra ação seria promover formações obrigatórias e contínuas para servidores e docentes a respeito da identidade de gênero e dentro de um programa pela equidade, diversidade e inclusão. Também fortalecer os mecanismos institucionais de combate à transfobia, com melhorias e investimentos no SAVS e em outras novas iniciativas, para garantir que a Universidade seja um espaço seguro para todos. Além disso, também propõe que comecem a discutir a implementação de cotas para pessoas trans nos concursos públicos de técnico-administrativos e de docentes, porque não basta apenas o acesso à educação, possuem o dever de incentivar a inclusão no mercado do trabalho também. Se desejam esta Universidade verdadeiramente pública e democrática, precisam transformar as estruturas ultrapassadas, renovar e acolher essa diversidade de maneira firme. Tem certeza de que vão aprovar as cotas trans hoje e fazer da Unicamp um exemplo de compromisso com essa equidade e os direitos humanos. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que este é um grande momento, em que estão discutindo e certamente vão aprovar a criação de cotas trans na Universidade. Agradece muito a todos que estiveram envolvidos neste trabalho, como os professores José Alves e Adriana e a acadêmica Luara, que são pessoas que vêm se dedicando e trabalhando intensamente para que a Universidade avance mais um passo no processo de inclusão. Este é um momento histórico na medida em que a Universidade se abre cada vez mais, traz essa diversidade para dentro dela, para que possa fazer um trabalho de inclusão, que vai ser acompanhado por todo um trabalho de permanência, porque não querem só trazer as pessoas, mas também que essas pessoas se transformem em profissionais e tenham vidas dignas. Tudo isso é muito importante, e com essa iniciativa a Unicamp mostra claramente como consegue a excelência; ela é diversa, rica, e isso a fortalece como instituição. Manifesta seu voto muito favorável à proposta e deixa claro que este é um momento em que a Universidade avança cada vez mais no sentido de ser uma universidade democrática e um exemplo para várias coisas que acontecem no país, sobretudo neste momento que vivem, em que sombras estão por todos os lados e, especialmente, sobre as universidades. Estão vendo o que está acontecendo especificamente nos Estados Unidos e precisam ficar realmente muito atentos todo o tempo a essas alianças que estão ao lado. A Universidade tem que se posicionar e garantir que a inclusão seja feita, seja um espaço de segurança em que as pessoas possam desenvolver a sua plenitude. Isso é respeito ao ser humano, e é óbvio que precisam fazer a adesão completa como instituição a essas práticas. Cumprimenta todas as pessoas que estão envolvidas nesse processo e diz que chegaram lá, mas há ainda muita coisa a fazer pela frente. Deram um passo bem grande na inclusão, agora devem ir solidificando isso ao longo do tempo, para que seja uma atividade ou uma ação natural dentro da Universidade. A Conselheira RAYAN GABRIEL RODRIGUES DA SILVA diz que é uma honra poder representar aqui, com este corpo, aquilo que vem representar. Saúda toda a sua ancestralidade, que, por meio da sua luta, possibilitou que estivesse aqui hoje. Recorda da greve

de 2016, que os colocou neste lugar hoje. Não é à toa que está aqui enquanto representante discente, e não é à toa, também, que no ano passado foi contemplada com o Prêmio de Mérito Científico. Cotas abrem portas, cotas servem para que possam estar aqui e para que possam ter perspectiva de uma vida digna no sentido da humanidade. Manifesta no seu papel o apoio de todo o movimento negro desta Universidade, das pessoas que estão lá fora neste momento, dizendo que estão aqui pedindo cotas para pessoas trans pelo direito à vida, com o propósito de mudar o imaginário social em relação aos seus corpos, à realidade colonial do projeto que tem este país de genocídio da população trans. É pensar, por meio das cotas, um futuro que seja diferente do passado e que, dessa forma, seja também diferente daquilo que ainda vivem no presente. Exigem cotas para que a sua condição humana seja respeitada e que a aprovação dessa política pública seja encarada como uma reparação. E que a Universidade cumpra com o seu papel social, que esse universo reconheça a potência que possuem, que, inegavelmente, contribui ao produzir ciência, entrega excelência e enriquece de diversas formas ao produzir cultura. Por Agnes Lemos, por Leonardo Vicente, por Kelly e por tantas outras que passaram por aqui, a Unicamp já transicionou. A Conselheira KETHLYN KETHRINY DA COSTA BRITO diz que é coordenadora geral do DCE da Unicamp pelo Movimento Correnteza. É uma mulher cis, negra, tem cabelos cacheados, está vestindo uma camiseta azul com os dizeres “Em defesa da universidade pública”. Chama a atenção para o fato de que hoje, pela primeira vez, toda a representação discente da graduação é formada por mulheres não brancas. São pessoas indígenas, pessoas negras, pessoas trans e pessoas marrons, que estão aqui mostrando que esses são os rostos da Universidade. E mostrando, inclusive, que a cada dia que passa a Unicamp é mais pintada de povo, é mais parecida com o que vivem nas periferias, nas aldeias, uma luta que os estudantes vêm travando há muito tempo. Saúda o movimento estudantil e o trabalho do Núcleo de Consciência Trans, que vem fazendo um trabalho excepcional. Também destaca o apoio do Movimento Negro, que é extremamente importante, e de todos os estudantes que se somaram na paralisação de hoje para a efetivação dessa conquista dos estudantes. Lembra ainda daqueles que se somaram à greve de 2016, de 2023 e tantas outras atividades que os estudantes fizeram para conquistar aquilo que de fato é deles. Este é um momento histórico, porque a Unicamp é a primeira universidade estadual de São Paulo a aprovar as cotas trans no estado e a segunda universidade estadual do Brasil. Ela é a segunda melhor universidade da América Latina, então não esperam menos do que isso. Hoje é dia 1º de abril, e lembra que há 61 anos foi dado o golpe militar fascista no país, que perseguiu, brutalizou, torturou e assassinou o povo. Relembra inclusive agora na aprovação das cotas trans a comissão que foi feita para perseguir e assassinar pessoas trans. Não podem deixar isso passar despercebido, porque ainda hoje se perguntam onde estão os mortos da ditadura militar e quantos não eram pessoas como eles. Ainda não há de fato a justiça sendo feita com os generais de ontem e de hoje sendo presos, isso ainda é muito pouco. Eles continuam nas suas casas, dormindo em seus travesseiros de pena de ganso, morrem dormindo, enquanto na ditadura as pessoas foram brutalmente assassinadas. Esta bancada discente vai continuar a luta, vai trabalhar para efetivar muito mais, inclusive porque ainda hoje a polícia militar mata o povo no gueto, ainda vai na rua atrás para

1 matar pessoas trans. Isso acontece até hoje, a acadêmica Luara colocou muito bem isso. Então
2 acha que hoje aprovar as cotas trans na Universidade é dar um murro no estômago desse
3 sistema, inclusive no avanço do fascismo que vem à Universidade atacá-la, não à toa, no
4 primeiro dia de festival de cotas trans. Possuem uma resposta muito clara sobre isso, que é
5 aprovar hoje por unanimidade as cotas para pessoas trans na Universidade. Não vão mais
6 permitir que a saída para as pessoas trans seja o subemprego, o desemprego, a prostituição, o
7 suicídio. Estão dizendo que uma das saídas para essa população é estar na segunda melhor
8 universidade da América Latina, porque vão aprovar isso hoje, inclusive por Agnes e por outros
9 que já foram citados. Precisam pensar mais em permanência, porque querem entrar, e as cotas
10 abrem portas, mas querem permanecer e se formar. Reivindicam mais investimento para a
11 educação para que permaneçam aqui. Como já foi citado, existe o ateliê TRANSMoras, na
12 moradia estudantil, que está caindo aos pedaços. Aprovar as cotas trans é dizer que possuem
13 um compromisso com a moradia estudantil também, que apoia as pessoas pretas, trans e
14 indígenas dentro dela, para que continuem os seus estudos. E não fazer como o Tarcísio de
15 Freitas, esse fascista que ano passado cortou R\$11 bilhões de educação, dizendo que ia colocar
16 na saúde, e hoje estão na luta contra a privatização do Hospital Estadual de Sumaré. Isso é uma
17 vergonha. Acha que devem aprofundar a relação contra o arcabouço fiscal, porque hoje as
18 maiores universidades que têm aprovação das cotas trans são as universidades federais, que
19 estão a ponto de fechar suas portas e mesmo assim aprovam essas políticas. Hoje, 46% do
20 orçamento do país vai para o bolso dos banqueiros, enquanto 2,9% é para a educação. Poderiam
21 estar fazendo muito mais pelo povo, por isso, inclusive, saúda principalmente os estudantes de
22 luta por estarem fazendo esta movimentação hoje. Conclui dizendo que este é só o início; a
23 aprovação das cotas trans é o início de muitas lutas que virão durante este ano, e certamente
24 vão garantir e continuar lutando para permanecer, se formar, resistir e conquistar muito e muito
25 mais. Agradece aos estudantes, docentes e funcionários, ao GT, ao NCT e a todo o conjunto do
26 movimento estudantil por esta oportunidade. A Conselheira LAURA RINCO HASSEN
27 KHADDOUR diz que é uma mulher de etnia marrom, descendente de família síria, tem cabelos
28 lisos, longos, pretos, está vestindo uma camiseta azul com os dizeres “Em defesa da
29 universidade pública”. É coordenadora geral do DCE da Unicamp, junto com a companheira
30 Kethlyn, pelo Movimento Correnteza. Está pela primeira vez aqui enquanto representante
31 discente neste espaço, é estudante de Economia do noturno, bolsista BAS, moradora da moradia
32 estudantil e já pelo terceiro ano representante discente da moradia estudantil também. Saúda
33 aqui o espaço, os conselheiros, as conselheiras presentes e principalmente o grandioso ato que
34 está aqui fora da categoria de estudantes e trabalhadores também que estão se somando, com o
35 STU, e diz que aproveitaram o espaço para direcionar uma fala. Há alguns professores que
36 postaram no Classroom ou mandaram *e-mails* para os estudantes informando que não iriam
37 desmarcar suas aulas hoje, pois a paralisação era estudantil, mesmo sendo aprovada em
38 assembleia massiva e legítima, e não dizia respeito à categoria docente. Logo, que eles iriam
39 continuar com suas aulas e o conteúdo no dia de hoje. Os estudantes nesta bancada discente,
40 em óbvia minoria em relação ao restante dos conselheiros, dizem à categoria reunida e todos

aqui na porta do Consu que não existe aula, não existe Unicamp sem os estudantes. Uma universidade sem os estudantes não tem como funcionar, e afirma que a aula hoje, dia 1º de abril, vai ser na porta do Consu. Não haverá nenhuma aula sem cotas trans, sem cursos noturnos, sem permanência estudantil, sem o povo nas salas de aula. Este é um dia de aula prática, então a aula não está sendo nas salas, está sendo aqui na rua. É uma aula de como garantir a democracia, o acesso à educação, não apenas para uma elite branca cis-heteronormativa, mas para todo o povo brasileiro. Pede que respeitem o movimento estudantil, as assembleias e toda a luta de quem produz pesquisa e o futuro do país. Saúda muito o trabalho do GT de cotas trans, que foi uma vitória grandiosa da gigantesca greve estudantil de 2023, mas obviamente a luta não começou em 2023. Saúda a presença de corpos trans dentro e fora da Universidade, que ocupam, lutam e resistem nesta cidade, especialmente pela resistência e trabalho do Ateliê TRANSMoras, que já foi citado, em que se destaca o trabalho excepcional de Vicenta Perrotta e outras companheiras. Vicenta é artista, ativista, estilista internacionalmente conhecida no mundo da moda com a transmutação têxtil. Saúda o importante trabalho do Núcleo de Consciência Trans da Unicamp e todos os centros acadêmicos, diretório acadêmico, que se organizaram para pautar essa luta em suas assembleias de curso, as participações, as mobilizações, para exigir extinguir a transfobia, o racismo, o capacitismo, a misoginia, entre outras opressões desta Universidade. A aprovação das cotas trans hoje também vai ser a resposta da Unicamp contra o avanço e os ataques da extrema direita e do fascismo no estado. Como já foi colocado aqui, políticos e apoiadores da extrema direita entraram na Universidade, vandalizaram intervenções artísticas dos movimentos negros, indígenas e trans da Unicamp para se promoverem nas redes digitais, promovendo o discurso de ódio, racismo e transfobia e expondo os estudantes. Eles pintaram de tinta branca esses murais de pessoas negras, indígenas e trans, dizendo que estavam “limpando” a Universidade. Não são ingênuos, não se tratava de limpar os muros, mas sim de defender uma política de exclusão de determinados corpos desse espaço. Hoje, a resposta é sim à aprovação unânime das cotas trans, sim para a reparação histórica e ingresso do povo dentro da universidade pública. Agnes presente, agora e sempre! O Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI manifesta, em nome da Associação dos Pós-Graduandos e de toda a pós-graduação, concordância com o texto que a professora Anna Bentes leu aqui. É doutorando da Feagri, homem branco, CIS, cabelos brancos e está vestido de camisa lilás, em homenagem à pessoa maravilhosa que é a Luara. Ela o ensinou o que é ser trans, pois antes não sabia. É um jovem de 70 anos e precisou vir aos bancos da escola para aprender. Gostaria de agradecer ao professor Sávio, à Solluá, ao seu colega Guilherme Landim, à Carolina Gallina, que está aí fora, Mona, Rayan e todas as demais pessoas do NCT. Por trás desse sorriso maravilhoso que estão vendo aqui da Luara, tem muito sofrimento; mesmo com toda a barra que ela segura pelas pessoas trans que faleceram, que se suicidaram e tudo o mais, ela está mostrando um sorriso maravilhoso aqui agora. Então, em homenagem a ela, a Rayan e a todas as pessoas, a bancada discente da pós-graduação vota a favor das cotas trans. A Conselheira JOSELY RIMOLI, valorizando este lindo momento de falas das várias representações, solicita a palavra à presidenta da ADUnicamp, professora Silvia Gatti. A Professora MARIA SILVIA

1 VICCARI GATTI diz que devem ressaltar a coragem da Universidade, em um primeiro
2 momento, mas ela já estava madura para isso, do estabelecimento do GT, que estudou as cotas
3 trans. Destaca o papel importante que ele teve, trazendo essa conclusão, muito clara, muito
4 evidente. Gostaria que fossem mais vagas, mas daqui a cinco anos talvez possam multiplicar
5 isso. Acha que este dia está posto e devem, fundamentalmente, dar vivas à Luara, que foi quem
6 os aproximou de tudo isso. Lembra que a ADunicamp sempre esteve presente nesse processo,
7 acolhendo essas pessoas, permitindo que fossem e viessem e, fundamentalmente, lhes
8 ensinassem muito daquilo que não sabiam, principalmente a sua geração. Chegou à
9 Universidade há 46 anos e o fato que mais lhe evidenciou a mudança foi um dia em que eu
10 estava a caminho do restaurante universitário e viu jovens de cabelo rosa e jovens de cabelo
11 azul, e pensou: “Estamos caminhando para as mudanças necessárias”. A Conselheira
12 AMANDA DOS SANTOS DE DEUS diz que seu nome é Amanda Kumaruara, é indígena, está
13 usando uma camisa azul, um vestido florido azul, pertence à aldeia Muruary, do Baixo Tapajós,
14 no Pará, e é do povo Kumaruara. Cotas salvam vidas, e se não fossem as cotas, ela e muitos
15 outros do seu povo não estariam aqui na Unicamp. Essas cotas vêm das lutas dos estudantes,
16 que são várias no contexto do estado de São Paulo, são várias lutas voltadas para vários temas
17 através dos estudantes. Estar dentro da Universidade, através da cota, faz com que salvem
18 muitas outras pessoas. Atualmente, assim como os trans sofrem diversos preconceitos por
19 diversas fontes, os povos originários também sofrem; saem de seus espaços, mesmo com medo
20 de enfrentar esses novos espaços, porque é necessário. Porque, se não vierem, continuam sendo
21 massacrados; infelizmente, essa é a realidade. A política de cota trans é uma ferramenta de
22 construção de uma Universidade mais justa e inclusiva, garantindo a todas as pessoas um direito
23 de ensino superior independente de sua identidade de gênero. Hoje é 1º de abril, estão entrando
24 no mês dos povos indígenas, os povos originários, que sofrem ataques a todo instante. Ontem,
25 abriu as redes sociais e viu que uma família indígena foi morta, carbonizada, foram incendiadas
26 por latifundiários por causa simplesmente do egoísmo, do capitalismo. Onde estão inseridos
27 brigam sempre pela igualdade, mas sabem que isso é quase impossível. Manifesta seu voto a
28 favor das cotas trans e parabeniza os movimentos indígenas, o GT e as pessoas que apoiam
29 essas causas, porque realmente as cotas salvam vidas, elas causam uma mudança muito grande
30 na vida de cada um que é aprovado por essas cotas. O Professor JOSÉ ALVES DE FREITAS
31 NETO agradece por todos os comentários feitos em relação ao trabalho do GT e mais uma vez
32 ressalta o papel, nesse GT, do Núcleo de Consciência Trans da Unicamp. Foi o GT que teve o
33 diálogo mais horizontal entre todos os GTs de que já participou na Universidade. Respondendo
34 objetivamente ao professor Petrilson, diz que a comissão vai apenas validar o documento, não
35 vai haver entrevista, mas se amanhã ou depois um outro edital colocar isso como uma
36 necessidade, não precisa estar na norma aqui, mas o edital pode ser dialogado, construído ano
37 a ano, conforme a prática que tem ocorrido na Universidade. Acha que com isso também
38 responde, concretamente, ou pelo menos como diretriz, aos comentários a respeito de políticas
39 de acompanhamento e permanência, algo de que, evidentemente, têm muita consciência. O
40 Núcleo de Consciência Trans vai continuar atuando, pressionando, e o próprio Conselho

Universitário cobrando para que essas políticas venham a ser implementadas. Agradece ao professor Antonio José pela confiança no seu trabalho na Comvest, nesses anos todos, e deseja boa sorte com relação aos desafios que vêm pela frente. O MAGNÍFICO REITOR diz que é ele quem agradece ao GT pelo trabalho e a todas as pessoas que participaram. É importante dizer que está prevista, na própria resolução, depois de cinco anos, a análise do resultado, pois estão entrando em áreas que ainda são pouco exploradas. Como a conselheira Kethlyn mencionou, a Unicamp será a segunda universidade estadual a implementar esse tipo de cota, portanto é um processo. Não devem ter medo de avançar e descobrir, ao andar, qual é a trajetória que devem seguir à frente, e é isso que estão fazendo aqui. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 07 – Proc. nº 01-P-6645/2025 –, que trata de proposta de Deliberação Consu que institui a Diretoria de Perícias Médicas da Unicamp e dá outras providências. Destaque dos professores Márcio Torsoni e Mônica e da senhora Giovanna. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que destacou o item para colocar uma situação, que já têm encontrado no caso dos exames periódicos, e vêm conversando já há algum tempo, tanto dos servidores docentes como dos servidores Paepe em Limeira, e acredita que também em Piracicaba, de ter que se deslocar até Campinas para fazer o exame periódico. Isso foi resolvido, no ano passado conseguiram que os exames fossem feitos em Limeira, e agora a preocupação é com relação a essa diretoria, pois dificulta alguém doente ter que fazer uma perícia médica em Campinas. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que solicitou o destaque para elogiar a iniciativa da DGRH. Lembra que, há dois ou três anos, uma conselheira disse que a DGRH era um departamento pessoal e ela se posicionou contra, dizendo que havia muitos avanços sendo feitos. Foi uma iniciativa da DGRH ir atrás do governo do Estado de São Paulo, burlar várias barreiras para conseguir trazer isso para cá, porque isso está sendo um problema sério. Há atestados que às vezes levam uma semana, dez dias para serem deferidos ou indeferidos, e os servidores levam falta. E assim como a DGA fez no caso das compras, a DGRH também foi atrás, por iniciativa de sua equipe. Ressalta que esse é o tipo de atitude que gostariam de ver mais presente dentro da Universidade. A Conselheira GIOVANNA DA COSTA ROMARO diz que vai destacar alguns pontos dessa minuta, especialmente no que se refere ao atendimento das pessoas com deficiência. Primeiro, em relação à composição profissional dessa diretoria, pergunta se serão admitidos profissionais especializados em medicina legal e perícia médica, via concurso público, e quais outras especialidades farão parte do corpo profissional dessa diretoria. Destaca que é importante envolver uma equipe multidisciplinar de fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais para garantir um atendimento integral e humanizado. O segundo ponto é a avaliação biopsicossocial: para os processos de admissão, afastamento ou aposentadoria, é essencial que seja utilizado o modelo de avaliação biopsicossocial que já tem sido implementado no Brasil e está previsto na Lei Brasileira de Inclusão. Esse modelo permite uma análise mais ampla e justa das condições individuais de cada pessoa com deficiência e não apenas por uma visão de avaliação médica. O terceiro ponto é a adequação terminológica do texto: solicita a substituição do termo “portador de deficiência” por “pessoa com deficiência”

ou “trabalhador com deficiência”, conforme determinado pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e pela Lei Brasileira de Inclusão. A deficiência não é algo que se porta ou deixa de portar, ela faz parte da identidade da pessoa. O quarto ponto é a acessibilidade no atendimento pericial: para garantir que as perícias sejam realmente inclusivas, é necessário especificar na minuta como ocorrerá a adaptação dos métodos de avaliação para os diferentes tipos de deficiência. Além disso, é imprescindível garantir acessibilidade comunicacional com o intérprete de Libras, materiais em Braille e audiodescrição, assegurando que todos os servidores e candidatos possam participar do processo de perícia em igualdade de condições. O quinto ponto é a clareza na redação sobre os dependentes: no trecho que menciona dependentes, é importante especificar que se trata de dependentes com deficiência de qualquer servidor. A forma como está redigido pode gerar interpretação equivocada, sugerindo que a perícia médica atenderia qualquer dependente da pessoa com deficiência e não apenas os dependentes que têm deficiência e estão sob responsabilidade de qualquer pessoa. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que essa é uma iniciativa inicial, ela não está totalmente definida, porque a Universidade não tem o direito, enquanto o governo do Estado não lhe atribuir o direito, de realizar isso. O que estão fazendo é criar o espaço de solicitação ao governo do Estado para admitir que possuam a iniciativa como instituição. Várias dessas coisas que os conselheiros estão colocando dependerão de o governo do Estado atribuir, admitir, e então vão precisar organizar isso do ponto de vista prático e levar tudo isso em consideração. O objetivo aqui é dar o primeiro passo que lhes permita solicitar a autorização do governo. O Conselheiro CÉLIO HIRATUKA diz que no artigo segundo, inciso terceiro, consta “realizar perícias médicas nos servidores estatutários”. Pergunta se isso é exclusivo para os estatutários. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz que lhe parece, no sentido mais geral, muito saudável a iniciativa de internalizar os serviços de perícia médica na Universidade, na medida em que isso for legalmente possível. Solicita confirmação se esse serviço incluirá também os exames médicos admissionais. Comenta que por muito pouco não pude ingressar na Unicamp, na data em que estava programado, porque houve a manifesta intenção de pelo menos uma profissional da então DSO de dar um laudo negativo por ser uma pessoa com deficiência. Isso foi expresso. Felizmente pôde contornar a situação, com o apoio de diversas pessoas, às quais é eternamente grato, como o senhor Everaldo Pinheiro, do setor de contratação docente da DGRH naquele momento, da senhora Ademilde Félix, que já se aposentou, que era também funcionária da DGRH à época, e o seu então chefe de departamento, professor Wagner Romão. Foi possível contornar uma situação que por pouco não colocou seus direitos previdenciários em risco, porque já tinha uma vacância programada na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila, a instituição na qual trabalhava naquele momento, para o dia 02 de março, e se não fosse contratado naquela data, teria perda previdenciária. Isso é para que tenham uma ideia da gravidade, para algumas pessoas, do que estão falando. Depois se inteirou de que o argumento para não lhe conceder o laudo era que havia uma portaria da Diretoria de Perícias Médicas do Estado – DPME afirmando que não se deveria contratar no serviço público quaisquer pessoas que pudessem pedir aposentadoria por invalidez. Observa que a portaria,

obviamente, está muito inferior na hierarquia legislativa em relação a toda copiosa legislação federal sobre inclusão de pessoas com deficiência. E, portanto, o argumento era absolutamente carente de base legal. Porém, a portaria existia e, por pouco, não balizou uma decisão, no seu caso, e, eventualmente, como tem informações, ainda baliza em outras instituições do Estado de São Paulo, e já balizou muito no passado. Então, a DPME está muito mal equipada para lidar com pessoas com deficiência, promovendo práticas abertamente discriminatórias, diria inclusive eugenistas, e, por pouco, mal orientou a Unicamp. Saúda a iniciativa desde que ela signifique não apenas a internalização do serviço, mas a internalização dos critérios que irão balizar a prestação desse serviço para a comunidade da Unicamp, incluindo os exames admissionais. Até porque agora, com as cotas criadas para pessoas com deficiência, a lógica é que essas coisas jamais aconteçam novamente. Entretanto, como a coerência não é o forte dos tempos que vivem, é sempre bom dizer que realmente espera que nenhum outro candidato a servidor ou servidora desta Universidade tenha que passar novamente pelo que passou, até porque pessoas com deficiência podem ser aprovadas também na ampla concorrência, como foi o seu caso na época. Isso foi outra coisa que ouviu, que não sabiam que o candidato que vinha fazer os exames era uma pessoa com deficiência, que o IFCH não havia informado. O Instituto não achou que seria necessário informar, já que ele foi aprovado na ampla concorrência. Portanto, deixa a lembrança e o recado para que o respeito à legislação vigente, e a conselheira Giovanna já levantou alguns pontos importantes, balize todas as etapas dos exames admissionais e periciais, respeitando não apenas o direito ao ingresso, mas à progressão e às condições de permanência na carreira de servidoras e servidores com deficiência. A Conselheira GIOVANNA DA COSTA ROMARO diz, complementando a fala do professor André, que houve um caso recente de uma candidata a técnico-administrativo que também passou pela perícia admissional da DPME, e foi negado a ela o direito de assumir a vaga, porque ela concorreu em ampla concorrência, sendo autista. Ela só concorreu em ampla concorrência porque a avaliação de autismo dela foi feita após a prestação do concurso, ela foi considerada inapta pelo DPME e está aguardando o resultado do recurso. Esse é mais um exemplo de como essa instituição do governo tem atrapalhado a inclusão dentro da Universidade para os concursos, sendo que já possuem um número muito abaixo do que é previsto na lei. Existe uma lei dos anos 1990 que prevê que 5% do total de funções da instituição, seja ela pública ou privada, tem que ser composto por pessoas com deficiência. A Unicamp, por sua vez, tem menos de 1,5% de pessoas com deficiência em função, e os concursos preveem 5%, porém não conseguem ampliar esse número de pessoas aqui dentro pelo fato de o próprio processo atrapalhar. Portanto, precisam avançar de fato com esse serviço vindo para a Universidade, vai ser algo muito positivo, mas traz esses destaques para melhorar esse processo. A senhora MARIA APARECIDA QUINA DE SOUZA diz que é uma alegria trazer o resultado de um trabalho que durou mais de dois anos. Fizeram todo um estudo a respeito dessa situação de saúde ocupacional na Universidade, contaram com o trabalho de uma equipe da DGRH, coordenada pelo doutor Satoshi Kitamura, que é um docente aposentado da FCM, da saúde ocupacional, e também já atuou como perito, para que conseguissem avaliar e fazer um estudo

1 amplo de toda essa situação na Universidade. Fizeram vários levantamentos, visitaram a
2 DPME, onde tiveram reuniões com o atual coordenador, ocasião em que foram apresentadas
3 mudanças importantes em toda a estrutura, em toda a forma de fazer perícia, inclusive gerando
4 um contato importante para a Unicamp, no intuito até de colaborar com a visão colocada aqui
5 de universidade que tem vários olhares de inclusão para toda uma comunidade. Entendem que
6 será propício realizar parcerias com aquele órgão e trazer para cá também a realização das
7 perícias médicas que hoje ocorrem na região de Campinas, por clínicas terceirizadas da DPME,
8 e que muitas vezes não realizam o atendimento esperado, tanto do ponto de vista do servidor,
9 quanto do ponto de vista da qualidade da própria perícia. Agradece ao professor Antonio José
10 por ter feito um ofício que pudessem levar à Subsecretaria de Gestão de Pessoas do Governo
11 do Estado. Colocaram para ela todo o pleito da Universidade, todo o desejo de contribuir,
12 enquanto Universidade, para a melhoria desse serviço, e também para realizar esse serviço no
13 Estado, uma vez que competem com todo o Estado de São Paulo nesse assunto de perícias
14 diversas. Disse a ela que gostariam muito que essa decisão passasse no Consu de 1º de abril,
15 ela assegurou que daria a resposta antes dessa data e o fez na última quinta-feira. Foi uma
16 resposta positiva, porém há uma série de itens para estudo da implantação que terão que
17 considerar. Vão começar devagar, com uma implantação passo a passo, e tendo o espaço para
18 poder colocar todas as questões que foram levantadas aqui. Respondendo ao professor Márcio
19 Torsoni, diz que realmente vão ter que estudar para atender todos os *campi*; estão contempladas
20 no estudo Limeira e Piracicaba, como fazem hoje com a questão dos exames periódicos. Sobre
21 as questões colocadas pela conselheira Giovanna, o professor Antonio falou bem, essa é uma
22 minuta geral. Terão que fazer uma deliberação CAD para a criação da estrutura, e na estrutura
23 preveem que seja uma equipe multiprofissional. A DPME colocou alguns condicionantes
24 iniciais, com metas a serem atingidas, e avaliação do serviço em um período de um ano para
25 conseguirem dar continuidade. Obviamente, todas as adequações terão que ser feitas, os estudos
26 de espaço físico, a questão da acessibilidade, ou seja, todo o estudo de implantação. Podem
27 começar os estudos de implantação a partir do momento em que responderem às questões
28 colocadas pela subsecretaria e fazer alguns combinados a respeito de prazos, a respeito de
29 algumas questões que ainda precisam dialogar. Mas o grande passo já está definido. Sobre a
30 pergunta do professor Célio se será somente para estatutários, responde que sim, pois a perícia
31 de servidores CLT é feita via INSS, com manda a lei. Respondendo ao professor André,
32 confirma que farão perícia dos exames médicos admissionais. Vale lembrar que essa diretoria
33 de perícias médicas terá que ser independente, subordinada ao Gabinete do Reitor e dentro de
34 todos os preceitos de uma perícia médica realizada para essa finalidade. Então, pressupõe-se
35 que esse órgão tenha total independência dentro da Universidade para que as perícias sejam
36 feitas de acordo com o que preconiza a DPME. Será um órgão da Universidade, mas a
37 subordinação técnica será à Diretoria de Perícias Médicas do Governo do Estado. É um primeiro
38 passo importante para que servidores da universidade tenham uma qualidade de atendimento,
39 de acolhimento em um momento muito delicado da vida, que é quando adoecem. Então, esse
40 foi o estudo que fizeram, essa é a proposta, mas para a implementação terão que fazer mais

discussões e verificar a melhor forma de implementação na Universidade. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ observa que o preocupa um pouco o fato que a senhora Maria Aparecida acabou de informar de que a diretoria deverá seguir estritamente as diretrizes da DPME. Se as diretrizes da DPME, por pouco, não informaram uma decisão que impediria sua contratação, e pelo que a conselheira Giovanna relatou, continuam essas mesmas diretrizes, impedindo a contratação, por exemplo, de uma técnica-administrativa autista, a pergunta que fica é que margem a DPME dará de negociação para rever as suas diretrizes. Porque elas estão erradas, estão gerando efeitos perversos, destruindo a vida de pessoas. A sua por pouco não foi, mas porque brigou na DSO, e se não o tivesse feito, teria que ter entrado com uma ação contra a Unicamp naquele momento. Entendeu as questões legais, mas pergunta se a DPME está disposta, ouvindo a Unicamp, a mudar as suas diretrizes erradas, datadas e excludentes, capacitistas, que destroem as vidas de pessoas em diversas instituições neste estado. A senhora MARIA APARECIDA QUINA DE SOUZA diz que abriram uma porta da DPME para a Universidade contribuir com a sua visão e com as suas práticas, agora é um longo caminho. Vão começar entendendo, avaliando, dialogando, porque até o momento nem canal de diálogo existia. Até o ano passado, não eram recebidos pela DPME; conseguiram agora, depois que o doutor Leandro Coppede assumiu a DPME, falar com eles, e eles têm ajudado a Universidade em algumas situações e alguns casos. Agora há que se estabelecer mais diálogo, mais relação de confiança e mais espaço para a Universidade contribuir para a melhoria desse serviço que atende todo o governo do estado. O MAGNÍFICO REITOR diz que estão tentando, e aparentemente já foi previamente autorizado, se cumprirem as exigências, trazer o serviço para a Universidade. É um jogo, não possuem certeza completa do resultado, mas, ao trazer para cá, há chances de interferir e até de criar algum conflito de interpretação. O que a conselheira Giovanna contou aqui é, sob todos os aspectos, um absurdo; a pessoa passou na livre concorrência, em um esquema em que a disputa é muito maior, foi aprovada, então é uma falta completa de bom senso. Ao trazer para cá, terão condições de interferir de uma forma mais positiva para que haja mudança no governo do Estado se isso se configurar algum conflito. Além disso, haverá uma pressão das pessoas com deficiência da comunidade, que poderá interferir nisso nos espaços da Universidade, até na formatação dessa estrutura. A questão da independência é em relação à DGRH, pois ela, como uma espécie de controladoria, não pode estar ligada diretamente à área de recursos humanos. Mas destaca que foi a DGRH que pensou nisso, que elaborou essa proposta, portanto agradece à senhora Maria Aparecida, ao senhor Everaldo e a toda a equipe que formulou. Mas ela tem essa necessidade de independência para não ser, de alguma forma, engolida pela política de recursos humanos. Ela vai trazer duas grandes vantagens: a primeira é obviamente ter um olhar compatível com a política de inclusão da Universidade e a segunda é fazer esse processo mais rápido, que é uma coisa que perturba o funcionamento da Universidade. As pessoas reclamam do tempo que demora para um professor ou um servidor Esunicamp assumir. A segunda coisa é que, no tratamento de pessoas que têm algum problema ao longo do desenvolvimento da carreira, poderão não só decidir sobre a licença médica, mas decidir sobre o apoio a essa pessoa para recuperá-la plenamente para a

1 atividade. Podem compatibilizar com uma ação na área de recursos humanos, na área de saúde
2 da pessoa, para que ela seja reintegrada em outro momento diante de uma situação de saúde
3 problemática. Então, há vantagens também para a Instituição no sentido de agilizar isso para a
4 pessoa, ela vai ser mais acolhida, mais atendida, gerar um processo de recuperação que a
5 reintegre, caso seja um problema, por exemplo, em um ambiente de trabalho. Portanto, tem
6 várias vantagens, por isso solicita que aprove o jeito que está com a correção da conselheira
7 Giovanna do ponto de vista da redação, substituindo “portador de deficiência” por “pessoa com
8 deficiência”. E depois terão que montar uma estrutura, ligada ao Gabinete do Reitor, discutir
9 qual vai ser a decorrência em Limeira e Piracicaba, além de Campinas, e analisar todos os
10 pontos que a conselheira Giovanna levantou. Não havendo mais observações, submete à
11 votação a matéria, que é aprovada com 60 votos favoráveis e 01 abstenção. Em seguida, solicita
12 que passem para o item 15, na frente do 11, 12, 13 e 14, porque ele possui uma relação muito
13 forte com o dia de hoje: o item 15 – Proc. nº 01-P-17340/2024 – trata de Memorando de
14 Entendimentos entre a Unicamp e Ministério Público do Estado de São Paulo visando o
15 encaminhamento de atividades para a implantação do Memorial DOI-Codi. Passa a palavra à
16 professora Rachel Meneguello. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que há várias
17 pessoas inscritas, mas ele foi destacado pelo professor Coelho e pela acadêmica Kethlyn.
18 Passará a palavra a eles e depois à professora Cristina Meneguello, que presidiu o GT. O
19 Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que se trata de algo
20 extremamente importante para a Universidade, porque é uma oportunidade real que ela possui
21 de ter um espaço de pesquisa, um espaço de interação dentro da cidade de São Paulo. E,
22 obviamente, com um projeto que é absolutamente maravilhoso e que tem uma cara de extensão
23 fantástica, algo que o agrada bastante. A Conselheira KETHLYN KETHRINY DA COSTA
24 BRITO diz que este é um momento importantíssimo, pois precisam rememorar os momentos
25 sombrios que a ditadura militar lhes trouxe; para isso, são necessários lugares que os lembrem
26 disso, para que nunca mais aconteça. Portanto, acha que a iniciativa do Memorial DOI-Codi é
27 importantíssima. No ano passado, a bancada discente já havia se posicionado sobre a
28 importância desse espaço, e no último período passaram por diversas questões. Hoje, inclusive,
29 estão acontecendo diversos atos pelo Brasil, pela descomemoração desse golpe, sendo que em
30 alguns lugares estão havendo ocupações de prédios que serviram como locais de tortura e
31 assassinato durante a ditadura. Por exemplo, Minas Gerais ocupou o prédio que há sete anos
32 era para ser o Memorial da Resistência, como o que existe em São Paulo, mas que não teve
33 prosseguimento. Isso é um absurdo, porque o povo foi brutalmente assassinado. Lembra de
34 Maria Lúcia Petit, que foi assassinada durante a ditadura e seus restos mortais foram
35 identificados pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp, em 1996. Estão diretamente
36 ligados a esse passado que não podem esquecer, para que não aconteça mais, mas precisam
37 ficar atentos. Este é um momento essencial para que reafirmem que querem memória, verdade
38 e justiça para o povo. Pergunta onde estão os mortos da ditadura e por que Bolsonaro ainda não
39 está preso; tornou-se réu e isso é muito pouco. Querem ele e todos os envolvidos presos, e
40 lembra que existe uma ponta solta na Universidade sobre esse caso, pois há um docente

envolvido no esquema que resultou na tentativa de golpe militar no país em 08 de janeiro de 2023. Pergunta se a Unicamp não vai se manifestar sobre isso, não vai abrir um processo contra esse professor. Esta é a universidade que aprova as cotas trans e permite que um fascista continue dentro das suas dependências ajudando a esquematizar um golpe com dinheiro público. Precisam provar que não estão do mesmo lado dos golpistas, senão vai ficar bem feio. Não adianta inaugurar um memorial tão importante e permitir que essas pessoas sigam dentro de suas dependências. Outro exemplo é que já foram denunciados para diversas diretorias estudantes com cunho nazista explícito e que se formam dentro desta Universidade. Então, é importantíssimo que exista esse memorial, que possam se aprofundar no que foram esses tempos, se levantar e dizer que o povo luta e que isso jamais vai acontecer de novo na história. E que não deixem a Unicamp ter o seu nome manchado com essas diversas situações. A Professora CRISTINA MENEGUELLO diz que é docente do Departamento de História aqui da Unicamp desde 1999, fez sua formação aqui também, e é especialista em um tema que convencionaram chamar de patrimônios sensíveis ou memórias difíceis. Acha que nenhum dia seria mais adequado, como já foi destacado aqui, como o dia de hoje, 1º de abril, 61 anos do golpe militar, que criou espaços de detenção, de tortura e de desaparecimento, como é o caso desse prédio na Rua Tutoia, o DOI-Codi de São Paulo. O Grupo de Trabalho denominado “Antigo Prédio do DOI-Codi”, presidido por ela, foi criado em junho de 2024, por uma Portaria GR, e foi composto por diversos professores da Universidade, também por uma representante discente. A tarefa do GT era dupla, sendo a primeira expor a importância desse lugar e as características desse espaço, que é tombado pelo Estado de São Paulo. Em 2012, foi aberto o estudo de tombamento, inclusive foi um parecer escrito por ela que abriu esse estudo de tombamento, e anos mais tarde ele é tombado, por um parecer também escrito por uma professora da Casa, a professora Silvana Rubino. A segunda tarefa do GT era apresentar os usos que esse lugar pode vir a ter, uma vez que há uma proposta do Ministério Público de que esse conjunto de prédios passe à responsabilidade da Unicamp. Então, mostram a vocação desse espaço como local de estudo e de preservação da memória recente do país. A Unicamp tem uma tradição de denúncia aos regimes de exceção, ela possui uma série de acervos e documentos importantíssimos guardados no AEL, como as cópias dos processos judiciais contra os presos políticos, os assassinados e desaparecidos, que é o projeto Brasil Nunca Mais. Também guarda a coleção Comitê Brasileiro pela Anistia e a coleção Militância Política e Luta Armada. Esses são apenas alguns dos aspectos das muitas pesquisas aqui realizadas sobre os regimes de exceção. O segundo argumento que esse breve relatório traz incide nos pontos que podem ser interessantes para a Universidade em possuir um equipamento cultural para além dos seus *campi*, na cidade de São Paulo. Enquanto a USP e a Unesp possuem equipamentos culturais como museus, arquivos, editoras, espaços administrativos e de pesquisa, a Unicamp poderia, desse modo, externar a sua produção científica cultural na cidade de São Paulo. Ademais, gerir um equipamento aos moldes de um museu memorial de relevo nacional e internacional, se o entenderem como um sítio de consciência, vai abrir para a Universidade possibilidades de extensão, divulgação científica, popularização da ciência, vai ter impacto sobre a

curricularização da extensão na graduação e na pós-graduação, porque esse memorial pode vir a abrigar cursos, repositórios digitais e usos que atendem a comunidade como um todo. No relatório consta um ensaio de viabilidade, são sugestões, conforme foi solicitado ao GT, de usos futuros para esse espaço, e é lógico que procuraram fazer isso dentro de uma proposta modesta. O GT acredita firmemente nas vantagens para a Universidade em abrigar esse museu memorial, que é uma figura que vai para além do museu, que é esse repositório das exposições de longa ou curta duração, mas que também tem a característica de memorial, pois esse lugar é testemunha das atrocidades que ali aconteceram. Ele é um vestígio em si do período ditatorial. Também abre a possibilidade de aprofundar as pesquisas e as descobertas arqueológicas que lá foram encontradas, por isso vai dividir seu tempo aqui com a sua colega Aline Carvalho, que cuidou, pelo Laboratório de Arqueologia Pública da Universidade, das escavações arqueológicas realizadas por duas semanas lá, no ano de 2023. Informa que a Unicamp é, neste momento, a instituição de guarda provisória do material ali coletado; o que foi encontrado em duas semanas é tão significativo que, de fato, qualquer tratamento futuro arquitetônico feito para adaptar esse local para um museu memorial terá que respeitar a natureza do edifício e a memória que ele consegue contar ainda, mesmo depois de tantos anos. A Professora ALINE VIEIRA DE CARVALHO diz que a história da Unicamp com esse edifício começou em 2017, quando a sociedade civil procurou o Laboratório de Arqueologia Pública para fazer as escavações arqueológicas nesse edifício. A arqueologia tem um papel muito importante nessa história, porque faltam alguns documentos; há muitos depoimentos orais sobre o que se passou naquele espaço, mas poucos documentos escritos. Dessa forma, a arqueologia vem trazendo os vestígios, a cultura material dessas histórias, que são histórias absolutamente trágicas, mas fundamentais para que possam ter outras visões, outros depoimentos, outras percepções sobre a ditadura militar no Brasil. É importante dizer que, apesar de o DOI-Codi ser um espaço relacionado à ditadura, ele permite extrapolar o tema e falar, em especial, sobre democracia, direito, diversidade, pluralidade, como foi apontado por outras pessoas aqui, pelos estudantes, em especial. É um espaço onde podem explorar a diversidade existente no país, e há uma quantidade imensa de temas de pesquisa que ainda não foram investigados e que o espaço do DOI-Codi os permite. Então, quando o Ministério Público procura a Unicamp para esse acordo, acha que isso também é um reconhecimento da sociedade em quanto a Universidade é progressista e uma defensora da democracia posta. O MAGNÍFICO REITOR solicita que a professora Aline comente sobre o evento realizado na Universidade envolvendo familiares das pessoas que estiveram lá, o Ministério Público estava presente, e foi quando ele formalizou o pedido. A Professora ALINE VIEIRA DE CARVALHO diz que o Laboratório de Arqueologia Pública trabalha em uma perspectiva muito diferente de arqueologia. Ele parte da proposta de que as pessoas que, de certa forma, estavam relacionadas a esse edifício possuem um saber que não necessariamente a Universidade tem. Fizeram as escavações arqueológicas, tinham apenas dez dias para isso, e nesses dez dias no edifício do DOI-Codi receberam cerca de 800 pessoas, desde alunos do ensino fundamental e médio, até professores, também moradores do bairro, que ouviam as histórias sobre o que era aquele edifício, mas muitos deles não tinham noção do

1 que se passava ali. Então, quando começaram os trabalhos de escavação, tiveram uma
2 preocupação imensa de fazer esses trabalhos junto com as comunidades, as pessoas que
3 estiveram ali ou que se relacionam, de alguma forma, com esse edifício. Entre elas, estavam
4 ex-presos políticos, e foi um momento muito emocionante recebê-los, muitos das quais não
5 tinham voltado nesse espaço, para contar o que se passava ali e o que eram aqueles materiais
6 que foram encontrados. Nesses dez dias de escavação, conseguiram levantar cerca de 600
7 objetos, o que indica que, com mais tempo para escavação, muito provavelmente, haverá outros
8 objetos para encontrar e estudar, pensar um pouco sobre eles. Entendem que o saber
9 arqueológico não é feito só a partir dos materiais; trouxeram os materiais para cá, eles estão no
10 Laboratório de Arqueologia Pública, a exposição é aberta, e convidaram esses ex-presos
11 políticos para virem conhecer o laboratório e, em especial, entenderem o processo pelo qual
12 esses artefatos passam, um processo de curadoria, limpeza, coleta e assim por diante. Foi um
13 momento muito emocionante a entrada desses ex-presos políticos na Universidade, em especial
14 o contato deles com os objetos que foram escavados. Isso gerou um momento muito delicado,
15 porque entre os objetos, por exemplo, há uma meia calça feminina com possíveis manchas de
16 sangue, e esse objeto não tinha sido visto por eles ainda. Ver esse material exposto fez com que
17 eles se lembrassem de outras memórias do espaço e, em especial, deu a todos que estavam ali
18 presentes, inclusive o senhor Reitor, que sempre os apoiou, a dimensão de quanto é importante
19 um espaço de memória para que esses objetos possam voltar e, em especial, ser expostos para
20 a sociedade. O Conselheiro CÉSAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que DOI-Codi é um nome
21 inventado por aqueles que estavam com as botas sobre as suas cabeças. Acha que o espaço
22 deveria se chamar Museu das Vítimas da Ditadura ou qualquer coisa desse tipo, para dizer do
23 ponto de vista da dor das pessoas, e não do nome do aparelho que eles inventaram para reprimi-
24 las. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO agradece muito às professoras Cristina e Aline pela
25 apresentação que fizeram e pelo trabalho que conduziram, esse trabalho tão relevante. Já foi
26 dito aqui da data de hoje, e a aprovação da criação desse memorial, cujo título podem discutir
27 a partir daquilo que o professor César colocou, é muito simbólica. Traz uma responsabilidade,
28 uma abertura, como a professora Aline mencionou, de temas que extrapolam o próprio
29 conhecimento sobre o período da ditadura militar. Mas, mais do que isso, acha que a
30 possibilidade de contribuir para a conscientização da sociedade sobre o que foi esse período é
31 fundamental. E o trabalho de escavação, o trabalho que está presente no documentário
32 “Arqueologia no DOI-Codi, Rompendo o Silêncio”, que teve muitas visualizações, é
33 impressionante. O contato com os presos políticos, a possibilidade de reviver essa memória,
34 que essa pesquisa, esse grupo de trabalho proporcionou, são fundamentais para que possam
35 pensar em um processo não só de luta por memória, justiça e verdade, mas de reparação
36 histórica em relação às atrocidades que foram cometidas em nome do Estado brasileiro.
37 Agradece por esse trabalho, que é fundamental para a Universidade e que recoloca a Unicamp
38 diante desse compromisso com a democracia. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E
39 CRUZ agradece às professoras Cristina e Aline por esse trabalho fantástico. Todos já disseram
40 da importância, mas destaca que a Unicamp se coloca na vanguarda no país, porque o Brasil,

dos países da América do Sul, deve ser um dos mais carentes de lugares da memória. Existem em outros países, por exemplo, o Museu da Memória e dos Direitos Humanos de Santiago, no Chile, a Escuela Superior Mecánica de la Armada, na Argentina, que foi o principal centro de tortura e desaparecimento na Argentina, sob a responsabilidade da Marinha, ou a antiga sede da Policia de Investigaciones, no centro de Assunção, Paraguai, que teve a ocasião de visitar pessoalmente e, de fato, é um ambiente muito impactante, desde a sala do seu antigo diretor, Pastor Coronel, até as celas onde ainda estão expostos instrumentos de tortura. Isso, de fato, faz muita diferença para uma sociedade. Infelizmente não pôde visitar a Escuela Superior Mecánica de la Armada, nas suas últimas visitas à Argentina, e não sabe se conseguirá fazê-lo algum dia, porque o governo Milei está empenhado em fechá-la, dado que é um governo comprometido com os herdeiros da antimemória dos repressores. No Brasil, precisam avançar; há o Memorial da Resistência, em São Paulo, antiga sede do Dops, mas é muito pouco. Nesse sentido, a Unicamp dá um grande passo não só para si mesma e para o trabalho de pesquisa dos futuros historiadores que ela forma, mas um passo importante também para a sociedade brasileira e para a América Latina. A Conselheira ANNA CHRISITINA BENTES DA SILVA agradece às professoras Cristina e Aline pelo trabalho incrível, por esse relatório, e chama a atenção para o fato de que essa iniciativa da Unicamp vai colocá-la também na vanguarda de formação. Há a questão da memória, que é fundamental, mas há a questão dessa memória para o futuro, para as gerações futuras. Não podem deixar que essas gerações futuras não tenham acesso a isso, e sabem que há um movimento muito grande de destruição dessa memória, de tentativa de ocultar essa verdade ou de dissimulá-la o máximo possível. Estão vivendo isso exatamente hoje. Então, agradece muito por essa iniciativa e tem certeza de que a Unicamp vai ser, como já disseram os colegas, vanguarda nesse movimento de ter mais um lugar de memória. Precisariam ter muito mais, mas aqui, a responsabilidade e a vontade da Unicamp fazem isso. Dessa forma, confirma a sua vontade de continuar a ser uma universidade progressista, e isso é fundamental, pois apesar de todas as tentativas, fica mais difícil destruí-la. Ficar com o memorial sob a responsabilidade da Universidade é uma garantia para a sociedade brasileira. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA TERRA CUNHA diz que é importante agradecer e exaltar o que estão fazendo e tudo o mais, mas há duas palavrinhas que, a todo momento que vêm à garganta, precisam dizer: “Sem anistia!”. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ parabeniza os envolvidos nessa tarefa tão difícil e tão necessária para uma sociedade. Acredita que um espaço onde se dê a oportunidade de recuperação da história é fundamental para uma geração futura. Faz parte de uma geração que foi privada dessa memória, e isso despolitiza, tira dessa geração a vontade de participar. Acha que não deve parar nessa iniciativa, ela deve ser aumentada, ela deve ser também inserida na formação das pessoas, para que elas não percam esse desejo de aprender a História. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO agradece ao GT e às professoras do IFCH que tiveram esse trabalho todo, que em alguma medida acompanhou, e elas tiveram muito trabalho, muita discussão, muito empenho, e já apresentam ali um certo manual de como fazer. Há ali sugestões do próprio GT, que já dão conta de a Instituição agora encaminhar para efetivamente acontecer tudo isso. Ressalta que é importantíssimo, do lado

1 institucional, ter um lugar, um espaço urbano, em que a Unicamp seja presente fazendo isso. A
2 Universidade está sendo ocupada internamente por tantas mudanças, tantas transformações
3 democráticas, então que também faça isso em um outro espaço urbano, por uma sociedade que
4 perdeu sua memória, não lembra muito bem dela. Viveram anos que demonstraram isso,
5 continuam tendo demonstração de que se lembram muito pouco do que aconteceu com eles.
6 Acha que a Unicamp tem um papel importantíssimo nisso, ela está, cada vez mais, mostrando
7 o lado que ela tem, e acha que o Memorial DOI-Codi fará isso muito bem. Então, parabeniza
8 por essa iniciativa. O MAGNÍFICO REITOR agradece às professoras Cristina, pela presidência
9 do GT, e Aline, por todo o papel que teve, desde 2017. De alguma forma, foram elas que o
10 arrastaram para dentro da história. Quando ocorreu o evento aqui, que foi bastante impactante,
11 estava ali diante de pessoas que têm cinco a 10 anos, talvez, a mais do que ele. Viveu, de alguma
12 forma, o período da ditadura no final da década de 1970, 1976 em diante, e estavam vendo
13 pessoas que viveram de uma forma dramática 10 ou cinco anos antes. Viam o que era o
14 significado daquilo para aquelas pessoas, e era difícil não se emocionar. Naquele evento, tanto
15 a professora Aline quanto os dois promotores do Ministério Público insistiam na necessidade
16 de a Unicamp manifestar o seu desejo de fazer isso que estão tendo a chance de formalizar hoje.
17 Existe uma disputa em torno do uso do prédio, eles são promotores da área de direitos humanos
18 e querem que seja um memorial. O importante aqui é manifestar o compromisso de construir e
19 de preservar essa história, o arranjo institucional pode ser mais complexo. Estão assumindo essa
20 responsabilidade como instituição, mas há outras instituições que têm interesse em se envolver
21 também. Agora passam para uma outra etapa. Se nenhuma outra instituição quiser se juntar, a
22 Unicamp fará sozinha; se alguém mais vier, farão uma espécie de consórcio. Tomaram a frente
23 em um dia bastante apropriado. Manifestam esse compromisso com a democracia, lembrando
24 que a Universidade tem várias conexões com isso ao longo de toda a sua história, mas também
25 recente. O livro escrito pelo Marcelo Rubens Paiva, ex-aluno da Universidade, que, pouco
26 tempo atrás, foi artista visitante do programa do IdEA, se tornou filme e com ele o Brasil ganhou
27 o seu primeiro Oscar. Isso marcando um período forte da história e em um momento dos mais
28 complicados para a democracia no mundo, e viveram isso recentemente no país também. Então,
29 acha que não podem escolher momento melhor para afirmar esse compromisso como
30 instituição. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por
31 unanimidade. Informa que vai encerrar a reunião por hoje e que a Secretaria Geral vai organizar
32 sua continuação para a semana que vem. Termina afirmando que poucas reuniões do Consu
33 tiveram uma densidade de decisões positivas, democráticas e inclusivas como esta. Fica muito
34 feliz de poder ter presidido uma boa parte dela e continuar presidindo a semana que vem.
35 Parabeniza o Conselho Universitário. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão
36 e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e
37 solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho
38 Universitário. Campinas, 1º de abril de 2025.

Conselho Universitário - CONSU⁷³

190ª Sessão Ordinária, realizada em 01 de Abril de 2025

Resultado da votação

Item 01 da Ordem do Dia

		
Favorável	Contrário(a)	Abstenção
67	0	2

VOTANTES

Nomes	Votos
Cláudio Francisco Tormena	Favorável
Ricardo Miranda Martins	Favorável
Márcio Antonio Cataia	Favorável
Marcos Nogueira Martins	Favorável
Fernando Sarti	Favorável
Anna Christina Bentes da Silva	Favorável
Mônica Alonso Cotta	Favorável
Beatriz Cardoso Nascimento	Favorável
Célio Hiratuka	Favorável
Ariovaldo José da Silva	Favorável
Dirce Djanira Pacheco E Zan	Favorável
Paulo José Rocha de Albuquerque	Favorável
Ana Maria Frattini Fileti	Favorável
Francisco da Fonseca Rodrigues	Favorável

Claudio Saddy Rodrigues Coy	Favorável
Márcio Alberto Torsoni	Favorável
Augusto César da Silveira	Favorável
Fernando Antônio Santos Coelho	Favorável
Roberta Cunha Matheus Rodrigues	Favorável
Rachel Meneguello	Favorável
Arnaldo César da Silva Walter	Favorável
Verónica Andrea González-López	Favorável
Luiz Seabra Junior	Favorável
André Kaysel Velasco e Cruz	Favorável
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto	Favorável
Samuel Rocha de Oliveira	Favorável
Esther Luna Colombini	Favorável
Odilon José Roble	Favorável
Ângelo Roberto Biasi	Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger	Favorável
Josely Rimoli	Favorável
Higor Campos do Nascimento	Abstenção
Débora Cristina Jeffrey	Favorável
Eduardo Gurgel do Amaral	Favorável

Eliana da Silva Souza	75	Favorável
Marcelo de Oliveira Terra Cunha		Favorável
Flávio Henrique Baggio Aguiar		Favorável
Andréia Galvão		Favorável
Luara Souza de Oliveira		Favorável
Gabriela Leme Lamana		Favorável
Matheus da Silva Marcheti Martins		Favorável
Erika Chioca Furlan		Favorável
Elaine Cristina de Ataíde		Favorável
Anderson de Souza Sant ´Ana		Favorável
Kethlyn Kethriny da Costa Brito		Abstenção
Cínthia Pereira Machado Tabchoury		Favorável
Reginaldo Alves do Nascimento		Favorável
Laura Rinco Hassen Khaddour		Favorável
Alessandro dos Santos Farias		Favorável
Rayan Gabriel Rodrigues da Silva		Favorável
Jörg Kobarg		Favorável
Giovanna da Costa Romaro		Favorável
Adilton Dorival Leite		Favorável
Luciane Miranda Guerra		Favorável
Francisco Hideo Aoki		Favorável

76	
Sandro Dias	Favorável
Cláudio José Servato	Favorável
Cesar José Bonjuani Pagan	Favorável
Jose Luis Pio Romera	Favorável
Nelson Filice de Barros	Favorável
Ana Maria Alves Carneiro da Silva	Favorável
Amanda dos Santos de Deus	Favorável
Hugo Enrique Hernandez Figueroa	Favorável
Dirceu Noriler	Favorável
Ivan Felizardo Contrera Toro	Favorável
Juliana Freitag Borin	Favorável
Andreas Karoly Gombert	Favorável
Petrilson Alan Pinheiro da Silva	Favorável
Elaine dos Santos Jose	Favorável

NÃO VOTANTES

Nomes

Maria Luiza Moretti
Hernandes Faustino de Carvalho
Leandro Aparecido Villas
Rodolfo Jardim de Azevedo
Simone Appenzeller

Daniel Martins de Souza

Joana Froes Braganca Bastos

Marisa Masumi Beppu

Marcelo Alves da Silva Mori

Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho

José Antonio Rocha Gontijo

Muriel de Oliveira Gavira

Noel dos Santos Carvalho

Pedro Víctor de Carvalho Costa

Bruno Gomes Ximenes

Leandro Horie

Marcílio Alves

Barbara Jéssica de Assunção Costa

Conselho Universitário - CONSU⁷⁸

190ª Sessão Ordinária, realizada em 01 de Abril de 2025

Resultado da votação

Item 03 da Ordem do Dia

		
Favorável	Contrário(a)	Abstenção
60	0	4

VOTANTES

Nomes	Votos
Ricardo Miranda Martins	Favorável
Esther Luna Colombini	Favorável
Ivan Felizardo Contrera Toro	Favorável
Laura Rinco Hassen Khaddour	Abstenção
Beatriz Cardoso Nascimento	Favorável
Dirceu Noriler	Favorável
Adilton Dorival Leite	Favorável
Erika Chioca Furlan	Favorável
Ângelo Roberto Biasi	Favorável
Andréia Galvão	Favorável
Ana Maria Alves Carneiro da Silva	Favorável
Gabriela Leme Lamana	Favorável
Francisco da Fonseca Rodrigues	Favorável
Eliana da Silva Souza	Abstenção

Petrilson Alan Pinheiro da Silva	Favorável
Luciane Miranda Guerra	Favorável
Jörg Kobarg	Favorável
Débora Cristina Jeffrey	Favorável
Verónica Andrea González-López	Favorável
Marcelo de Oliveira Terra Cunha	Favorável
Andreas Karoly Gombert	Favorável
Alessandro dos Santos Farias	Favorável
Luiz Seabra Junior	Favorável
Barbara Jéssica de Assunção Costa	Favorável
Flávio Henrique Baggio Aguiar	Favorável
Sandro Dias	Favorável
Célio Hiratuka	Favorável
Higor Campos do Nascimento	Favorável
Marcos Nogueira Martins	Favorável
Márcio Antonio Cataia	Favorável
Dirce Djanira Pacheco E Zan	Favorável
Fernando Antônio Santos Coelho	Favorável
Cesar José Bonjuani Pagan	Favorável
Fernando Sarti	Favorável

Luara Souza de Oliveira	80	Favorável
Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho		Favorável
Cínthia Pereira Machado Tabchoury		Favorável
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto		Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger		Favorável
Kethlyn Kethriny da Costa Brito		Abstenção
Márcio Alberto Torsoni		Favorável
Claudio Saddy Rodrigues Coy		Favorável
Francisco Hideo Aoki		Favorável
Matheus da Silva Marcheti Martins		Favorável
Nelson Filice de Barros		Favorável
Ana Maria Frattini Fileti		Favorável
Mônica Alonso Cotta		Favorável
Rayan Gabriel Rodrigues da Silva		Favorável
Juliana Freitag Borin		Favorável
Reginaldo Alves do Nascimento		Favorável
Arnaldo César da Silva Walter		Favorável
Giovanna da Costa Romaro		Favorável
Josely Rimoli		Favorável
Cláudio Francisco Tormena		Favorável
Hugo Enrique Hernandez Figueroa		Favorável

81	
Jose Luis Pio Romera	Favorável
Amanda dos Santos de Deus	Abstenção
Paulo José Rocha de Albuquerque	Favorável
Anderson de Souza Sant ´ Ana	Favorável
Anna Christina Bentes da Silva	Favorável
Ariovaldo José da Silva	Favorável
André Kaysel Velasco e Cruz	Favorável
Roberta Cunha Matheus Rodrigues	Favorável
Rachel Meneguello	Favorável
NÃO VOTANTES	
Nomes	
Maria Luiza Moretti	
Odilon José Roble	
Hernandes Faustino de Carvalho	
Leandro Aparecido Villas	
Augusto César da Silveira	
Elaine Cristina de Ataíde	
Rodolfo Jardim de Azevedo	
Simone Appenzeller	
Silvia Cristina Franco Amaral	
Daniel Martins de Souza	

Marisa Masumi Beppu

Marcelo Alves da Silva Mori

Samuel Rocha de Oliveira

José Antonio Rocha Gontijo

Muriel de Oliveira Gavira

Noel dos Santos Carvalho

Pedro Víctor de Carvalho Costa

Cláudio José Servato

Bruno Gomes Ximenes

Elaine dos Santos Jose

Leandro Horie

Marcílio Alves

Eduardo Gurgel do Amaral

ATA DA CONTINUAÇÃO DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas, reuniu-se de forma presencial o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Ana Maria Alves Carneiro da Silva, Ana Maria Frattini Fileti, Ana Vitória Cavalcante Santos, Andréia Galvão, Anna Christina Bentes da Silva, Ariovaldo José da Silva, Arnaldo César da Silva Walter, Augusto César da Silveira, Bárbara Jéssica de Assunção Costa, Beatriz Cardoso Nascimento, Beatriz Rippel de Godoy, Bruno Gomes Ximenes, Célio Hiratuka, Cesar José Bonjuani Pagan, Cláudio Francisco Tormena, Cláudio José Servato, Claudio Saddy Rodrigues Coy, Daniel Martins de Souza, Eduardo Cardoso de Abreu, Eduardo Gurgel do Amaral, Elaine Cristina de Ataíde, Elaine dos Santos José, Eric Costa Moreira, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Francisco da Fonseca Rodrigues, Francisco Hideo Aoki, Giovanna da Costa Romaro, Guilherme do Val Toledo Prado, Hernandes Faustino de Carvalho, Higor Campos do Nascimento, Hugo Enrique Hernandez Figueroa, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jörg Kobarg, Juliana Freitag Borin, Laura Rinco Hassen Khaddour, Leandro Aparecido Villas, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Leonardo Vasconcelos Fregolente, Marcelo de Oliveira Terra Cunha, Márcio Alberto Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Marcos Nogueira Martins, Maria Luiza Moretti, Matheus da Silva Marcheti Martins, Mônica Alonso Cotta, Noel dos Santos Carvalho, Odilon José Roble, Paulo José Rocha de Albuquerque, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Rachel Meneguello, Rayan Gabriel Rodrigues da Silva, Reginaldo Alves do Nascimento, Ricardo Miranda Martins, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, Rodrigo Gonçalves Pagnano, Samuel Rocha de Oliveira, Sandro Dias e Silvia Cristina Franco Amaral. Como convidados especiais, compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Alcides José Scaglia, Cristiane Maria Megid e Sávio Machado Cavalcante; a doutora Raluca Savu; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Débora Cristina Jeffrey, sendo substituída pelo conselheiro Guilherme do Val Toledo Prado; Dirceu Noriler, sendo substituído pelo conselheiro Leonardo Vasconcelos Fregolente; Rodolfo Jardim de Azevedo, sendo substituído pelo conselheiro Marcelo de Oliveira Terra Cunha; Joana Fróes Braganca Bastos; André Kaysel Velasco e Cruz, sendo substituído pelo conselheiro Rodrigo Gonçalves Pagnano; Josely Rimoli; Dirce Djanira Pacheco e Zan, sendo substituída pelo conselheiro Eduardo Cardoso de Abreu; Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho; Verónica Andrea González-López; Marcelo Alves da Silva Mori; Muriel de Oliveira Gavira; Marisa Masumi Beppu; Luara Souza de Oliveira, sendo substituída pela conselheira Beatriz Rippel de Godoy; Kethlyn Kethriny da Costa Brito, sendo substituída pelo conselheiro Eric Costa Moreira; Amanda dos Santos de Deus, sendo substituída pela conselheira Ana Vitória Cavalcante Santos; Pedro Víctor de

1 Carvalho Costa, sendo substituído pela conselheira Barbara Jéssica de Assunção Costa;
2 Gabriela Leme Lamana; Erika Chioca Furlan; José Luis Pio Romera, sendo substituído pelo
3 conselheiro Reginaldo Alves do Nascimento; e Eliana da Silva Souza. Havendo número legal,
4 o MAGNÍFICO REITOR dá início à Continuação da Centésima Nonagésima Sessão Ordinária
5 do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma
6 presencial. Fazendo as considerações iniciais, diz que esta Sessão do Conselho Universitário
7 está sendo transmitida pelo YouTube, e ela ocorre em uma sala de 142 metros quadrados, com
8 capacidade para 81 pessoas sentadas. O ambiente conta com cinco fileiras de mesas contínuas
9 para os conselheiros e uma mesa para a presidência, que fica de frente para as outras cinco.
10 Sobre todas as mesas há *laptops* e microfones para que os membros possam acessar as pautas
11 e fazer uso da palavra sem precisar se deslocar. Na qualidade de Reitor da Unicamp, preside a
12 Sessão; é um homem branco, de 1,85 metro, 80 quilos, está trajando uma camisa azul clara, um
13 *blazer* escuro, tem cabelos grisalhos e usa óculos. Solicita aos membros titulares que façam o
14 *login* no *site* da Secretaria Geral e acessem o menu Consu - Sessões para que sua presença seja
15 registrada e recebam as cédulas de votação. Quando estiverem logados, todos os documentos
16 ficarão acessíveis. Lembra que é imprescindível que os conselheiros utilizem os computadores
17 da sala e que não fechem a página da SG (menu Sessões). Caso a cédula de votação não apareça
18 para algum conselheiro, solicita que aguarde a finalização da votação em curso e, em seguida,
19 peça a palavra para declarar seu voto no microfone. Para manifestação, os conselheiros deverão
20 levantar a mão e respeitar o limite temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e três
21 minutos para o Expediente. Continuando a discussão dos itens da pauta, passa aos itens de 11
22 a 14, destacados pelo professor Ivan, que serão discutidos em bloco, mas votados
23 separadamente: item 11 – Proc. nº 01-P-9841/2025 –, que trata de proposta de criação do Curso
24 de Fisioterapia, na Faculdade de Ciências Médicas; item 12 – Proc. nº 01-P-9788/2025 –, que
25 trata de proposta de criação do Curso de Direito; item 13 – Proc. nº 01-P-9782/2025 –, que trata
26 de proposta de criação do Curso Habilitação em Inglês, no Instituto de Estudos da Linguagem;
27 item 14 – Proc. nº 01-P-9786/2025 –, que trata de proposta de criação do Curso de Licenciatura
28 em História noturno, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. O Conselheiro IVAN
29 FELIZARDO CONTRERA TORO diz que é um momento extremamente importante para a
30 PRG e para a Universidade a proposta de criação de novos cursos. Informa que a graduação na
31 Unicamp hoje tem cerca de 20.500 estudantes, divididos em 65 cursos, mais 120 vagas no
32 ProFIS, divididos em três *campi*. Comparando com as duas universidades irmãs, a USP tem no
33 vestibular 11.000 vagas, a Unesp tem 7.600 e a Unicamp 3.340. Quando levam em conta o
34 ICMS e o número de vagas, notam que a Unicamp possui um número de vagas muito menor,
35 mesmo com a particularidade de que a Unicamp tem uma área de Saúde muito grande e que ela
36 é subordinada também ao orçamento da Universidade. Para se criar um novo curso, o artigo 9º
37 do Regimento Geral da Unicamp prevê que a Universidade poderá criar novos cursos por
38 deliberação do Conselho Universitário e que a iniciativa pode caber ao Reitor ou a qualquer
39 conselheiro, mediante proposta do Conselho Universitário. Recebida a proposta, em princípio
40 pelo Conselho Universitário, o Reitor designará uma comissão de especialistas para emitir um

parecer. Elaborado o parecer, há todo um caminho para voltar para o Conselho Universitário. A pré-proposta saiu da PRG ao Gabinete do Reitor, que colocou hoje aqui na Ordem do Dia. Hoje votarão a iniciativa de criação de cursos, ainda não é a criação definitiva, o que só vai acontecer no final do processo. Se aprovarem hoje, o Reitor vai nomear uma comissão de especialistas que analisará os projetos completos, feitos pelas unidades, e no caso do curso de Direito por um GT. Esse projeto, depois de aprovado pela comissão, passará pela congregação, pela CCG, pela COP, Cepe, CAD e aprovação final no Consu, e aí sim o curso estará efetivamente implantado. Não fizeram isso antes porque em grande parte da gestão não havia cargos docentes suficientes; havia uma necessidade muito grande de reposição docente, ainda há, mas a situação está bem mais favorável. As condições econômicas ainda estavam instáveis, não possuem uma certeza ainda do financiamento da Universidade, mas existe uma estabilidade na arrecadação. Além disso, no início da gestão, ocorreu a pandemia, não sabiam muito bem quais seriam as consequências, então postergaram essa proposta. Até o primeiro semestre do ano passado, havia 13 propostas na PRG, das quais 10 foram apresentadas pelas unidades e três projetos foram gestados na PRG: o curso de Direito, o curso de Ciência de Dados e Medicina em Piracicaba. Diante dessa necessidade de escolha de alguns cursos para iniciarem a discussão, verificaram com a Administração Central alguns critérios, sendo o primeiro o critério econômico. Deveriam contratar em torno de 65 docentes, para não comprometer a folha da Universidade, ter uma preferência por cursos noturnos, atendimento às necessidades da Unicamp e da sociedade. Aqueles cursos que tenham uma relação maior entre novas vagas com menos contratação docente seriam privilegiados. Estudariam também a demanda em vestibular, quando a Unicamp já tiver o curso no diurno ou nas estaduais, quando não houver, e se a infraestrutura necessária é disponível ou não em cada unidade. Foi feita uma comissão na qual estava presente junto com a professora Roberta Rodrigues, o professor Dirceu Noriler, o professor Márcio Cataia, o professor Célio Hiratuka e a professora Milena de Oliveira, que é assessora da PRG. Agradece muito o trabalho de todos esses professores no estudo das propostas e na escolha de alguns cursos que hoje vão apresentar aqui. No final, ficaram com cinco cursos: Habilitação em Inglês, Fisioterapia, História noturno, Direito e Farmácia noturno. O curso de Farmácia noturno foi retirado dessa primeira apresentação porque precisam resolver um problema de espaço físico onde o curso está alocado, mas ele havia entrado no início como um dos prioritários. Todos os outros cursos estão com pré-projeto definido, com exceção de Ciência de Dados, que ainda está em uma fase de discussão entre os membros da comissão. Dos cursos que estão apresentando hoje, o curso de Fisioterapia seria um curso integral com 40 novas vagas de estudantes e necessidade de 13 contratações docentes. É um curso que já passou pelo Consu, desde 2012 ele está passando aqui pelos órgãos da Universidade, já foi aprovado mais de uma vez pela FCM e pelo IB e o projeto está totalmente pronto. O segundo curso é o de Direito, também integral, uma proposta de 50 novas vagas de estudantes. Esse é um curso que ainda está no pré-projeto, mas estimaram a contratação de cerca de 40 docentes, tomando por base o curso da USP de Ribeirão Preto e o da Unifesp, e ainda não possui uma sede. A ideia seria a próxima Administração nomear uma comissão para discutir o melhor local para o novo

curso de Direito. As possibilidades seriam em Limeira, na FCA, ou aqui no *campus* de Barão Geraldo, como uma faculdade isolada ou ligada a uma unidade já existente. Esse novo curso de Direito teria como princípios: democracia, desenvolvimento, sustentabilidade e interesse público, teria um perfil multidisciplinar e interdisciplinar e a criação de escritórios e clínicas de apoio para a população no campo do Direito. E ele daria, do ponto de vista da PRG, um protagonismo para a Unicamp que ela necessita. O pré-projeto, que é bem inicial, foi elaborado pela comissão composta pelos professores Ana Spaolonzi, Luís Vedovato, Rodrigo Lanna, Rodrigo Sousa, Sávio Cavalcante e Milena de Oliveira. A Licenciatura em Inglês seria um curso também integral, com 30 novas vagas, e necessidade de contratação de 11 docentes, sendo sete para o IEL e quatro para o CEL. A congregação do IEL já aprovou e, do ponto de vista da PRG, ele seria extremamente importante na internacionalização da Universidade. O quarto curso seria a Licenciatura em História noturno, com 55 novas vagas e 10 contratações docentes. O curso de História tem uma alta demanda no vestibular, a congregação do IFCH já aprovou e o pré-projeto está bem adiantado. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA parabeniza a ação da Pró-Reitoria de Graduação e da Administração Central, também a comissão pelo trabalho de se debruçar sobre essa questão, porque acha que novos cursos dão a possibilidade de crescerem como Universidade, pensar cursos que já vinham sendo pensados, como o professor Ivan já mencionou, mas que talvez em outros momentos não houvesse condições para isso. Especificamente sobre Habilitação em Inglês, relata que ele já tem sido discutido no IEL pelo menos há dois anos, sendo que o Instituto aprovou, no ano passado, a primeira proposta, tanto para o diurno quanto para o noturno. O professor Ivan mencionou a questão da internacionalização, e também chama a atenção para a formação de professores. Por exemplo, a Unicamp tem dois colégios técnicos e os alunos não podem ser professores de inglês nesses colégios técnicos, porque não existe essa habilitação hoje. Também não formam professores de inglês para atuar na educação básica. Mas, para além disso, como o professor Ivan mencionou, o papel global que o inglês tem e pensar a internacionalização, sobretudo no meio acadêmico, no que diz respeito à publicação, no que diz respeito à inserção dos alunos do IEL. Talvez, a médio e longo prazo, desenvolver projetos nos moldes como foi o Idiomas Sem Fronteiras, em que podem ter uma coordenação feita por professores, com a atuação de alunos de graduação e pós-graduação, em que consigam ter um espraiamento muito maior do ensino do inglês na Unicamp como um todo, envolvendo os alunos. Isso também vai criando uma cadeia que vai trazer a extensão junto, vai trazer a pós-graduação *lato sensu, stricto sensu*. Com a habilitação, pretendem criar uma cadeia em torno do ensino de língua inglesa para toda a Universidade. Sem dúvida nenhuma, isso vai favorecer, em diversas frentes, a internacionalização, como o professor Ivan mencionou. Portanto, o IEL encampa a proposta e se coloca à disposição para a discussão em relação à Habilitação em Inglês. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO agradece à Pró-Reitoria de Graduação e à comissão que analisou as propostas de criação de cursos novos e a inclusão do curso de História Noturno nessa primeira leva de cursos que está sendo submetida à apreciação do Consu. Essa é uma demanda antiga dos estudantes e também dos docentes do IFCH, que querem trabalhar com o período noturno,

que tem um perfil diferente do integral. Os dados da Comvest indicam que o curso de História é ainda majoritariamente formado por estudantes de classe média e de classe média alta, de modo que o curso noturno potencializa significativamente a inclusão. Vai destacar alguns aspectos para defender a aprovação da proposta. Primeiro, lembra que o curso de História é um dos dez mais procurados no vestibular da Unicamp, tem uma relação superior a 25 candidatos por vaga nos últimos quatro anos. Também destaca o número de vagas a serem criadas e faz uma pequena correção, são 52 vagas que aprovaram na congregação, então são 52 novos estudantes por ano, o que vai dobrar o número de ingressantes em História, e isso com apenas dez docentes a mais. Definiram o número de docentes em um estudo muito criterioso sobre carga didática, sobre distribuição do trabalho docente na unidade, e lembra que a contratação de docentes para graduação vai repercutir nas atividades de ensino, na pós-graduação, pois vão ter mais professores orientadores, vai repercutir na pesquisa e também na extensão. Além disso, também vão poder ampliar a oferta de disciplinas eletivas para os demais cursos da Unicamp. Com relação à importância do curso, diz que ele é bastante antigo, existe desde 1976, é um curso bastante sólido, tem muita tradição, embora já tenha passado por várias reformulações curriculares, e não apresentaram a proposta do projeto pedagógico agora porque estão sempre abertos a essa renovação. Então, possuem uma oportunidade de atualizar o currículo, mas menciona que o curso de História na Unicamp oferece conteúdos clássicos e também conteúdos bastante atuais. Há temas que estão presentes nas disciplinas eletivas que oferecem e que envolvem o estudo da literatura, dos movimentos sociais, da cultura, da subjetividade, do gênero, das religiões. Esses temas se somam à história social da escravidão, à história das cidades, à história da arte, tudo isso mostra que o estudante tem uma formação que ao mesmo tempo é muito especializada e diversificada, e que está aberta à possibilidade de pesquisa, à possibilidade de atuações bastante variadas, que vão desde o ensino até as atividades de preservação da memória e do patrimônio, tanto material quanto imaterial. Aproveita para destacar que o que vem acontecendo no IFCH nas duas últimas semanas – e agradece muito a todos os colegas pelo apoio e à Reitoria pela atuação – mostra como os temas com os quais trabalham mexem com as estruturas da sociedade. São temas relacionados a questões e problemas que precisam ser conhecidos, precisam ser investigados para que simplificações e falsificações históricas, manipulações, como têm visto acontecer, não se difundam. Então, ter mais pessoas formadas na área, e, sobretudo, ter bons historiadores é essencial para que possam aumentar o interesse pela História, fomentar o conhecimento da História da humanidade, a compreensão das transformações pelas quais a sociedade passa no tempo e no espaço, e também possibilitar o combate à desinformação. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que vai se referir ao item 12, que havia destacado na terça-feira passada, para chamar a atenção para dois documentos que estão na pauta: o relatório do grupo, às folhas 10, e o ofício da Pró-Reitoria de Graduação, às folhas 13, mencionam que o movimento que a FCA fez para o curso de Direito ir para lá pede que esse curso seja na FCA. Mas, na verdade, a moção que a Faculdade enviou, em 22 de agosto de 2024, propõe que o curso seja na FCA ou em Limeira. Acreditam que ter uma faculdade de Direito dê maior visibilidade para a sociedade e seria importante para

1 Limeira como um todo, tanto para a FT como para o Cofil, como para a FCA, então que ele
2 fosse em Limeira, e não necessariamente um curso dentro da Faculdade de Ciências Aplicadas.
3 O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que existe carência de curso de Direito
4 dentro de universidades públicas, não apenas por não ter vagas, mas porque os cursos de Direito,
5 em geral, não estão no *campus* principal. Por exemplo, o curso de Direito da USP fica no Largo
6 São Francisco, nunca foi para o *campus* do Butantã, e isso faz uma diferença brutal na
7 experiência universitária que os futuros bacharéis em Direito vão levar para a sua vida
8 profissional. A experiência multidisciplinar e interdisciplinar que está citada aqui no projeto vai
9 ser muito mais bem atendida se o curso ficar no *campus* de Barão Geraldo. Com a interação
10 não só com o IFCH, mas, por exemplo, com o curso de Arquitetura e Urbanismo. O Estatuto
11 das Cidades, que é um documento que já tem cerca de 25 anos, é de difícil implementação
12 porque é de difícil compreensão dos conceitos de urbanismo, que quem tem que entender é o
13 pessoal do Direito, para justamente fazer as legislações. O Estatuto das Cidades é muito
14 moderno, mas acaba sendo de difícil aplicação. Acha que possuem uma oportunidade
15 espetacular de ter um curso de Direito aqui no *campus*, e observa que mesmo que a Faculdade
16 do Largo São Francisco fosse para o *campus* do Butantã, não teria a mesma qualidade do
17 *campus* da Unicamp em Barão Geraldo, porque o *campus* do Butantã é esparso, as construções
18 estão muito longe umas das outras. Por exemplo, o curso de Engenharia Civil, quando veio para
19 Campinas, deu a oportunidade a ele, por exemplo, de andar duas quadras e conversar com
20 pessoas sobre assuntos que diziam respeito à Universidade e que eram relativos ao trabalho que
21 estava fazendo. A Unicamp foi pensada para ser uma universidade interdisciplinar, desde o
22 vestibular, quando ingressavam e depois escolhiam o curso que iam fazer, algo bastante
23 avançado para a época. E neste momento, em especial, acha que é muito importante um curso
24 de Direito que possa formar pessoas com uma experiência universitária boa. Não se trata de
25 desmerecer o *campus* de Limeira, o que está querendo dizer é que aqui há uma quantidade de
26 cursos muito maior. A experiência universitária é mais do que nunca importante por causa da
27 autonomia universitária, algo que tem que ser muito bem entendido, que está na Constituição
28 Federal, e que eventualmente parece que passa batido, mas para eles a autonomia é sagrada e é
29 a principal luta. Então acha que até por isso deveria ser no *campus* de Campinas. O Conselheiro
30 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que se inscreveu para manifestar o seu voto
31 favorável à criação desses cursos e cumprimentar o professor Ivan Toro e todas as pessoas que
32 estiveram envolvidas nas comissões que trabalharam para dar suporte a esse documento que
33 estão analisando. Acha que esse é um caminho que a Universidade deve continuar, no sentido
34 de que, como o professor Ivan já demonstrou, descontando a área de Saúde, que, diferentemente
35 das outras duas universidades coirmãs, está no orçamento da Unicamp, a Unicamp ainda está
36 bem atrás, por exemplo, da Unesp no número de vagas. É óbvio que não vão conseguir criar
37 cursos para ficar muito perto, mas acha que é um movimento a que a Universidade e toda a
38 comunidade devem ficar atentas, pois é uma necessidade que possuem de caminhar cada vez
39 mais para realmente abrir a Universidade para a criação de novas alternativas de cursos. Acha
40 que isso é bem interessante do ponto de vista de estratégia da Universidade e do ponto de vista

1 político também, então manifesta seu voto favorável e acha que podem deixar a discussão de
2 onde vai ser a sede do curso de Direito para um segundo momento. Isso vai ser discutido por
3 um grupo de trabalho, que acha que vai ter condição de fazer um levantamento mais completo
4 sobre os benefícios e os malefícios da colocação do curso em um *campus* ou outro. O mais
5 importante é haver uma demanda de propostas de criação e trabalhar para fazer com que isso
6 seja aprovado e que possa dar continuidade à sequência de etapas. A sequência é longa, ainda
7 tem muita coisa pela frente até os cursos serem implementados, então devem trabalhar para que
8 os cursos possam ser aprovados. Reafirma seu voto favorável, agradece e cumprimenta o
9 professor Ivan e toda a equipe pela excelente proposta. A Conselheira ANNA CHRISTINA
10 BENTES DA SILVA diz que é muito importante a proposta de criação de novos cursos,
11 principalmente porque a Universidade, como os números demonstram, está precisando fazer
12 uma renovação na sua graduação. Parabeniza a PRG por todas as propostas, que precisam ser
13 consistentes entre elas, ter os mesmos critérios. Tem uma dificuldade de compreensão dessa
14 proposta da Habilitação em Inglês, já tiveram algumas discussões no IEL e sabem que isso vai
15 continuar sendo discutido, porque a ideia é de um curso novo mesmo, e não de uma habilitação.
16 A habilitação é um tipo de especialização dentro de um curso já existente, e não um curso novo.
17 Então essa é a primeira questão que coloca para as discussões que vão ser feitas no futuro. A
18 segunda questão é o número de vagas; pergunta se são 30 novas vagas, ou seja, se vão dividir
19 essas vagas entre a Licenciatura em Letras no diurno e no noturno, 15 vagas para um período,
20 15 vagas para outro, são 30 novas vagas mesmo, ou se será outro tipo de distribuição. Em
21 relação à questão das vagas de alunos, percebe que há uma diferença na proporção em relação
22 à contratação de docentes. O número de docentes a serem contratados é alto para o número de
23 vagas que estão prevendo ofertar. Outra questão para o futuro é o problema da responsabilidade
24 compartilhada entre o IEL e o CEL. Sabem que o CEL não é responsável por cursos de
25 graduação, e diz isso sem nenhum demérito dos professores do CEL, mas pensando na relação
26 da graduação com a pós-graduação e o tipo de docente e contratação que estão pensando.
27 Pensaram muito nos perfis de docentes de contratação novas, e acha que seria muito importante
28 pensar também para esse curso. Sua provocação para a proposta é: por que não a criação de um
29 novo departamento? Um novo departamento de inglês seria muito interessante, Letras
30 Modernas, inclusive poderiam ter a participação dos docentes do IEL, em um departamento que
31 pudesse contribuir com a pós-graduação futura que poderiam ter em inglês. Isso existe nas
32 outras universidades, e observa que 11 professores constituem, de fato, um novo departamento.
33 Considera que seria bem interessante pensar sobre isso para o futuro. O IEL possui três
34 departamentos e essas contratações seriam divididas entre eles, o que poderia prejudicar um
35 pouco a unidade desse curso em relação à sua consistência. Os departamentos podem conversar
36 entre si, mas é um pouco mais difícil, e tem uma questão importante: a criação de uma
37 habilitação sempre mexe na licenciatura atual, a Licenciatura em Letras, que é muito boa, muito
38 bem avaliada. E já existe um problema de carga horária nessa licenciatura em língua portuguesa,
39 então podem imaginar uma habilitação em inglês no meio dessa licenciatura. Fica pensando
40 sobre todas essas questões para colaborar com o próximo GT ou com a próxima comissão que

1 for formada em relação a isso, fundamentalmente pensando na eficácia dessa proposta. A
2 criação de um curso novo é sempre uma injeção nova na unidade, fora o curso de Direito, que
3 vai ser uma injeção nova na Universidade como um todo. O Conselheiro IVAN FELIZARDO
4 CONTRERA TORO faz uma correção: colocou no *slide* que eram 30 vagas para Habilitação
5 em Inglês, mas na verdade são 40 vagas, 20 no integral e 20 no noturno. A Conselheira ELAINE
6 CRISTINA DE ATAÍDE parabeniza o trabalho do grupo pela proposta dos quatro cursos que
7 foram apresentados, não poderia deixar de dizer da necessidade do curso de Fisioterapia, que é
8 de bastante importância até do ponto de vista assistencial. Há um grande campo de atuação para
9 essas pessoas, hoje possuem um número reduzido de fisioterapeutas, e esse curso na Unicamp
10 poderia ajudar nesse sentido, tanto com docentes quanto com o campo de atuação para os novos
11 fisioterapeutas do mercado. Em relação ao curso de Direito, concorda com o professor Coelho
12 que não é o momento de discutir onde ele vai ser alocado, mas também concorda com o
13 professor César sobre a importância de ele ocorrer dentro do *campus* de Barão Geraldo. Ressalta
14 também a importância dele em relação à área da Saúde, pois recebem de três a quatro demandas
15 do Ministério Público por semana para responder a alguma denúncia ou algum apontamento
16 que veio de algum lugar dentro do Hospital. Então ter um curso de Direito, e essa parte de
17 Direito médico é importante, também abriria esse campo de atuação para eles, o que seria um
18 chamariz importante para estarem dentro do *campus* de Barão Geraldo. E quando a professora
19 Anna falou de um curso de Letras Modernas, pergunta se em nenhum momento ter um curso
20 de chinês esteve no radar, porque, falando em modernidade, a língua chinesa é algo para o qual
21 deveriam estar bem antenados em relação ao futuro. O Conselheiro ERIC COSTA MOREIRA
22 manifesta o voto favorável, obviamente, da bancada discente para a criação de novos cursos, e
23 diz que vai destacar algumas questões que acha que vão ser importantes para o prosseguimento
24 dessas discussões. Como apresentou o professor Ivan Toro, com a aprovação que imagina que
25 vão conseguir para prosseguir neste espaço de deliberação, ainda haverá outros espaços para
26 complementarem essas propostas dos cursos. Os debates que estão colocando aqui, seja sobre
27 a sede do curso de Direito, seja sobre as questões do curso de Inglês, poderão ser destrinchados
28 em outros espaços de discussão. De qualquer forma, se estão avançando na criação de novos
29 cursos, principalmente cursos noturnos, o que já é demanda dos professores e dos estudantes há
30 tempos, é importante também avançar cada vez mais na discussão das políticas de permanência
31 ligadas ao período noturno, principalmente pensando nos problemas relacionados a transporte,
32 segurança e vivência no *campus*. E se estão propondo ter cada vez mais novas vagas, é
33 necessário ter maior democratização da Universidade, observando que as lutas estudantis foram
34 as principais propulsoras para a proposta do curso noturno de História, e espera que também
35 futuramente o curso noturno de Filosofia avance, e é importante também que esses novos
36 estudantes estejam de fato amparados dentro desta Universidade. Sabe que são discussões que
37 podem aprofundar depois, mas é importante reiterar essas questões. Acredita que esses cursos
38 vão ser de grande ajuda para a Universidade, que já é bem prestigiada nas suas produções
39 acadêmicas e ao mesmo tempo demanda ter esses novos cursos. Mas como a parte estudantil
40 também constrói as universidades, esses estudantes vão entrar aqui, servir muitas vezes até de

1 mão de obra para a própria Universidade, e precisam proporcionar a eles uma experiência boa
2 e formativa, para eles conseguirem permanecer nesses cursos que estão propondo criar. A
3 Conselheira LAURA RINCO HASSEN KHADDOUR diz que a representação discente tem a
4 perspectiva de que a Universidade Estadual de Campinas tem um compromisso e deve cumprir
5 o seu compromisso com a democratização do acesso à educação. A construção de ciência,
6 pesquisa e atendimento à população com curso da área de Saúde também é muito importante,
7 por isso são completamente favoráveis a essa criação. Acreditam que o que o Conselho aqui
8 hoje deve aprovar é o compromisso do ingresso de mais estudantes em uma universidade
9 estadual, com educação de qualidade. Uma universidade com as suas respectivas políticas de
10 ação afirmativas, com as cotas, com o vestibular indígena. O que estão discutindo aqui são os
11 futuros historiadores que vão contar a história do povo, e como já foi relatado pela diretora do
12 IFCH, atualmente a grande maioria dos estudantes são da elite, filhos da burguesia. Essa é uma
13 dificuldade que enfrentam hoje, devem combater essa elitização e o perfil extremamente
14 específico desses cursos. Saúda o trabalho do GT em relação aos cursos noturnos, que hoje
15 debate principalmente a criação dos cursos de História e de Filosofia no noturno. Ainda não
16 está tão avançada a pauta sobre o curso de Filosofia noturno, mas é uma demanda extremamente
17 grande, visto que hoje o próprio curso de Filosofia nas escolas vem sofrendo um ataque muito
18 grande. Com o novo ensino médio, com os ataques à educação, com a falta de orçamento,
19 pergunta quem são os professores que dão aula de Filosofia, quem serão as pessoas que vão se
20 formar para isso. Então, saúda o trabalho do GT e dos estudantes que estão trabalhando muito
21 para democratizar o acesso à educação. É urgente a possibilidade da classe trabalhadora de fazer
22 o curso noturno, porque pergunta quem tem condições hoje de se formar em História, quem são
23 esses estudantes; quem tem condições de se formar em Filosofia, fazendo o curso apenas no
24 diurno; como a classe trabalhadora vai conseguir se formar e ser os futuros pesquisadores que
25 vão contar a história de fato do povo e que vão democratizar a Filosofia, que é tão importante.
26 Para além desses dois cursos, também devem pensar, por exemplo, no acesso aos cursos de
27 Artes, que também é um campo muito elitizado e que hoje não possui cursos noturnos na
28 Universidade. Sobre o curso de Direito, viram aqui na explanação todo o avanço que a
29 Universidade vai conseguir alcançar com sua implementação, portanto também são
30 extremamente favoráveis. Vão ser discutidas ainda as diretrizes sobre o curso de Direito, mas
31 é importante que pensem em ter uma Unicamp mais forte, e não apenas um *campus* ou outro
32 mais forte; devem pensar em todo o âmbito de estudantes que estão lutando para que tenham
33 mais esse curso, mais estudantes indígenas formados em Direito, mais estudantes entrando por
34 cotas étnico-raciais, por cotas trans, por cotas para pessoas deficientes, se formando no curso
35 de Direito. Este Conselho deve pensar sobre ter uma Unicamp forte nos três *campi*, e a comissão
36 deve ser composta por professores tanto de Limeira quanto de Campinas, para pensar o projeto.
37 Há uma demanda muito grande dos estudantes de Limeira de que o curso seja implementado
38 lá, por acarretar maior visibilidade e maior investimento para o *campus*. Limeira já possui os
39 cursos de Administração, Administração Pública, Engenharia Ambiental, que tem a disciplina
40 de Direito Ambiental, por exemplo. Já há quatro professores de Direito em Limeira, então

1 coloca essa demanda muito importante para que tenham uma Unicamp forte nos três *campi*. A
2 Conselheira BEATRIZ RIPPEL DE GODOY diz que é estudante do IFCH, representante
3 discente suplente do Consu e diretora do DCE. Vai iniciar fazendo a leitura de uma nota escrita
4 pelo Centro Acadêmico de Filosofia sobre os cursos noturnos: “Nota des estudantes da
5 graduação em Filosofia sobre a votação no Consu: Após ter decidido de maneira unânime pela
6 paralisação no dia 1º de abril, es estudantes da graduação em Filosofia vêm por meio desta nota
7 tornar pública sua posição sobre a situação do curso noturno de Filosofia na comissão de novos
8 cursos do Consu. Primeiramente, democratizar a Filosofia no país é fundamental para o
9 combate às desigualdades sociais. Uma universidade indiferente à reparação de séculos de
10 exclusão exercida pelos círculos intelectuais sobre a esmagadora maioria do povo brasileiro não
11 difere em nada de uma Casa Grande. É inadmissível que a atividade filosófica continue restrita
12 a um pequeno círculo de, quem dera, Wittgensteins e de Adornos. É preciso urgentemente de
13 mais Carneiros, de mais Krenaks e de mais Fanons. Decerto a universidade pública e a filosofia
14 que se faz dentro de seus muros têm uma enorme dívida com o povo brasileiro. Mas nossa
15 vontade, aquilo que também queremos tanto quanto quitar essa dívida, é que todas as pessoas
16 vejam e ouçam sobre as péssimas condições que temos aqui. A precarização do trabalho
17 acadêmico atinge praticamente todos os espaços. Em uma das maiores universidades da
18 América Latina, o Departamento de Filosofia corre sério risco de ser fechado por falta do
19 número mínimo de professores. É comum que tenhamos que recorrer a outras universidades
20 quando nos falta orientador para o tema que desejamos estudar. A Licenciatura em Filosofia,
21 que talvez tenha sido a maior contribuição da profissão para o país quando, depois de décadas
22 de luta, finalmente irrompeu no ensino médio, está definhando. Não é só pela votação do Consu
23 e pelas cotas trans. A paralisação tem o objetivo firme e consciente de tornar público nosso
24 descontentamento com as péssimas condições nas quais temos desenvolvido nossa formação
25 aqui. Por contratação de docente já! Diz-se que a procura pela Filosofia é baixa no vestibular,
26 os dados procuram mostrar isso. Entretanto, nós perguntamos pelo sentido desses dados. Se o
27 que aparece como carreira na Filosofia é uma vida precarizada pelas péssimas condições de
28 trabalho, se os espaços nos quais a Filosofia se desenvolve dentro da Universidade são
29 altamente elitizados e, principalmente, se os mais amplos setores do povo brasileiro não têm
30 acesso às condições materiais básicas para concluir uma graduação em Filosofia, com seus
31 estágios obrigatórios não remunerados e suas intermináveis horas de labuta teórica,
32 questionamos: o que se esperava, afinal? A democratização da Filosofia no Brasil, para a qual
33 acreditamos que o curso noturno de Filosofia da Unicamp contribuirá de maneira decisiva, diz
34 respeito à plenitude da função social para a qual todas as profissões são designadas, sem
35 exceção. Acaso é aceitável que qualquer profissional saia diplomado da Unicamp sem
36 consistentes reflexões acerca da origem da ideia de dignidade humana; que não tenha, pelo
37 menos uma vez, se questionado sobre as falsas pretensões de universalidade do pensamento
38 branco e europeu que tratamos pelo pretensioso nome de cânone? Ninguém pode concordar
39 com isso. No momento sequer, sem ceder aos recentes e cada vez mais recorrentes avanços do
40 fascismo, avanços que, aliás, já chegaram ao próprio IFCH, tendo como alvo os símbolos de

1 resistência das pessoas trans e da comunidade preta e indígena. A fragilização da Filosofia e
2 das Ciências Humanas não apenas contribui com o avanço do fascismo, mas se alia e, por vezes,
3 se identifica com ele. Isso é o que a História nos ensina. É preciso, com muita urgência, que
4 façamos frente aos fascistas e não cedamos espaço e vantagem a eles. Por um curso noturno de
5 Filosofia já! Estudantes da graduação em Filosofia”. Faz coro com o que os seus camaradas
6 aqui comentaram em relação à criação do curso noturno de História. Sabem que hoje, na
7 Unicamp, há muitos estudantes que trabalham na escala 6x1, uma escala desumana que cansa
8 e mata muitas pessoas por condições de saúde, e esses estudantes acabam tendo que evadir da
9 Universidade. E no curso de História não é diferente. Além disso, há o novo ensino médio, que
10 é um projeto que cortou, basicamente, as matérias que criam um senso crítico nos estudantes
11 secundaristas, como História, Filosofia e Sociologia. Sabem que a formação de professores é
12 essencial para que consigam manter esse tipo de disciplina nas escolas, e a formação de
13 professores é uma luta da Universidade como um todo. Achar que o Departamento de História
14 é só para formar acadêmicos é negar a realidade que vivem, pois a formação de professores é
15 fundamental para a sociedade. A Conselheira ANA VITORIA CAVALCANTE SANTOS diz
16 que é estudante de Ciências Sociais do período noturno e faz parte da gestão do Centro
17 Acadêmico de Ciências Sociais e História. Saúda a mobilização pelos cursos noturnos do IFCH,
18 uma pauta que os estudantes estão levando à frente, em particular estudantes de História e
19 Filosofia. Também coloca que a extrema-direita não vai intimidá-los com os casos que
20 aconteceram no último período no IFCH e na Unicamp. Os estudantes estão respondendo com
21 muita luta, colocando que não vão se intimidar pela extrema-direita, que agora está tentando
22 impedir que implementem as cotas trans aqui na Universidade. Nesta Sessão, estão votando o
23 acesso à universidade pública. O curso de História é o sétimo curso mais concorrido da
24 Unicamp, ele oferece 40 vagas no período diurno, para aqueles que conseguem furar o filtro
25 social e racial que é o vestibular, que deixa milhares de estudantes trabalhadores de fora e que,
26 na Unicamp, não podem se formar enquanto filósofos e historiadores. Reitera o absurdo de não
27 pautarem agora o curso de Filosofia neste organismo democrático que é o Consu. Há uma
28 verdadeira campanha, desde 2016, com o golpe institucional, com o novo ensino médio do
29 Temer, um ataque à educação, mantido, inclusive, pelo governo Lula, e que hoje vem se
30 aprofundando com a extrema-direita do Tarcísio aqui em São Paulo, que diminuiu a carga
31 horária de disciplinas como História, Filosofia, Geografia e Sociologia. Disciplinas essenciais
32 e fundamentais para o pensamento crítico e o questionamento da realidade social, que
33 atualmente joga a maioria da juventude em condições de vida cada vez mais precárias. E isso
34 está relacionado diretamente com cursos noturnos aqui na Unicamp; hoje, dos três cursos do
35 IFCH, só um, que é Ciências Sociais, possui um curso noturno, e não à toa é o curso com maior
36 diversidade racial, de gênero e de classe, segundo os próprios dados da Comvest. Na greve de
37 2023, dentre muitas pautas, os estudantes de História e Filosofia passaram a articular um grupo
38 de trabalho que segue atuando até o momento, pensado de forma a massificar essa pauta,
39 mostrando a demanda histórica por cursos noturnos que os estudantes do IFCH estão colocando
40 à frente. O curso noturno vai ser arrancado pela força da mobilização dos estudantes, combinado

também com a abertura de mais concursos, ampliando o quadro de docentes, que já é defasado no IFCH, sem nenhuma precariedade nos contratos, juntamente com o aumento das bolsas de permanência e rumo ao fim do vestibular. Fará a leitura da carta dos estudantes do GT Noturno: “O GT de História e Filosofia Noturno reafirma a importância do compromisso de todos aqui com a democratização do ensino superior público e a defesa da Unicamp. Em um momento histórico, com a recente aprovação das cotas trans, conquista que celebramos e que demonstra o trabalho político refinado do NCT e que deve ser saudado por todos, precisamos avançar ainda mais na construção de uma universidade verdadeiramente democrática e popular. A aprovação de cursos noturnos, como o de História e, em breve, de Filosofia, é essencial nesse projeto. Eles garantem acesso a quem ainda é excluído, mesmo com as cotas, os trabalhadores. Essa reivindicação foi construída por estudantes que se reuniram e fizeram um extenso trabalho de pesquisa e luta. Essa pauta hoje é uma reivindicação do IFCH como um todo e conta com o apoio de professores e funcionários, que reconhecem a necessidade de expandir nossa modalidade de ensino, democratizar o conhecimento e enriquecer a produção acadêmica do Instituto. Não podemos ignorar os ataques fascistas que o IFCH, as Humanidades e Licenciaturas enfrentam, assim como o ensino público em todo o país. Esses ataques colocam a importância de uma defesa ativa de nosso ensino e a Unicamp deve responder a eles, também por meio da abertura de cursos de Humanas e Licenciaturas, fortalecendo a resistência contra quem quer calar o nosso conhecimento. Precisamos lutar pela entrada e permanência de estudantes periféricos, pobres, negros, indígenas, trans, travestis e não binários, reafirmando que esta é a universidade diversa, popular, séria e comprometida com a excelência, sem espaço para discursos de ódio e violência. Por isso, a aprovação do curso noturno de História hoje é urgente e inegociável, mas não podemos parar aqui. Por isso reiteramos a nossa defesa pela abertura do curso de Filosofia noturno e a aplicação do debate sobre a valorização das Humanidades. A Unicamp não pode sucatear ou ignorar esses cursos. O Conselheiro EDUARDO CARDOSO DE ABREU diz que é sempre favorável a ampliar novas vagas, a criar novos cursos, pois é bastante importante a Universidade cumprir essa missão. Parabeniza os colegas do GT que se debruçaram sobre o tema, com muito cuidado, e certamente no momento oportuno será discutido o local específico do curso de Direito na Unicamp. Mas com certeza para a Unicamp aumentar esse número é muito importante, e se for possível ter um olhar especial para o noturno. Fez curso noturno, então sabe o que é isso, e também a questão da permanência estudantil, que é muito importante. Diz que foram colocados os números de vagas da Unicamp, USP, Unesp, e os números são absolutos, considerando o tamanho de cada uma delas. Pergunta qual é a evolução anual, por exemplo, nos últimos 10 anos, da relação de oferta de vagas, matrículas, por docente, nas três universidades. Também pergunta qual é a evolução anual, nos últimos 10 anos, da relação discente por docente nas três universidades. E ainda como ficariam essas relações mencionadas nas perguntas anteriores antes e depois da eventual implantação desses novos cursos. Obviamente, esperam que haja sucesso nessa iniciativa e que outros venham. Gostaria de entender relativamente esses números, para ver o tamanho aqui da Unicamp, e talvez isso seja uma oportunidade de entenderem a dimensão da Unicamp em

relação à USP e Unesp. Com isso, talvez exigir mais docentes e discentes, e ver que tipo de apoio vão ter aqui na Universidade, uma vez que vai impactar mais investimentos, o que sempre é muito importante, evidentemente, mas gostaria de saber esses números para ter uma dimensão maior de como isso pode afetar e quem sabe até convencer as instâncias superiores em nível estadual a aportar mais recursos para a Universidade, e talvez mais novos cursos de graduação.

O Conselheiro MARCOS NOGUEIRA MARTINS diz que não vai entrar no mérito da proposta, que considera muito positiva, só vai comentar três aspectos do que foi apresentado pelo professor Ivan. Primeiro, parece-lhe haver mais vagas no diurno do que no noturno sendo propostas. Existe um decreto estadual que define um limite de vagas nos cursos noturnos e diurnos para as universidades estaduais. Aprendeu isso da forma difícil, porque tentaram mudar vagas do noturno para o diurno do Bacharelado em Física da USP e isso foi vetado porque colocaria a USP no lado ilegal da proporção de vagas noturno e diurno. Não sabe como está a Unicamp, mas é bom não esquecer disso e fazer essa conta para depois não dar errado. A segunda questão é sobre, como colocou o professor Ivan, o protagonismo da faculdade de Direito, ou das faculdades de Direito. É só uma impressão sua, mas parece que o apetite pela litigância faz parte da formação dos advogados. Então, acha que a ideia de acoplar a faculdade de Direito a uma outra unidade é algo fadado ao insucesso rapidamente; deveriam fazer isso de forma independente. Sobre a justificativa do curso de Inglês pela internacionalização da Unicamp, acha que isso não se sustenta, infelizmente. Na USP, houve a tentativa de que o Departamento de Línguas desse curso de inglês para os alunos. Isso durou pouquíssimo, porque não faz parte do trabalho docente na Universidade ficar dando aula para iniciantes de inglês. A solução encontrada foi que a USP terceirizou, contratou uma empresa para dar aula de inglês para os estudantes. Portanto, acha que justificar a criação do curso com base na internacionalização enfraquece o argumento. O Conselheiro NOEL DOS SANTOS CARVALHO pergunta por que não foi pensado um curso noturno de Direito, já que os cursos noturnos são muito mais democráticos. Ele e muitos outros professores aqui presentes fizeram curso noturno, porque o curso diurno é difícil para um trabalhador. O curso de Direito é muito parecido estruturalmente com o curso de História e de Filosofia, ele é um curso de Humanas, efetivamente. Sugere que esse curso seja noturno e pergunta por que ele foi pensado para o período integral. O Conselheiro SANDRO DIAS diz que comemora a abertura desses novos cursos, consequentemente a ampliação das vagas na Universidade, e vai comentar dois casos específicos. Sobre a Habilitação em Inglês, entende a colocação do professor Petrilson, acha que os colégios vão receber muito bem os egressos desse curso, seja para a realização dos seus estágios, seja para futuras contratações, que os colégios sempre precisam. Assim como desejam que os alunos dos colégios técnicos possam estudar aqui, e muitos deles têm essa felicidade, com muito trabalho. Reforça que a possibilidade de licenciaturas noturnas, como é o caso do curso de História, é importantíssima. Ele próprio não pôde concorrer a uma vaga no curso de História da Unicamp, porque precisava de uma vaga noturna, que na época não existia. Um pouco mais à frente, conseguiu ser aluno do IEL, é egresso do IEL e também do CEL, sabe da importância dessas duas unidades, e seja na forma de uma habilitação, seja na forma de um

1 novo curso de línguas, isso será muito importante para a democratização das vagas, sobretudo
 2 nos cursos oferecidos no período noturno, como é o caso de História. Também cumprimenta o
 3 esforço dos estudantes, concorda com os discentes, com a luta pela abertura de mais vagas no
 4 período noturno. Até porque existe um decréscimo na formação de docentes, o Brasil precisa
 5 de professores, e são sobretudo os cursos noturnos que são capazes de absorver essa demanda.
 6 No Cofil, é realizado um encontro de História, este ano na sua terceira edição, que ocorrerá em
 7 agosto, para a qual convidaram a professora Cristina Meneguello, que muito os alegra com a
 8 sua participação. A professora Cristina é a coordenadora geral da Olimpíada Nacional em
 9 História do Brasil, que é uma olimpíada importantíssima, já tradicional, promovida pela
 10 Unicamp, pelo IFCH, pelo curso de História, e que justamente faz com que os estudantes
 11 tenham vontade de cursar História. Eles têm, possivelmente, nessa participação, a sua primeira
 12 experiência como verdadeiros historiadores, porque eles vão lidar com fontes, vão lidar com
 13 materiais dos mais interessantes. Então, também se somam aos esforços da valorização das
 14 licenciaturas, e eventos como esse ajudam não só os estudantes a participarem, efetivamente,
 15 da Olimpíada Nacional em História do Brasil, que, como várias outras, também faz parte do
 16 Edital de Vagas Olímpicas, como também estimula os estudantes a cursarem licenciaturas e,
 17 portanto, poderem exercer essa nobre profissão que é a de ser professor. O Conselheiro
 18 FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR parabeniza o professor Ivan Toro e toda a equipe
 19 que fez a proposta desses cursos. Acha que realmente há necessidade de expansão da Unicamp,
 20 como já foi discutido inúmeras vezes, em relação à USP e Unesp, precisam ter mais cursos e
 21 mais oferta de vagas. Manifesta seu apoio às quatro propostas aqui apresentadas e ressalta dois
 22 pontos: enaltece a proposta do curso de Fisioterapia e salienta que, além dos 13 docentes que
 23 serão contratados, serão contratados 16 fisioterapeutas, e isso é importante. Discutiram na
 24 primeira parte desta Sessão, na semana passada, a importância de profissionais, além dos
 25 docentes, nos cursos da área da Saúde. Destaca isso nessa proposta, que já começa o curso
 26 pensando nisso, o que é muito importante. Em relação ao curso de Direito, serão 40 docentes,
 27 sendo a maioria em RDIDP; no entanto, o que percebem nos cursos de Direito é que a maioria
 28 trabalha em RTC ou RTP, justamente porque as universidades aproveitam a experiência de
 29 desembargadores, juízes. No curso da USP, por exemplo, são docentes um ministro do STF, o
 30 atual ministro da Justiça e vários desembargadores. Acha que ter um curso forte abrange ter
 31 esses profissionais com uma larga experiência, além de aproveitar o lado político da situação.
 32 Então, o que lhe chamou a atenção no curso de Direito é essa desproporção de professores
 33 RDIDP em relação aos outros cargos, e talvez isso pudesse ser estudado mais para frente no
 34 novo GT, para pensar em inverter ou equilibrar essa possibilidade. Haviam sido aprovadas na
 35 Alesp mais 185 vagas extras, e pergunta se com as novas contratações propostas já completam
 36 o quadro final de vagas, se há necessidade de aumentar ainda mais essas vagas ou não. Porque
 37 há a proposta de outros cursos, então sua dúvida é se isso vai estar atrelado a uma nova
 38 rediscussão na Alesp. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL diz que o curso
 39 de Fisioterapia, pelas suas contas, já está aprovado há 10 anos, e sendo aprovado aqui, precisam
 40 só definir onde ele ficaria alocado, se na FCM ou no IB, e ele já pode ser oferecido no vestibular

de 2026. Há 20 anos veio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em que a Fisioterapia é um curso, diferentemente do que as pessoas pensam, de classe popular, quem procura são pessoas de baixo poder aquisitivo. É uma profissão muito ligada, obviamente, à Medicina, mas também às questões da Educação Física e da Biologia. É um curso extremamente importante e não há, ao menos na Região Metropolitana de Campinas, um curso grande, de renome, portanto seria muito importante para a Unicamp esse curso. Faz coro à professora Anna e à doutora Elaine sobre a importância dos cursos de Direito e de Licenciatura em Inglês, e defende que seja mesmo um curso de graduação e que se constitua no IEL um Departamento de Letras Modernas. Por exemplo, as Letras Modernas na USP não têm só inglês, ele é um departamento muito forte. Concorde com o professor Marcos que o departamento por si só não vai promover a internacionalização, mas seria muito interessante um departamento com várias línguas, a doutora Elaine citou mandarim, que não sabe se é possível, porque o Instituto Confúcio já faz um papel importante. Claro que poderiam começar pelo curso de Licenciatura em Inglês, mas em vez de os colegas serem contratados e distribuídos pelos departamentos, poderiam criar um Departamento de Letras Modernas, como o das grandes universidades. O MAGNÍFICO REITOR, respondendo ao professor Eduardo, diz que a Unicamp possui menos da metade do número de vagas de ingressantes na graduação do que a Unesp. E há diferença em termos orçamentários. Embora não tenham esses dados agora, o fato concreto é que a Unicamp é, do ponto de vista de graduação, a menor das três universidades. Lembra que hoje não decidirão nenhuma das questões que estão sendo colocadas pelos conselheiros, portanto solicita que foquem a discussão em torno daquilo que vão decidir concretamente hoje, que é a possibilidade de criar quatro comissões, uma voltada a cada curso. Essas comissões vão ter que discutir as propostas dos cursos e apresentá-las, para que então venham a ser aprovadas e, em caso de aprovação, sigam em frente. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que fizeram muitas reuniões no IFCH, no ano passado, para discutir História e Filosofia Noturno e também uma reunião para discutir o curso de Direito este ano. Já falou sobre História, quer agora se manifestar sobre o Direito e depois vai fazer uma proposta para a Filosofia. Sabem que existe uma grande expectativa da sociedade em relação à criação do curso de Direito na Unicamp, e observa que ele demorou. Nos anos 1990, a direção do IFCH elaborou uma proposta de criação de curso de Direito, ela não foi adiante, e agora é a Administração Central que está apresentando essa ideia. Entendem que o IFCH pode contribuir para esse processo de criação e se coloca à disposição para participar da construção desse projeto, qualquer que seja o lugar em que ele venha a ser implementado. O relatório mostra que existe demanda, até porque não tem nenhuma vaga pública na região, portanto há o inegável potencial de democratização. Não têm dúvidas sobre a importância do curso de Direito até para completar o processo de formação da Universidade; não há um projeto de universidade sem um curso de Direito. E também para poder ampliar a presença da Unicamp no debate nacional, sobretudo se pensam nos tempos atuais, em que a política tem sido atravessada por tantos embates jurídicos. Os pilares que sustentam a proposta, democracia, desenvolvimento, sustentabilidade e interesse público são muito interessantes e possuem muita interface com aquilo que fazem no IFCH, nos cursos de

1 graduação, pós-graduação e também nos grupos de pesquisa. O IFCH atrai muitos profissionais
 2 do Direito que vêm fazer pós-graduação, ou mesmo graduação, que têm uma dupla formação
 3 em Direito e em algum dos cursos de graduação do Instituto. Com relação à proposta, adianta
 4 um pouco aqui um posicionamento, porque mais do que um projeto pedagógico, acham que
 5 devem conceber um projeto acadêmico. Ou seja, criar uma verdadeira área de Direito que inclua
 6 extensão, pesquisa, pós-graduação, e para isso precisam de vagas em RDIDP, por mais que as
 7 pessoas que tenham uma atuação prática sejam fundamentais também. Há várias instâncias na
 8 Unicamp que podem contribuir para esse projeto e se beneficiar da sua implantação, como a
 9 Diretoria Executiva de Direitos Humanos, as Câmaras de Conciliação e Serviços de
 10 Acolhimento, como o SAVS, a Cátedra Sérgio Vieira de Melo, o acolhimento de estudantes e
 11 pesquisadores em situações de refúgio. Aliás, parabeniza a Universidade pelo lançamento do
 12 processo seletivo para estudantes refugiados e em situação de risco. Existem muitos programas
 13 de extensão e de pós-graduação que se ocupam de pautas relativas ao Direito. Então, acha que
 14 vai ser muito importante para a Unicamp dar esse passo. Com relação ao curso de Filosofia, o
 15 ideal seria que pudessem contemplar todas as propostas de cursos novos que foram enviadas,
 16 porque isso fortalece a Unicamp na sociedade. Essa preocupação de ampliar o ingresso na
 17 graduação é fundamental. Como o curso de Farmácia não entrou nessa leva, solicita à comissão
 18 que analisou as propostas para serem votadas hoje que o curso de Filosofia fosse incluído. Acha
 19 que hoje não é possível, mas pelo menos na próxima sessão do Consu que votassem o curso de
 20 Filosofia noturno. Entende que há espaço para a contratação de docentes, pensando nas 65 vagas
 21 que foram separadas para essa primeira leva. Várias pessoas já falaram sobre as vantagens dessa
 22 criação, e acrescenta que é um curso barato; seriam 40 novos ingressantes por ano, com apenas
 23 nove professores a mais. Com os concursos que estão sendo realizados, o Departamento de
 24 Filosofia vai finalizar este semestre com 17 docentes, que se ocupam da graduação e da pós-
 25 graduação. Se ele tiver nove docentes a mais, haverá a possibilidade de ter 40 estudantes no
 26 integral e 40 no noturno. Observa que há muita procura por cursos de Filosofia, de Lógica,
 27 Epistemologia, Ética, Filosofia Política, por vários estudantes de graduação, de pós-graduação,
 28 inclusive docentes que fazem como ouvintes os cursos no Instituto. Nas outras universidades
 29 públicas, a procura pelo curso noturno é maior do que a demanda por vagas em período integral.
 30 Ou seja, o curso noturno pode aumentar a relação candidato-vaga no vestibular, então pode
 31 ampliar o seu impacto social. E também destaca, como outros já fizeram aqui, a importância da
 32 reflexão embasada, a importância do pensamento crítico. A Filosofia é fundamental, é uma das
 33 primeiras formas de conhecimento e ela não vai deixar de existir. Por tudo isso, reitera aqui o
 34 seu apelo para que possam ter também o curso de Filosofia noturno. O Conselheiro MÁRCIO
 35 ALBERTO TORSONI diz que o professor Pagan comentou da importância da
 36 interdisciplinaridade na formação dos alunos de graduação, algo indiscutível, mas afirmou que
 37 isso é feito aqui. Embora seja importante, isso não é a única coisa importante na formação dos
 38 alunos. Existe esse interesse público e uma política da Universidade de se expandir, e quando
 39 o professor Pagan coloca isso dessa forma, parece que os alunos formados em Limeira, na FT
 40 e na FCA, e na FOP, em Piracicaba, têm uma formação menor ou menos importante do que os

1 alunos formados no *campus* de Campinas. Isso contribui para um distanciamento dos alunos de
2 Limeira e de Piracicaba para os alunos aqui de Campinas. A proposta de levar Direito para
3 Limeira seria justamente para atender essa demanda da Universidade de ter um curso de Direito,
4 independentemente de onde ele seja. O que desejam, como a professora Andréia disse, é
5 participar da discussão, para que seja feito da melhor forma possível. O Conselheiro
6 PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que a professora Anna Bentes e o professor
7 Marcos comentaram sobre a Habilitação em Inglês, e esclarece que a opção pela Habilitação
8 em Inglês foi amplamente discutida no IEL. Foi criado um grupo de trabalho que se debruçou
9 meses sobre essa proposta. Ela foi para o expediente da congregação, foi rediscutida nos
10 departamentos, voltou novamente para a congregação. E, em uma terceira congregação, foi para
11 a ordem do dia para ser votada. Portanto, houve uma discussão longa no IEL. A opção pela
12 habilitação demandaria bem menos professores do que um curso novo, esse é o primeiro
13 aspecto. Como a própria professora Anna Bentes apontou, o Instituto possui uma *expertise* na
14 formação de professores em língua portuguesa, e a ideia é que esse professor se forme com a
15 dupla habilitação, em português e em inglês. Faria sentido que tivesse uma habilitação a mais,
16 como existe uma segunda habilitação em português como língua estrangeira, que já existe há
17 alguns anos no IEL, então entraria também essa habilitação em inglês. Discorda do professor
18 Marcos, pois acha que ela pode contribuir para a internacionalização. Por exemplo, a Unesp
19 tem um programa de formação de professores em língua estrangeira que capacita alunos já no
20 final da graduação para atuar como tutores, realizando nivelamento linguístico. Podem fazer
21 isso na Unicamp. Houve, anos atrás, um programa muito interessante do governo federal, o
22 Idioma Sem Fronteiras, que tinha professores da universidade que coordenavam o projeto e
23 havia os tutores, que eram alunos no final do curso de graduação e alunos de pós-graduação em
24 inglês. E eles conseguiram criar uma rede muito maior de atendimento na universidade, foi
25 muito bem-sucedido durante alguns anos, mas, infelizmente, o programa foi descontinuado, ou
26 se manteve, mas não da forma como era. Estão pensando, obviamente, no médio e longo prazo,
27 inclusive com programa de pós-graduação, porque, por exemplo, podem trabalhar escrita
28 acadêmica em um programa de pós-graduação em inglês. Criam uma rede com isso que
29 possibilita atuar em diferentes frentes relacionadas ao ensino de língua inglesa. O Conselheiro
30 FERNANDO SARTI diz, respondendo ao professor Flávio, que desde a Lei Complementar
31 14.04 de 1994, que regularizou os cargos da Universidade, passaram a ter um total, na carreira
32 MS, de 1.663 cargos de doutores e 602 de titulares. Hoje, efetivamente, entre efetivos e em
33 andamento, 1.577, portanto sobram 86 cargos para doutores. Em relação a titulares, de um total
34 máximo de 602, há 340 entre concursos em andamento e efetivos. Portanto, parece claro que,
35 do ponto de vista de pensar o crescimento da Universidade no longo prazo, terão que entrar
36 também com uma solicitação de novos cargos junto à Alesp. O Conselheiro IVAN
37 FELIZARDO CONTRERA TORO agradece a todos que falaram a favor da criação de novos
38 cursos. Sobre a questão da permanência, enfatizada pela representação discente, diz que isso é
39 algo muito importante para a PRG. Junto com a criação dos cursos noturnos, tem que haver
40 uma melhora na permanência estudantil, e vão trabalhar junto com a bancada discente nessa

1 pauta. Diz que não possui os números que o professor Eduardo solicitou, mas o senhor Reitor
2 já fez um pequeno relato. Quando comparam o recurso que vem do governo do Estado e o
3 número de alunos que entram na graduação, isso, independentemente dos outros números, já é
4 muito importante. Quando analisam os números dos docentes e números de alunos, a Unicamp
5 tem uma particularidade: ela possui muitos alunos de pós-graduação, perto de 15 mil alunos de
6 pós-graduação e 20 mil de graduação. As outras universidades não têm números semelhantes,
7 então às vezes é difícil comparar esse aspecto. Em relação ao curso de Direito ser noturno, é
8 uma possibilidade. Dentro do documento, pelo menos nas discussões que tiveram, a ideia é
9 começar com o Direito integral e, assim que o corpo docente estiver composto, também ter o
10 Direito noturno. Acha que isso seria um grande ganho para a Universidade. Em relação à
11 porcentagem de alunos no noturno e no diurno, neste primeiro momento teriam o curso de
12 História noturno, metade da Licenciatura em Inglês noturno também, o curso de Fisioterapia
13 seria integral e o curso de Direito acham que talvez demore um pouco na sua integralização
14 para passar novamente pelo Consu. Enquanto isso, podem certamente receber mais propostas
15 como a da Filosofia para aumentar o número de cursos noturnos. Sobre o desequilíbrio entre
16 RDIDP e RTC, esclarece ao professor Flávio que essa foi a proposta da comissão, mas ainda
17 serão feitos vários estudos e isso pode mudar. A ideia da comissão é muito semelhante à que a
18 professora Andréia comentou, de não só pensar no curso de graduação, mas também pensar na
19 pós-graduação e assim por diante. Respondendo à professora Silvia, diz que o curso de
20 Fisioterapia já passou por várias instâncias, mas não passou pela CCG, ele parou naquele ponto
21 onde tem uma comissão de especialistas que fez uma série de sugestões, a FCM respondeu a
22 essas sugestões, depois o andamento parou. Entenderam que o curso precisava ser atualizado e
23 agora ele vai começar novamente o percurso, mas ele está muito encaminhado do ponto de vista
24 de projeto. Acha que é um curso que rapidamente conseguem resolver, talvez não no vestibular
25 do ano que vem, mas com certeza para o vestibular 2027. Agradece à professora Andréia pelo
26 apoio e pelo fato de o IFCH ter aumentado as vagas nos cursos já existentes, o que é uma
27 sinalização muito positiva, e esperam que todas as unidades façam estudos para aumentar não
28 só cursos novos, mas verificar a possibilidade de aumento de vagas naqueles cursos em que
29 isso é possível. Manifesta apoio ao curso de Filosofia noturno, que poderia ser discutido em um
30 próximo Consu; ele não entrou no resultado dessa primeira comissão, mas acha que tem toda a
31 condição de estar dentro da Universidade em um futuro próximo. O MAGNÍFICO REITOR
32 diz que o curso de Direito é uma discussão antiga na Unicamp, que sempre esbarrou um pouco
33 nessa questão do RTC, do RDIDP. Em algum momento isso vai voltar e terão que decidir como
34 prosseguir, porque, em regra, normalmente as escolas de Direito têm pouca gente em RDIDP.
35 Precisam analisar até que ponto uma insistência nisso não inviabiliza a própria ideia do curso,
36 mas é uma discussão para o futuro. Acha que deveriam tomar cuidado ao querer criar muitos
37 cursos ao mesmo tempo, até porque não possuem absoluta certeza da questão do financiamento,
38 sabem que o ICMS está acabando. Então, às vezes, avançar a passos lentos é a melhor política.
39 Possuem quatro propostas de cursos, que terão que ser bem identificadas do ponto de vista do
40 custo financeiro, da expansão de cargos, mas isso não impede que tenham um horizonte à frente

que são os outros cursos que já foram propostos. Podem fazer isso com cautela para ver até que ponto podem ir comprometendo o orçamento com a expansão. A expansão é uma necessidade, veem isso pela comparação com as universidades coirmãs, e a Unicamp tem duas diferenças em relação a elas: uma é a área da Saúde, que está no seu orçamento, e a outra é o fato que a pós-graduação tem um percentual maior no conjunto de vagas do que as outras universidades. Mas, na graduação, estão mais expostos. A questão aqui é pensar um horizonte de longo prazo, mas sem ânsia demais de fazer essa mudança muito rápido. É preciso testar um pouco; acha que a prudência de trabalhar com os cursos, alguns que são prioritários, deveria iluminar o caminho. Sobre a questão da internacionalização, diz que a Unicamp tem feito algumas coisas que têm dado certo. Uma é a preceptoria na Medicina, uma iniciativa que permite manter mais pessoas aqui trabalhando com bolsas. A outra são projetos de pesquisa: as pessoas que hoje se envolvem nos projetos de pesquisa para desenvolver células fotovoltaicas na Unicamp são alunos da graduação, e fizeram isso na moradia. Alunos da moradia desenvolveram os projetos para fazer a parte fotovoltaica lá; as pessoas estão na graduação estudando, por exemplo, as estruturas, se o telhado suporta ou não, qual vai ser o estabelecimento das células fotovoltaicas. Têm dado certo as bolsas para gestão de pós-doutorado em difusão e gestão científica. Usar o espaço interno como um espaço de pesquisa e de formação é uma coisa positiva. Possuem também uma experiência com PED muito antiga. Então, a ideia da habilitação é um pouco essa que o professor Petrilson comentou no caso da Unesp. Não há certeza se vai dar certo, mas podem ter um contingente de alunos vinculados a essa área, e que não seja só do IEL, mas o IEL poderia ser o centro, o CEL também, e que envolva outras pessoas que são fluentes em inglês para internacionalizar os alunos. Possuem um desafio aqui, pois perdem oportunidades de enviar gente para fora e trazer gente de fora para cá em razão da dificuldade de aulas em inglês aqui dentro e pessoas que têm dificuldade de ir para fora e falar inglês fluentemente. Então, precisam testar possibilidades. No fundo, há duas alternativas: a primeira é terceirizar, contratando cursos externos para ministrar aulas de inglês para os alunos. A equipe da Reitoria discutiu isso há cerca de dois anos, e chegaram à conclusão de que uma aposta melhor seria criar um núcleo, formado pelo IEL e pelo CEL, que gerasse, em algum momento futuro, um programa de formação dos alunos em inglês. Não é certeza de que vai dar certo, mas possuem experiências hoje de algumas atividades que a própria comunidade fornece para si mesma que deram certo. Então, existe alguma chance. A alternativa seria terceirizar e contratar escolas particulares, pagando para fazer as pessoas terem mais fluência em inglês. Poderiam ter um programa de PED, por exemplo, de inglês, alguns alunos teriam suporte financeiro melhor e, se eles tiverem alguma fluência em inglês, poderiam também estar envolvidos nisso. A ideia seria começar pela criação da Habilitação em Inglês, que precisam testar; às vezes, ficar muito parado diante daquilo que projetam como dificuldade os imobiliza, e existe um problema grande que é a internacionalização da universidade. Grande no sentido de trazer gente, mas hoje já é significativo no sentido de enviar também, porque há um problema financeiro, tanto é que a Deri criou um programa para complementar. Também decidiram, em algum momento, que as pessoas manteriam a bolsa, mesmo passando algum tempo fora, porque elas têm dificuldade de

se sustentar. Uma parcela da Universidade tem dificuldade de se sustentar fora, não tem complemento da família para fazer internacionalização. Outra dificuldade é a própria língua, portanto estão querendo preparar para esse horizonte, ampliar isso, então seria uma tentativa. Sugere a votação em bloco dos itens, porque não estão decidindo hoje nada especificamente em relação a cada curso; o que estão decidindo é a montagem de quatro comissões diferentes, que vão gerar um relatório detalhado sobre cada uma dessas iniciativas. Então, só darão a sinalização de que possuem essa intenção, mas se vão criar ou não é uma questão de momento posterior. Havendo concordância do plenário e não havendo mais observações, submete à votação em bloco os itens de 11 a 14, que são aprovados com 58 votos favoráveis e 01 voto contrário. Passa ao item 16 – Proc. nº 01-D-49851/2023 –, que trata da Terceira Revisão do Orçamento 2024, Fechamento, com Demonstrativo Receita/Despesa. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que todos aqui já conhecem esse instrumento que a Universidade tem, de fazer três revisões ao longo do período, duas no exercício ainda de 2024 e uma terceira aqui no exercício de 2025. A ideia aqui é entender por que uma previsão inicial de um saldo negativo de R\$325 milhões entre as receitas da Universidade e as despesas previstas, previsão esta feita em setembro de 2023, se tornou um superávit de R\$15 milhões. Ao longo das outras revisões, primeira e segunda, esse déficit chegou a R\$355 milhões. Basicamente, houve dois vetores: de um lado, um aumento da arrecadação. A Secretaria da Fazenda tinha previsto, inicialmente, uma arrecadação do ICMS de R\$154 bilhões, que, ao final de 2024, acabou sendo de R\$10 bilhões a mais. Cada R\$1 bilhão a mais de arrecadação significa para a Universidade R\$22 milhões a mais, totalizando R\$200 milhões de acréscimo para a Unicamp. No entanto, é preciso descontar R\$20 milhões, descontados em janeiro por uma questão técnica, já que a Universidade recebeu a mais em dezembro. Também houve receitas adicionais do SUS paulista e de emendas parlamentares, que totalizaram R\$67,5 milhões, e que não eram possíveis prever no momento da distribuição orçamentária. A variação de receita foi, portanto, da ordem de R\$260 milhões. Paralelamente a isso, ocorreu uma redução da despesa, o que não é algo a se comemorar, pois não foi possível executar todo o previsto em razão das dificuldades enfrentadas na implementação da nova lei 14.133. Em termos de despesas previstas, houve uma redução de R\$75 milhões, sendo que uma parte disso está no Grupo X, que contém recursos já distribuídos, mas que não puderam ainda ser empenhados e muito menos executados. A conclusão disso é que houve receitas maiores e despesas menores, então o que era para ser um déficit de R\$350 milhões se tornou um superávit de R\$15 milhões. Passa a palavra ao senhor Thiago, da Aeplan, para ele detalhar um pouco mais isso em termos de receitas e de despesas. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que vai começar a exposição sobre o fechamento de 2024 explicando a diferença do déficit previsto, que chegou a R\$355 milhões, para a chegada desse superávit. Levam em consideração os dois fatores que o professor Fernando citou: as receitas subiram um pouco mais de 7%, enquanto as despesas não se executaram por volta de 8,3%. A proposta orçamentária é uma espécie de carta de todas as despesas que podem acontecer no exercício. Já no fechamento, aparece aquilo que de fato se realizou, que foi licitado, empenhado e executado pela

1 Universidade. Considerando somente aquelas receitas que vêm da base da quota-parte do
2 ICMS, a Universidade executou 107% dessas receitas, 7,5% acima do que arrecada somente de
3 ICMS. Como o professor Fernando já comentou, a arrecadação do ICMS estava prevista em
4 R\$154 bilhões, mas fecha o ano em R\$164 bilhões, fruto do que já vinha se apresentando mês
5 a mês, com a arrecadação constantemente superior às previsões aprovadas por este Conselho
6 na proposta orçamentária, e também às previsões mensais da Secretaria da Fazenda. Então, esse
7 ICMS subiu a um patamar muito superior ao ano anterior, de 2023, que teve um patamar abaixo
8 do que vinha acontecendo. Chegaram, em valores reais, um pouco acima do que receberam em
9 2021. Também houve o recebimento do SUS Paulista, um valor de quase R\$52 milhões. E,
10 além disso, as emendas parlamentares, emendas impositivas e transferências voluntárias, que
11 receberam de recurso, e na sua grande maioria são executados para a manutenção das atividades
12 existentes da Universidade. Do SUS Paulista receberam o referente aos dois primeiros
13 trimestres de 2024, e já foi feita a solicitação para recebimento da terceira parcela, que será de
14 cerca de R\$26 milhões. E para a quarta parcela, do quarto trimestre, entrarão com solicitação
15 em seguida de um valor até superior, acima de R\$27 milhões. Além disso, há as receitas próprias
16 da Universidade, que são basicamente os rendimentos financeiros e outras receitas que entram
17 e que, apesar da variação do ano, se mantiveram, fecharam no valor inicialmente orçamentado.
18 Então, R\$200 milhões vieram do ICMS e praticamente R\$65 milhões dessas receitas
19 extraordinárias. Já as despesas sofreram uma queda de R\$350 milhões entre o que foi aprovado
20 e o de fato executado. Aqui o principal movimento é exatamente o que o professor Fernando
21 falou, das despesas não executadas. O Grupo X, na proposta de 2024, tinha R\$276 milhões para
22 executar de despesas referentes a valores aprovados em anos anteriores. Quando fazem a
23 proposta de 2025, esse valor já sobe para praticamente R\$350 milhões, o que deixa claro que
24 muito do que foi proposto não conseguiu ser executado durante o exercício, o que alivia as
25 contas de 2024, mas essa despesa deve acontecer agora em 2025. O comprometimento do
26 pessoal com os Recursos do Tesouro do Estado, que em 2023 foi de pouco mais de 91%, fecha
27 2024 com 89,5%. O saldo financeiro fecha o exercício de 2024 com R\$1,680 bilhão em caixa,
28 mas como a execução agora já está acima das receitas, o caixa atual está por volta de R\$1,630
29 bilhão. O Conselheiro FERNANDO SARTI observa que esses recursos do saldo financeiro são
30 recursos aplicados, não são recursos disponíveis, como a Aeplan e a PRDU já esclareceram em
31 diversas ocasiões. Grande parte desses recursos já está alocada, já está distribuída, embora não
32 tenha sido ainda devidamente executada. Lembra que o Conselho Universitário aprovou
33 inicialmente que, dessas reservas, três folhas de pagamento fariam guardadas precaução, que
34 depois aprovou reduzir para duas folhas. Os outros recursos foram destinados para
35 investimentos e já foram integralmente distribuídos, havia apenas R\$215 milhões ainda para
36 serem distribuídos e hoje aprovaram mais R\$93 milhões, portanto sobram pouco mais de R\$120
37 milhões. Os outros R\$70 milhões são os recursos que estão há muito tempo guardando para
38 poder fazer a compra do terreno para os alunos e para a própria reforma da moradia, assim que
39 o procurador os autorizar a fazer essas reformas. O restante, a que o senhor Thiago acabou de
40 referir, é o saldo do Grupo X, que está hoje em torno de R\$337 milhões, mas que são recursos

já distribuídos, seja para custeio ou para investimento, recursos que estão relacionados aos programas, portanto recursos que não podem ser novamente distribuídos. Dessa forma, reforça que a Universidade não possui R\$1,6 bilhão disponível, esse valor está obviamente aplicado, mas já tem destinação. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI pergunta quanto, em média, é executado anualmente daquilo que é proposto para ser executado, entre todos os projetos empenhados. Porque dá a impressão que vai existindo uma sobra, lógico que está tudo aplicado, sabem muito bem disso, mas é interessante ter um pouco mais de clareza sobre quanto de tudo que é empenhado é executado em percentual. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que esta é uma ótima questão, mas lembra que as despesas variam muito de natureza. Então, obviamente a Aeplan e a PRDU fazem uma previsão dentro do orçamento de qual vai ser a despesa, por exemplo, com pessoal, mas isso depende da negociação na data-base, inclusive porque essa é uma decisão que não é só da Unicamp, ela tem que ser feita dentro do Cruesp e em negociação com o Fórum das Seis. Essa é disparadamente a principal despesa da Universidade, e viram a diferença que provoca um ponto percentual, que é alguma coisa em torno de R\$3 bilhões. Também alocam recursos para os programas, um deles é o Programa de Incentivo a Novos Docentes – Pind. Inicialmente, haviam alocado R\$60 milhões para um programa que leva quatro anos para ser executado; colocam recursos, mas não sabem quantos projetos vão ser submetidos e quantos vão ser aprovados. Então, fazem uma estimativa, que pode ser para cima ou para baixo. Colocam recursos em obras, e cita o caso do Paviartes, que está indo para a quarta licitação. Então, são recursos que estão lá disponíveis, mas não puderam ser executados, e não há como afirmar que vão ser integralmente executados em 2025. A natureza da própria despesa é muito diferente; no que se refere a contratações, fizeram a distribuição de cargos, mas não sabem quanto tempo as unidades vão levar para fazer os seus concursos para docentes, nem quanto tempo conseguirão alocar, distribuir os funcionários nível médio, nível superior na carreira Paepe. Tudo isso depende de vários outros fatores. Observa que a Secretaria da Fazenda fará uma previsão, em setembro de 2025, sobre a qual a Universidade fará a distribuição para 2026. Lógico que isso muda em dezembro, mas muitas coisas podem acontecer durante esse período. Portanto, destaca a importância do instrumento que a Unicamp tem, junto à PDO, de fazer as revisões, tanto do ponto de vista da despesa, quanto do ponto de vista da receita. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL pergunta qual o problema que enfrentam no caso das obras, por exemplo no caso que o professor Sarti citou em que houve quatro cancelamentos de empresa. Gostaria de entender um pouco, porque lhe parece que as empresas preferem pagar multa, é muito mais econômico para elas e muito mais oneroso para a Universidade. Pergunta se não podem estabelecer uma multa maior, porque não conseguem executar as obras e as coisas vão encarecendo, justamente porque as empresas fazem isso. Isso é feito, geralmente, no setor público, então pergunta se existe um limite dessa multa, se a multa é preestabelecida, porque isso é dinheiro público e não é culpa da Reitoria. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que há muitos fatores que estão por trás disso. Obviamente que a grande vítima é o setor público, e acha até que a mudança da lei de licitações tenta enfrentar algum desses desafios, mas já estão vendo, na própria execução, que alguns ainda vão ficar com

1 muita dificuldade. Mas isso é para as universidades e é para o setor público de uma forma geral.
2 A USP, por exemplo, está com R\$5 bilhões alocados para investimentos e não está conseguindo
3 realizar, não executou praticamente nada. Existe um oportunismo dessas empresas com o qual
4 têm dificuldade de lidar, e relata que ele e a doutora Fernanda estavam na Casa Civil semana
5 passada, discutindo com as demais universidades e o Ministério Público, com a presença do
6 Tribunal de Contas também e o Secretário. O assunto era mais específico em relação à questão
7 dos riscos com os gastos de inovação, mas o assunto se expandiu para todas as áreas de despesa.
8 A dificuldade existente hoje é o entendimento dos próprios órgãos de controle sobre a natureza
9 da Universidade. Acreditam que isso passa, em primeiro lugar, e foi isso o que levaram na
10 reunião, por uma mudança na relação da própria Universidade com as suas fundações de apoio.
11 Isso é fundamental, a PG foi inovativa desse ponto de vista, encaminhou uma minuta ao
12 Secretário, que disse que vai avaliar e, eventualmente, submeter isso. E, ao mesmo tempo, há
13 todo um regramento hoje que não favorece. Por exemplo, no caso do Paviartes, a empresa que
14 abandonou a obra voltou e pôde participar novamente da licitação. Isso é um absurdo. Não
15 conseguiram fazer esse cadastro negativo para impedir que essas pessoas que lesam o setor
16 público continuem participando. Se fizerem isso, vão dizer que estão viciando o processo
17 licitatório, então são dificuldades como essas que se apresentam. Há casos em que a empresa
18 perdedora começa a fazer uma chantagem com a empresa vencedora, dizendo que vai entrar na
19 justiça. São coisas que escapam completamente da capacidade de gestão. Fizeram o que foi
20 possível, inclusive celebrar um convênio junto à Caixa Econômica Federal, que é talvez a maior
21 especialista em obras no país, o que os ajudou em muita coisa. Contrataram mais engenheiros
22 e arquitetos para desenvolver essas obras, fizeram um processo intenso, e ressalta o papel da
23 DGA na questão da licitação. Mas ainda o setor público enfrenta essas dificuldades, e isso veem
24 em relação às prefeituras, em relação aos governos de Estado, e infelizmente as universidades
25 não estão fora disso. Acredita que mudando alguma coisa em termos de decreto, criando essas
26 condições melhores para a Universidade, inclusive com as suas fundações de apoio, possam
27 agilizar com segurança jurídica, com eficiência administrativa essas licitações e a execução
28 desses recursos. O MAGNÍFICO REITOR comenta que não exatamente no gasto, mas a Fapesp
29 enfrenta dificuldades parecidas com essas no sentido de alocar o recurso e demorar muito para
30 gastá-lo, porque quando ela aprova um projeto de cinco anos, um projeto temático, alguma
31 coisa assim, ela aloca todo o recurso. Esse recurso fica guardado lá, mas ele é gasto ao longo
32 de cinco anos, e às vezes pessoas que não são da academia têm dificuldade de entender isso,
33 que recurso guardado não é recurso cujo uso não está definido; ele está disponível, mas o uso
34 já está atribuído nos projetos que são aprovados em pacotes, porque eles têm uma duração
35 longa. A Unicamp teve dois lugares em que obteve êxito nas obras: a FOP, que teve o prédio
36 novo inaugurado duas semanas atrás, e o Cotuca, que tem um prédio novo. Mas observa que no
37 caso da FOP o terreno foi obtido há 25 anos. Realmente existe um problema, mas precisam
38 chamar a atenção dos governos, dos tribunais que controlam o gasto, porque não conseguem
39 impedir alguém de participar novamente de uma concorrência, seja diretamente, seja com outro
40 nome. Há um problema de eficiência, que restringe muito a ação, e foi o que impactou no teatro

do IA, que impactou na questão do Paviartes. Agora há a possibilidade de que seja a mesma pessoa que faça o projeto e construa, isso talvez melhore um pouco, mas a criatividade humana em procurar rotas de saída é muito significativa e ficam meio amarrados nisso. O Conselheiro MARCOS NOGUEIRA MARTINS lembra que no ano passado houve a mudança do sistema de compras do Estado, que paralisou tudo por meses. O Conselheiro FERNANDO SARTI concorda que a situação vai ficando cada vez mais dramática. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 52 votos favoráveis e 02 abstenções. Passa ao item 23 – Proc. nº 01-P-47166/2022 –, que trata de recurso interposto por Leonardo de Souza Mendes contra o ato de punição de suspensão de 31 dias. Destaque do professor Hugo. O Conselheiro HUGO ENRIQUE HERNANDEZ FIGUEROA diz que, dada a gravidade e a complexidade do assunto, e para ser o mais eficiente possível, preparou um texto que passa a ler a seguir: “O professor Leonardo Mendes, docente da Feec há mais de 30 anos, sempre apresentou um excelente desempenho acadêmico ao longo da sua carreira. Sua principal linha de pesquisa é a área de cidades inteligentes baseadas em soluções digitais. Nos últimos 20 anos, tem desenvolvido diversos projetos de P&D nessa área, em colaboração com pelo menos 15 municípios, todos eles conduzidos com sucesso. Um desses municípios, Itatiba, por meio de uma nova gestão, que não tinha conhecimento da natureza específica do projeto e compreensão quanto à necessidade de seu desenvolvimento conjunto, em 04 de junho de 2018, abriu um processo judicial contra a Unicamp. Nunca o nome do professor foi citado em todo o processo judicial. Alegando tratar-se de uma prestação de serviços em que a totalidade dos produtos não havia sido entregue, como suposta evidência, foi apontado que o *software* prometido não estava em funcionamento na plataforma da prefeitura, cuja implantação cabia ao município pelo convênio. Essa postura evidencia a falta de compreensão sobre o que constitui um projeto de pesquisa e desenvolvimento conduzido por nossos docentes. Os convênios assinados pela Unicamp em que o professor Leonardo foi nomeado executor previam que as prefeituras parceiras disponibilizassem uma equipe de TI, cuja função seria assimilar os algoritmos desenvolvidos e implementá-los em suas respectivas plataformas, de modo a transformá-los no que se poderia chamar de produto final. Infelizmente, essa etapa não foi cumprida por falta de capacidade técnica do município de Itatiba, segundo o alegado pela Reitoria da Unicamp e também pela diretoria executiva e assessoria jurídica da Funcamp, quando os problemas para seu desenvolvimento começaram a surgir. Neste momento, estamos diante da votação para a aplicação da penalidade ao professor Leonardo por infração gravíssima com suspensão de um mês de salário e devolução de recursos do projeto de P&D no valor de mais de um milhão de reais. Diante disso, solicitamos a retirada deste item de pauta pelos seguintes três motivos. Primeiro, é fundamental que os membros do Consu tenham pleno conhecimento dos detalhes do processo para que possam votar de forma consciente e justa. A defesa do professor no processo administrativo da Unicamp levanta ilegalidades e erros no processo administrativo que merecem ser analisados com muito cuidado e atenção para uma votação adequada e justa. Segundo, a aprovação desta penalidade sem provas suficientes que demonstrem categoricamente uma conduta irregular do professor praticada intencionalmente

ou por negligência seria ilegal e injusta. Além de poder estabelecer um precedente extremamente preocupante para toda a classe docente cuja atuação prevê, entre outras responsabilidades, a interação com empresas e instituições públicas por meio de projetos de P&D e prestação de serviços. Terceiro, é necessário promover uma discussão mais ampla sobre a essência das nossas atividades de P&D de modo a formular estratégias de defesa legal adequadas para situações similares. Cumpre destacar ainda que, infelizmente, no início de março, o professor Leonardo foi diagnosticado com câncer de fígado em estágio avançado e neste momento encontra-se afastado por motivos de saúde em tratamento intensivo”. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra à Procuradoria Geral, porque é uma questão que envolve procedimentos internos e julgamento externo. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que todos os documentos, inclusive a defesa do professor, que foi feita por advogado, e a análise jurídica que foi feita, constam da pauta. São 101 páginas no anexo da pauta. É importante assinalar que essa questão do cumprimento ou não do convênio pela Universidade frente ao município de Itatiba, como colocou o professor Hugo, foi judicializada, isso foi amplamente debatido no processo judicial. Houve uma sentença de primeiro grau pela procedência do pedido, isso foi confirmado pelo Tribunal de Justiça, que reconheceu que a Universidade não prestou o serviço para o qual foi contratada pelo município. Infelizmente foi essa a decisão do Poder Judiciário. Verificou no processo que a última atualização do valor devido pela Universidade em outubro de 2023 era de R\$1.484.638,00. O professor era o executor do convênio, ele era o responsável pela execução de todas as obrigações do convênio, e devido à procedência do pedido da ação judicial movida, a Universidade teve que abrir um processo disciplinar para apurar as responsabilidades disciplinares do docente frente aos atos praticados como executor do convênio. Como todos sabem, há um rol de atribuições a todo executor de um convênio com obrigações perante a Universidade, porque ele está representando a Universidade. Por conta disso, foi aberto processo disciplinar, nos termos dos Estatutos, conduzido por comissão constituída especificamente para isso, presidida por um procurador. O professor foi representado por advogado, a comissão propôs uma penalidade, que foi acatada pelo Reitor, de suspensão de 31 dias. Ele não está cumprindo a suspensão por conta do afastamento por motivos de saúde. Então essa penalidade foi cancelada, até que ele retorne à atividade. O MAGNÍFICO REITOR diz que a solicitação do professor Hugo é retirar de pauta. A penalidade não está sendo aplicada porque ele está em licença-saúde. Retirar de pauta significa entrar no próximo Consu, ganha-se um tempo para pensar sobre o assunto, mas ele tem que voltar à pauta. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que conhece o professor Leonardo, conversou com ele há muitos anos sobre o projeto que ele desenvolve. Era muito interessante porque o que ele fazia era um projeto de pesquisa aplicado em prefeituras, então iam se criando módulos, e cada vez mais aquilo ia enriquecendo. Era uma coisa muito bacana de ouvir ele falar, dar as explicações. A situação em que o professor Leonardo se encontra causou grande comoção na Feec, e o pedido hoje aqui, ao qual se soma, é pela retirada de pauta. Não se está propondo extinção, é exatamente o que o senhor Reitor acabou de explicar. Isso volta no próximo Conselho

1 Universitário, mas é um pedido de retirada de pauta para que as pessoas fiquem mais bem
2 esclarecidas sobre o assunto, embora a documentação esteja na pauta, mas talvez pela densidade
3 desta Sessão, nem todos conseguiram tomar pé da situação. O Conselheiro SAMUEL ROCHA
4 DE OLIVEIRA diz que faz coro ao pedido de retirada de pauta, dadas as circunstâncias, e é
5 uma coisa grave. Particularmente não conseguiu ler e estudar todo o processo, e acha que
6 merece um cuidado de todo o Conselho para fazer uma avaliação o mais justa possível. O
7 Conselheiro DANIEL MARTINS DE SOUZA diz que, se entendeu bem, a Unicamp foi
8 processada, e aqui estão falando de uma ação ao professor por conta do envolvimento dele. A
9 Unicamp foi tida como culpada, isso envolve um certo valor, então pergunta se é a Universidade
10 que terá que pagar esse valor para a Prefeitura de Itatiba. O MAGNÍFICO REITOR responde
11 que é um convênio feito pelos procedimentos normais, passou nas instâncias da Unicamp e foi
12 assinado com a interveniência da Funcamp. A Prefeitura nunca processa o docente, ela processa
13 a Universidade por não cumprimento, e foi decidido na Justiça que não se cumpriu. O professor
14 Hugo fez declarações e justificativas, porque a Prefeitura não teria feito alguma coisa, mas a
15 Justiça decidiu que quem não cumpriu foi a Universidade. Isso tem uma decorrência interna,
16 porque existia um executor do convênio e esse executor é responsável. Há uma linha de
17 procedimentos, e é importante notar que existem margens de manobra limitadas, porque, uma
18 vez processada a Unicamp e lesado o patrimônio da Universidade, existe um responsável. A
19 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que o convênio foi com a
20 Universidade, então a Universidade é processada como uma pessoa jurídica, de direito público,
21 mas, ao ser condenada, e isso está na Constituição, vão verificar quem deu causa a esse dano à
22 Universidade. O parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição estabelece que “As pessoas jurídicas
23 de direito público e as de direito privado, prestadores de serviços públicos, responderão pelos
24 danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado direito de regresso
25 contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. Então, é obrigação da Universidade verificar
26 quem deu causa a esse dano e, eventualmente, até cobrar pelo dano que ela vai pagar no
27 processo. O Conselheiro DANIEL MARTINS DE SOUZA também solicita a retirada de pauta.
28 O Conselheiro GUILHERME DO VAL TOLEDO PRADO também se manifesta a favor da
29 retirada de pauta, e solicita um esclarecimento, porque, em outras oportunidades, participou de
30 trabalhos com o professor Leonardo em diferentes cidades. Gostaria de entender se já foi na
31 última instância essa apelação. Em outras atividades de que participou, havia a explícita
32 indicação de que a contrapartida da cidade era de atender algumas perspectivas que eram
33 induzidas pelo projeto do professor Leonardo e que haveria necessidade de condições para que
34 isso continuasse. Como os colegas levantaram, realmente é um material muito extenso, tomou
35 conhecimento dele na semana passada, porque a professora Débora, que estaria aqui nessa
36 posição, teve um compromisso, então está aqui como suplente. Tomou um susto quando viu o
37 material, porque, efetivamente, todos os projetos de que o professor Leonardo participou tinham
38 essa característica, eram processos de instalação, indução e a contrapartida do município
39 também deveria acontecer. Então, realmente é de estranhar, até onde conseguiu fazer a leitura,
40 que isso tenha acontecido, visto que o professor Leonardo já fez isso em inúmeras cidades da

região metropolitana de Campinas, dentre elas, uma mais especificamente em que trabalhou com ele por mais tempo, que foi Pedreira. Inclusive, o prefeito de lá deu continuidade a algo que havia começado antes. Portanto, sugere realmente que seja retirado de pauta, como o professor Hugo e outros colegas encaminharam. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que, de fato, o professor Leonardo teve outros convênios com outros municípios, com objetos parecidos, mas não ocorreram problemas. O fato é que, nessa situação, o assunto foi judicializado e, das provas que foram trazidas aos autos, não foi comprovado que a Universidade cumpriu as obrigações pactuadas. Passa à leitura de um pequeno trecho da decisão, para entenderem o que o Judiciário colocou: “Da análise de todos os documentos juntados, das alegações deduzidas, tudo em conjunto com os fatos incontroversos nos autos, tem-se que, embora um ou outro repasse mensal tenha atrasado, planilha de folhas tais, não houve motivos para que a ré deixasse de executar a implantação de todos os módulos que lhe incumbiam, mesmo com a diminuição do número deles com o termo aditivo. Não há documento algum comprovando que o município tenha falhado com informações relevantes para essa execução, ou ainda com a disponibilização de pessoal capacitado para tanto. Também não existe qualquer informação de que a Unicamp tenha se negado a receber as quantias repassadas por tais supostos impedimentos”. Então, o Judiciário analisou a documentação que a Universidade apresentou, as defesas foram todas feitas pela Procuradoria Geral, com a ajuda do docente, mas não conseguiram comprovar em juízo que a Universidade cumpriu com as suas obrigações e atendeu o que estava pactuado. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que leu o processo, mas também solicita a retirada de pauta para ler com um pouco mais de calma, pois são muitas informações e algumas não estão ali, há que se procurar em outros processos. Estranhou o fato de que a prefeitura, depois de quatro anos, na mudança de gestão do secretário, aponta essa falha. Levantam essa falta na prestação de contas do município e o novo secretário então abre um processo. Nota também que havia uma parte de cooperação junto com uma possível equipe da Prefeitura que não aparece muito no processo, e gostaria de entender um pouco mais. Além disso, há uma redução clara, a Prefeitura, naquela época, faz um aditivo e reduz porque entende que não pode cumprir aquela parte do contrato inicial. Entretanto, depois a punição vem no valor total, sendo que a Unicamp não recebeu o valor total, pelo que entendeu do processo. Outro aspecto que lhe chamou a atenção, inclusive sendo também executor de convênio com prefeituras, foi uma instabilidade, porque é um processo que é gerido com a Prefeitura, já é difícil, a legislação é diferente, os jurídicos das prefeituras são diferentes do jurídico da Universidade, há entendimentos diferentes. E se daqui a quatro anos vem uma cobrança, por exemplo, no seu caso, da Prefeitura de Campinas, que exija um contrato de milhões junto com a Secretaria de Educação, não possuem o devido auxílio institucional para essa defesa. Conhece o retrospecto do professor Leonardo, que participou de centro de pesquisa de música, a esposa dele é professora do Instituto de Artes, ou seja, próxima do seu convívio, e é de estranhar, com a experiência que ele tem, que essa parte do contrato não seja cumprida. Gostaria de ter mais tempo para ler e levantar documentos fora que não estão no processo. Não tem certeza ainda,

1 olhando o processo, e pela experiência que possui de gestão de execução de convênios, se à
2 defesa de fato não cabe ainda algum recurso e se deve ser cobrado totalmente esse valor do
3 professor, uma vez que nem a Unicamp recebeu esse valor na totalidade. Notou uma menção a
4 punição por cunho ideológico, não sabe se é um erro de redação do processo, mas são detalhes
5 que gostaria de conhecer melhor. O processo também cita quebra das éticas de responsabilidade
6 da Universidade, e não viu no processo inteiro anterior nenhum movimento contra isso, somente
7 contra o processo da gestão financeira e da gestão do processo. Portanto, solicita a retirada de
8 pauta deste item. O MAGNÍFICO REITOR diz que está ficando claro que é um processo
9 bastante complicado, com muitos detalhes, e várias pessoas estão querendo entender melhor.
10 Se for retirar de pauta, ele voltará em um próximo Conselho e terá que se aproveitar esse
11 intervalo para justamente aprofundar essas questões. A Doutora FERNANDA LAVRAS
12 COSTALLAT SILVADO esclarece que passou o valor atualizado, porque como é uma ação,
13 ele sempre é atualizado no momento da citação. Precisa verificar para informar precisamente a
14 composição desse valor, só pegou o último valor atualizado com os cálculos. O processo
15 judicial já transitou em julgado, ele está em fase de execução, portanto não há mais
16 possibilidade de rediscutir esse assunto no judiciário. O que possuem agora é o processo
17 disciplinar, que é uma outra esfera; a esfera disciplinar é um pouco diferente da civil. A
18 penalização se refere à atividade do docente frente às suas obrigações com a Universidade, é
19 esse o objeto da CPP. E, claro, como tem a questão da condenação da Universidade, isso acaba
20 refletindo na vida do docente, mas estão tratando aqui do processo disciplinar apenas. O
21 MAGNÍFICO REITOR pergunta se a doutora Fernanda está se referindo apenas a um mês de
22 suspensão, e não ao R\$1,4 milhão que tem que ser restituído. A Doutora FERNANDA
23 LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que não consta na decisão do Reitor determinação para
24 ressarcimento. Acha que é outra coisa que vão ter que estudar, se cabe uma ação judicial, por
25 exemplo; no momento, é só a penalidade de 31 dias. O MAGNÍFICO REITOR observa que
26 também há uma margem de manobra limitada, porque depende da CPP a classificação da
27 falta. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a CPP classificou
28 a falta do docente como de natureza gravíssima, mas não há menção a ressarcimento na decisão
29 do Reitor, apenas a suspensão de 31 dias, que é a mínima dentro da natureza gravíssima. O
30 Conselheiro ERIC COSTA MOREIRA manifesta seu voto, e também de uma parte dos
31 discentes, favorável a retirar este item da pauta para poderem debater um pouco melhor no
32 próximo Consu, principalmente dada a complexidade que estão vendo tomar este caso. É
33 importante debater com um pouco mais de calma e ler todo o processo com mais atenção, visto
34 que também não é só o docente responsabilizado, é a própria Universidade que vai ser
35 responsabilizada por este caso. Além disso, há o fato de o professor estar em licença-saúde, e
36 acha ruim haver uma penalização sobre ele neste momento. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR
37 DA SILVA WALTER pergunta se vão existir fatos novos até o próximo Conselho
38 Universitário, caso a opção seja retirada de pauta. Entendeu da fala do professor Hugo que o
39 docente não teve a oportunidade de se defender ou de expressar a sua visão a respeito dos fatos.
40 Não sabe se entendeu equivocadamente. Sobre a questão da punição, já foi esclarecido que os

31 dias estão associados ao entendimento de que a falha foi gravíssima, e supõe que se entendeu que o docente foi negligente. Pergunta se seu entendimento está correto. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a conclusão do parecer da CPP consta às folhas 86 da pauta, com a indicação dos incisos dos Estatutos que ela entende ter sido infringidos pelo docente. O MAGNÍFICO REITOR diz que, do ponto de vista da Justiça, aparentemente não há mais o que fazer. O que está sendo levantada aqui é a necessidade de ter um entendimento maior. Como o professor Hashimoto levantou, a questão gera uma insegurança grande. O que ouviu dizer é que não havia indicação de que a prefeitura não cumpriu a sua parte, porque ela pode até não ter cumprido, mas é preciso comprovar que ela não cumpriu. Então, chama a atenção para o papel dos executores em cada etapa da realização de um projeto, para conseguirem, de fato, comprovar essas coisas. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO observa que houve a interveniência da Funcamp, e sabem que há notas promissórias que vão, relatórios, não é algo tão solto. As prefeituras não pagam sem a devida prestação de contas, então são coisas que não estão no processo, mas lhe parecem um pouco estranhas. E, de fato, deixa uma estabilidade para quem faz gestão, especialmente com prefeituras, com estado, porque o regime jurídico é diferente, a análise e a visão são completamente diferentes. Portanto, devem estudar o caso para que fiquem mais protegidos. O MAGNÍFICO REITOR diz que é uma discussão que tem um envolvimento específico, envolve o professor Leonardo, mas tem impacto nas coisas futuras. Então, é essencial entender direito e ver o que pode ter sido cometido de erro no processo ou de falha em algum momento. Não haverá novidade do ponto de vista judiciário, a decisão foi tomada, não vai ter em sindicância e CPP, mas pode ter algum entendimento mais profundo se houve falha ou não de alguma instância dessas. Acredita que a questão aqui é, talvez, dar esse tempo para as pessoas entenderem melhor, mas não adianta só isso, elas têm que conversar. Talvez o professor Hugo conversar com os diretores e tentar localizar se houve alguma falha. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz, sobre a documentação, que acabam vendo muitas vezes, não só neste caso, mas em outros, um certo informalismo nas tratativas. Às vezes a PG é tida como chata, porque ela exige mesmo uma formalização que é para prevenir esse tipo de coisa. Veem muitas trocas de *e-mail*, combinados que não são documentados, que não se tornam termos aditivos. Então, aqui até tem trechos, que entregou um pedaço do sistema, mas isso não é via Funcamp, que faz a gestão financeira, administrativa, mas o objeto que está sendo entregue é da Universidade. Então, fica aquela discussão se foi entregue ou não. Se foi entregue, é necessário pedir um recibo comprovando para quem está sendo entregue, em que data, e essa pessoa tem que ser a responsável técnica, precisa ter a competência para receber esse objeto que foi contratado. Isso é uma garantia para a Universidade e para o docente. Então, acha que, como lição tirada desse caso, é fundamental que todos, ao executarem convênios, tenham toda a diligência no trato com o terceiro, para documentar tudo e não sofrer esse tipo de ação. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL diz que leu por cima a documentação, mas diz que quando entrou na Unicamp também trabalhava com prefeituras. E chama a atenção que isso aconteceu em uma mudança de gestão. Como docente, está se

1 debatendo com uma prestação de contas de R\$20 mil para a Fapesp. No caso da pauta, há várias
2 coisas que, para ela, ficaram em aberto. Primeiro, se o professor ficou doente no período em
3 que esse processo foi instaurado, e ele não teve condições de reunir provas, porque afinal se
4 trata de um câncer de fígado. A segunda coisa é se precisa de uma punição, se ele agiu de má-
5 fé ou talvez ele não teve assessoramento necessário para dar conta de todo esse processo. Outra
6 pergunta é se foi até a última instância, até o Supremo. A Doutora FERNANDA LAVRAS
7 COSTALLAT SILVADO responde que não pode ir até o Supremo, porque essa ação é matéria
8 de prova, não tem matéria de direito. Então, quando não é matéria de direito, não conseguem
9 subir o recurso para o STJ e para o STF, só matérias de direito que sobem. Dessa forma, ele
10 acabou no TJ-SP, porque era uma discussão se cumpriu ou não cumpriu a obrigação. Sobre a
11 questão da má-fé, não foi isso que foi apontado, foi mais uma situação de culpa, negligência,
12 imprudência na condução. Porque se for uma má-fé, vão para um terreno muito mais
13 complicado que é da improbidade administrativa, que é muito mais grave, em que caberia até a
14 perda do cargo. Em relação à questão da troca de mandato da prefeitura, isso aconteceu, mas o
15 informalismo corroborou, porque mudou a equipe, e a equipe que entra pode não estar sabendo
16 de nada, se depara com o processo mal informado e fica sem saber se foi ou não entregue. A
17 Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL diz que está tentando entender se essa
18 equipe anterior da prefeitura não foi chamada no processo, e se ela não passou as coisas para a
19 equipe nova. Pede desculpas por ter usado a palavra má-fé, não se trata de má-fé, mas o que
20 aconteceu, o tropeço da gestão, pode não ser do docente, pode ter sido por uma questão de
21 transição e algum funcionário ter feito, então fica muito desconfortável de pensar isso. Claro, a
22 CPP julgou, mas a CPP só pode julgar com base nos documentos que são apresentados, porém
23 aquilo que não foi apresentado também traz dúvidas. Assim como o professor Hashimoto,
24 possui muitas dúvidas, porque tem muita coisa que tem lacuna ali. A Doutora FERNANDA
25 LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que é obrigação da Universidade ter a documentação
26 para, quando houver uma mudança de gestão, que vai acontecer em uma prefeitura, poder
27 comprovar e estar respaldada. O MAGNÍFICO REITOR ressalta que existem limites na
28 margem de manobra. A CPP decide em função dos documentos que estão anexados, e imagina
29 que a pessoa que está sendo analisada pela CPP tem a possibilidade de anexar documentos.
30 Então, foi em cima desses documentos que se analisou e se sugeriu, na faixa de penalidades
31 possíveis, a menor penalidade. Isso não significa que, em si, a pessoa seja culpada, mas ela não
32 consegue comprovar a inocência. Existe um problema neste caso, porque havia uma entrega a
33 ser feita, e não é uma situação simples de resolver, porque precisam das documentações para
34 decidir. Entende completamente que as pessoas estejam em dúvida, porque é uma punição
35 pesada, é uma pessoa que faz parte do corpo docente da Universidade e está em uma situação
36 difícil. Vão ter que olhar isso procurando se houve algum equívoco na condução do processo,
37 porque, se não houve, a margem de manobra não é extremamente grande. Como
38 administradores, gestores, estão diante dessas situações, elas são reais, não são abstratas; não
39 há uma margem, esse decide de um jeito, aquele de outro, existem determinações que
40 estabelecem uma margem de conduta que devem seguir. Considera importante que,

1 manifestado todo esse conjunto amplo de dúvidas, que ele seja considerado, e acha difícil
2 considerar isso exclusivamente em uma reunião do Conselho Universitário. As pessoas vão ter
3 que debater isso previamente à decisão no Consu. Porque, de fato, envolve um nome específico
4 de uma pessoa, um convênio específico, mas ele gera insegurança em relação a todos esses
5 tipos de convênio. Então, duas coisas têm que ser feitas: um julgamento desse caso específico
6 e uma análise que permita ficarem atentos para eventualmente não cometer falhas, por exemplo,
7 de documentação que podem ter ocorrido nesse processo, até para ter um aprendizado
8 institucional e evitar que situações similares ocorram novamente. O Conselheiro MARCELO
9 DE OLIVEIRA TERRA CUNHA diz que, nesse espírito de aproveitar esta reunião para se
10 informar sobre as coisas que não estão documentadas, solicita à doutora Fernanda que faça um
11 relato de como foi a estratégia de defesa, o quanto houve colaboração do professor com a
12 Procuradoria Geral quando a Unicamp foi acionada e como se chegou a essa condenação
13 posteriormente. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que não
14 cuidou pessoalmente desse processo judicial. O que pode dizer é que, como o processo envolvia
15 uma discussão técnica, de um assunto técnico de entrega de módulos para a prefeitura, o
16 professor Leonardo foi ativamente acionado e demandado a prestar informações para a
17 Procuradoria Geral para a elaboração da defesa. Sem as informações dele, nem seria possível
18 fazer a defesa da Universidade, então toda a informação que foi prestada pela Procuradoria
19 Geral no processo foi fornecida por ele. O fato é que ele não conseguiu comprovar que a
20 Unicamp atendeu e entregou os módulos contratados. No processo disciplinar, ele foi assistido
21 por advogado, tanto que o item da pauta começa com a peça de defesa do advogado, que faz
22 várias argumentações. Isso também na CPP é feito por advogado, ele pode arrolar testemunhas,
23 pode apresentar documentos novos. A CPP é aberta para a ampla e irrestrita defesa do
24 denunciado. Também no recurso ele apresentou, o recurso foi analisado novamente pela
25 Procuradoria Geral e a proposta foi de não acolhimento do recurso. O Conselheiro HUGO
26 ENRIQUE HERNANDEZ FIGUEROA enfatiza que os projetos de P&D do professor
27 Leonardo com os municípios eram realizados em conjunto, e a falta de capacidade técnica do
28 município de Itatiba impediu que todo o objeto fosse desenvolvido, como foi atestado pela
29 Unicamp e pela Funcamp ainda na fase administrativa, quando da tentativa amigável de rescisão
30 do convênio. Quatro anos depois, a prefeitura ingressou com a ação judicial contra a Unicamp,
31 pedindo a restituição dos valores aportados na parceria. Após um ano e dez meses de tramitação,
32 o desfecho do processo foi desfavorável, tendo sido determinado que a Unicamp restituísse ao
33 município grande parte dos valores recebidos para evitar enriquecimento sem causa, já que a
34 Universidade não fez prova no processo das falhas que imputou à prefeitura. A Unicamp, depois
35 de condenada no processo judicial, em 20 de março de 2020, apelou da decisão, que foi
36 confirmada pelo tribunal por ausência de provas da incapacidade do município. Após esse
37 julgamento, através da portaria de 18 de novembro de 2022, foi aberto o processo administrativo
38 disciplinar pela Unicamp contra o professor e sem qualquer prova de ter agido com intenção ou
39 negligência, recomendou a sua condenação a pena gravíssima. No caso aqui, a suspensão de
40 um mês de salário, mas que provavelmente já tem como consequência o pagamento à Unicamp

1 dos valores que ela terá que restituir ao município. Os advogados contratados recentemente pelo
2 professor para sua defesa no processo administrativo disciplinar apontam no recurso a ser
3 apreciado pelo Consu diversas inconsistências na condenação do professor, detalhadas no
4 material que acompanha esse processo, inclusive que foi condenado por quatro infrações que
5 jamais foram levantadas ou apuradas, decorrentes de equívoco de copia e cola. Uma delas foi
6 colocada aqui, por exemplo, de perseguição política de funcionário, que não foi discutida em
7 nenhuma parte do processo. Alega também que a Unicamp não chamou a Funcamp para
8 integrar o processo judicial e que abriu mão de apresentar provas de testemunhas e perícia para
9 comprovar o que alegou. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA ressalta a questão
10 da grande insegurança de projetos, isso envolve um aprendizado enorme, mas, acima de tudo,
11 também um acompanhamento e orientação cada vez mais próxima aos projetos. A coisa é tão
12 grave que, às folhas 93 do documento, há a indicação de que, depois de tudo isso, poderá
13 retornar à Procuradoria Geral para providências contra ajuizamento da ação de regresso contra
14 o servidor para o ressarcimento do prejuízo. Então, está vislumbrada, sim, a possibilidade de o
15 professor Leonardo ter que devolver o dinheiro depois, sendo que sabem que, nesses projetos,
16 gastam esse dinheiro com laboratório, com bolsas e tudo o mais, esse dinheiro não vai para o
17 docente. Então, é uma coisa bastante complicada, entende que a margem de manobra é pequena,
18 mas precisam tomar muito cuidado. Este é um exemplo, mas há muitos outros projetos aqui na
19 Universidade que acabam esbarrando em questões judiciais. E, além de aprenderem cada vez
20 mais, precisam talvez ter um acompanhamento bem próximo para que esses processos não
21 ocorram. No momento em que ganham um projeto, ficam contentes, e depois, quando vão fazer
22 a prestação de contas, ficam completamente desesperados. Recomenda a retirada de pauta e
23 concorda com o senhor Reitor que devem conversar mais e entender melhor os detalhes, para
24 tomarem uma decisão bem consciente no próximo Consu. O Conselheiro CESAR JOSÉ
25 BONJUANI PAGAN diz que o professor Samuel levantou um ponto agora e lhe ocorre o
26 seguinte: de fato, o recurso de convênio vem para pagamento de bolsas e essas coisas, e isso foi
27 efetivamente feito, porque tem que pagar os pós-graduandos, os pós-doutores. Pergunta se não
28 cabe levar isso em consideração, uma revisão dessa questão de valores, quando isso for feito.
29 Entende perfeitamente a regressividade, conhece a lei, mas a Universidade pagou bolsas, e as
30 pessoas puderam desenvolver ciência. Não foi salário, foi bolsa, e com bolsa desenvolvem
31 ciência. Então, a Universidade teve um ganho, através do convênio. O MAGNÍFICO REITOR
32 diz que primeiro vão decidir se retiram ou não de pauta, e outras discussões como a que o
33 professor Cesar propõe serão feitas em outro momento. Está falando isso sentindo um pouco
34 na própria pele, pois sai do cargo em 15 dias mas ficará na berlinda por muito tempo, e se vier
35 uma ação sobre ele, vai ser sobre ele. A Unicamp pode defendê-lo, mas o indivíduo e o CPF
36 são da pessoa do Reitor. O caso em questão é parecido, e precisam ponderar isso com todo
37 cuidado, obviamente, para não cometer injustiça. Essa injustiça envolve dois elementos difíceis
38 de julgar: um é se cumpriu ou não cumpriu e outro é se conseguem comprovar que cumpriu. E,
39 no fundo, o que vale mais é se conseguem comprovar que cumpriu, esse é o problema.
40 Obviamente, esse dinheiro, de forma alguma, foi para o professor Leonardo, sabem que é uma

1 equipe, um projeto, envolve vários gastos. O problema é que, como executor, está no CPF dele;
2 como Reitor, entra também dessa forma. É diferente de projetos das instituições de pesquisa,
3 Fapesp etc. Informa que a Fapesp vai começar a transferir todos os projetos para as fundações,
4 já é uma decisão tomada que as prestações sejam feitas via fundação, porque está ficando difícil
5 fazer a gestão dessas coisas em geral. O Conselheiro HUGO ENRIQUE HERNANDEZ
6 FIGUEROA observa que, do ponto de vista técnico, a partir do próprio contrato do convênio,
7 o professor Leonardo cumpriu. A outra parte interpretou que não, e esse foi o grande problema,
8 um problema bastante delicado. Mas, de acordo com o convênio, ele cumpriu, pois realizou as
9 entregas, que era a pesquisa. O novo prefeito alegou que ele não tinha o produto operando,
10 funcionando na plataforma da prefeitura, mas para isso ele teria que ter também cumprido parte
11 do convênio, que era ter a equipe para implementar esse produto. A Universidade não gera
12 produtos, ela gera conhecimento. Precisam realmente de um amplo debate com relação a isso,
13 senão outros projetos vão cair nesse mesmo problema. É quase uma armadilha. O MAGNÍFICO
14 REITOR diz que, por mais que discordem, quem decide é a Justiça, a Universidade tem um
15 limite de poder de decisão. Reconhecer isso implica ter clareza de que só podem fazer alguma
16 coisa aqui dentro, que é decidir alguma coisa em relação à punição, decidir se vai ter ou não
17 reposição. A Justiça já condenou a Universidade, não há mais o que fazer; podem achar que ela
18 está errada, mas é ela que tem o poder de decisão sobre isso. O Conselheiro HUGO ENRIQUE
19 HERNANDEZ FIGUEROA diz que a defesa talvez não tenha sido colocada de forma
20 adequada. O MAGNÍFICO REITOR diz que não tem nenhum problema de que isso seja
21 colocado na mesa, mas já aconteceu, e precisam pensar daqui para frente, para mudar outros
22 procedimentos e para levantar os problemas. Pode ter sido uma defesa que não foi adequada,
23 pode ter sido o professor que não documentou tudo, pode ter sido a prefeitura e a Justiça ter
24 decidido errado. O Consu vai ter que, de alguma forma, decidir. Mas é a Justiça que faz essa
25 arbitragem, e ela decidiu que a Unicamp é culpada, isso já se encerrou. Isso ocorreu com ele na
26 questão do ponto eletrônico, cuja origem foi a compra, há 12 anos, de 50 equipamentos que
27 estavam parados, foram comprados e não foram implantados. Isso os colocou diante de uma
28 situação difícil, pois não podem comprar coisas, deixar armazenadas e não usar. Alguém ia
29 pagar o preço disso, e o assunto derivou toda uma polêmica terrível aqui sobre ponto eletrônico.
30 Reitores, as pessoas que fazem compras, os dirigentes de órgãos estão sujeitos a isso. A
31 Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA sugere que os grupos que compõem o
32 Consu tenham posições em relação a esse caso, os diretores, as bancadas, porque é uma decisão
33 muito importante que vão tomar, então que se debrucem sobre o texto para poder pensar na
34 alternativa. A primeira coisa a decidir é se vão punir ou não o professor; a palavra “punição” é
35 importante de ser colocada aqui. E a segunda coisa, quais são os argumentos para fazer uma
36 coisa ou outra, punir ou não. Acha que precisam se organizar, porque as sessões são públicas,
37 vão ter que tomar uma decisão sobre isso e essa decisão vai ter repercussão, como tudo o que
38 fazem. Portanto, precisam ter argumentos, uma posição e argumentos para essa posição. E esses
39 argumentos precisam ser discutidos pelos grupos, porque senão uma pessoa vem aqui e fala
40 uma coisa, outra pessoa fala outra, todo mundo fica confuso. A Conselheira SILVIA

1 CRISTINA FRANCO AMARAL pergunta se podem ir contra a classificação da falta feita pela
2 CPP. Ela indicou gravíssima, então pergunta se o Consu pode dizer que não está encarando
3 como gravíssima, mas como grave ou como média. A Doutora FERNANDA LAVRAS
4 COSTALLAT SILVADO diz que, a princípio, o Consu vai dar provimento ou não ao recurso.
5 O recurso pede absolvição, que o docente não seja penalizado. Vai estudar se é possível modular
6 uma outra penalidade, porque o recurso é pedido de absolvição do docente. Reitera que a
7 Procuradoria Geral, em todos os processos judiciais em que atua, atua com a maior diligência
8 e sempre baseada nas informações que recebe das unidades. Muitas vezes possuem muita
9 dificuldade em receber informações, em alguns casos quase brigam para ter informações, para
10 fazer contestação, para conseguir testemunhas. Neste caso, especificamente, tudo o que foi
11 alegado seguiu a linha de defesa do próprio docente, que reconheceu que não entregou módulos,
12 culpando a prefeitura. Mas, infelizmente, não tinham prova disso, e o Judiciário, olhando os
13 documentos, entendeu que não era procedente essa argumentação e condenou a Universidade.
14 O MAGNÍFICO REITOR diz que existe uma divergência aqui, então sugere que coloquem essa
15 divergência em cima da mesa, façam uma reunião com os diretores, chamem a PG para falar, e
16 as pessoas vão poder julgar, porque não há outro jeito de lidar com isso. A despeito das posições
17 pessoais e visões individualizadas, devem analisar os fatos com base nos dados que possuem e
18 tomar uma decisão. O Conselheiro HUGO ENRIQUE HERNANDEZ FIGUEROA diz que não
19 acredita ter sido uma questão de documentação, mas de interpretação. Mas, para que isso fique
20 colcoado de uma forma mais clara, gostaria, nessa reunião que podem organizar, de ter a
21 presença de um dos advogados que foi contratado. A equipe de advogados fez um estudo
22 profundo de todo esse dossiê e apontou todas as falhas, desde o início. O material é extenso,
23 mas vai pedir que eles façam um resumo de tudo isso e apresentem na reunião, para que os
24 colegas tenham conhecimento realmente do que aconteceu em todo esse processo. O
25 MAGNÍFICO REITOR diz que existem muitas interpretações diferentes, e isso também está
26 ocorrendo na questão da mudança de regime CLT para Esunicamp. Pessoas que acham que têm
27 direito de recorrer, mas já foi decidido no Supremo. O Conselheiro NOEL DOS SANTOS
28 CARVALHO diz que acha boa a proposta de reunião, porque o problema de tudo isso que está
29 acontecendo é a insegurança que isso gera, e nessa reunião podem aproveitar para discutir esse
30 procedimento. Seria importante tirar dessa história uma boa decisão, e dessa boa decisão um
31 procedimento para operarem de uma maneira mais tranquila, com segurança. Reforça o pedido
32 de retirar da pauta. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que recebem no
33 Consu vários pedidos de reconsideração de punição de Reitor, e este lhe chama a atenção pelo
34 seguinte fato: a prefeitura de Itatiba processa a Unicamp, que se defende. Há alguns trechos das
35 defesas da Unicamp que estão copiados e colados no recurso, e pelo que entende, a
36 Universidade se defende dizendo que ela fez tudo o que deveria fazer. Perde na primeira
37 instância, perde na segunda instância, perde na Justiça. Depois há uma CPP, que chega à
38 conclusão de que o docente tem alguma culpa na história, ou seja, dizendo que na verdade a
39 Universidade não entregou. Esse aspecto desse recurso é que lhe chama a atenção e faz que ele
40 pareça estranho. Todo esse processo lhe parece bastante estranho, porque no primeiro momento

a Universidade se defende, dizendo que não tem culpa, e agora o docente recebeu uma punição, que vão decidir se será aplicada ou não. Por isso que talvez esse assunto, de fato, precise de mais esclarecimentos. Esse comportamento da Unicamp em um primeiro momento se defendendo, dizendo que fez tudo certo, e depois, ao receber a punição da justiça, decide que não, que estava errada mesmo, e agora vai punir o docente. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a Procuradoria Geral sempre defende a Unicamp, seja lá do que for. A alternativa seria confessar, dizer que estava errada mesmo, mas tentam fazer a defesa da Universidade com base nas informações que receberam. Só que chega ao final e se conclui que ela estava errada mesmo. Se é um caso em que realmente está nítido que houve um erro, às vezes tem mandado de segurança, a PG solicita que se anule o ato, porque está claramente ilegal, e avisam que já corrigiram etc. Mas nesse caso de indenização, não faria sentido já confessar que a Universidade errou e entregar R\$700 mil, que era o valor da época. Confirmou com a equipe da PG que essa foi a diferença entre o recebido e o entregue, portanto não foi o total do convênio, mas com a atualização o valor já está em R\$1,5 milhão. Então, confirmado que a Unicamp não entregou, por decisão judicial, precisaram apurar o que aconteceu, quem era o executor do convênio e realizar uma análise disciplinar. Como servidor público e como executor do convênio, quais as obrigações do docente que não foram cumpridas e que geraram prejuízo para a Universidade. O prejuízo, o ressarcimento é decorrência dessa análise toda. Então, disciplinarmente, ele cometeu várias faltas que implicaram o enquadramento de uma infração de natureza gravíssima. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que a PG fez exatamente o seu papel, talvez a CPP também tenha feito, mas isso gerou resultados, de certa forma, contraditórios. O MAGNÍFICO REITOR diz que faz parte do pacote da discussão. Reitera a proposta de que organizem conversas para poder deixar essas coisas mais claras. É importante que haja diferentes olhares sobre o assunto, mas não tem muito jeito de não se basearem nos elementos factuais que permitam validar uma ou outra decisão. Não havendo mais observações, submete à votação a retirada de pauta da matéria, que é aprovada com 53 votos favoráveis, 01 voto contrário e 02 abstenções. Passa ao item 24 – Proc. nº 01-P-23571/2021 –, que trata de recurso interposto por Paulo Cesar Pires Rosa contra o ato de punição de suspensão de 15 dias e da determinação de devolução da diferença de vencimentos indevidamente recebida, nos termos do art. 20, § 13 da Deliberação Consu-A-02/01, no período de descumprimento do RDIDP (16.04.18 a 27.11.20) e correspondente à diferença de vencimentos entre os regimes RDIDP e o RTC. Destaque do professor Jörg Kobarg. O Conselheiro JÖRG KOBARG diz que a solicitação também é pedir retirada de pauta. O principal argumento é que assumiu a direção da Faculdade em agosto do ano passado, e os acontecimentos desse processo, cuja punição ao docente já está acontecendo, ocorreram na última e na penúltima gestão. Isso veio à tona na última gestão e tomou conhecimento quando foi disponibilizada a pauta deste Consu, portanto não teve tempo suficiente de entender tudo o que aconteceu, falar com pessoas sobre isso, e realmente tomar uma decisão de como proceder neste caso. Não teria condições de fazer como o professor Hugo, que fez toda uma defesa, resumiu o processo, pois o processo tem 200 páginas, e apesar de ser um processo interno da

1 Unicamp, ele é um pouco mais complexo ainda, porque trata de dois aspectos, a conduta ética
 2 e o infringimento do regime integral de trabalho. Solicita a retirada de pauta para ter um pouco
 3 mais de tempo e no próximo Consu discutir isso com maior profundidade, talvez apresentar
 4 novos elementos de defesa, talvez novas provas. O MAGNÍFICO REITOR diz que, por uma
 5 questão de isonomia em relação ao item anterior, deveriam ser favoráveis à retirada de pauta
 6 também. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO esclarece que é um
 7 caso que foi apurado pela CPP por descumprimento do RDIDP, pelo docente ter atuado em
 8 pesquisas com a empresa Aprosoja sem autorização das instâncias competentes da
 9 Universidade. Também havia um conflito de interesse na pesquisa da Aprosoja, que era
 10 financiadora e interessada na pesquisa, e também escolhia os trabalhadores, os laboratórios que
 11 faziam as análises clínicas das amostras. Então, havia um claro conflito de interesses na
 12 pesquisa. Isso tudo foi apurado, identificou-se que realmente houve descumprimento do
 13 RDIDP, e foi proposta a penalidade, neste caso foi considerado grave, por isso a penalidade é
 14 de suspensão de 15 dias e o ressarcimento pelo período descumprido entre o RDIDP e o RTC.
 15 O MAGNÍFICO REITOR pergunta se não tinha nenhum convênio ou nenhuma área de
 16 prestação de contas na Funcamp. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO
 17 diz que, pelo que saiba, não havia essa aprovação; é um caso bastante complexo por conta da
 18 própria pesquisa, houve vários assuntos envolvendo isso, mas esse processo especificamente
 19 tratou só do RDIDP. Mas é um assunto mais amplo e mais complexo por conta desse conflito
 20 na pesquisa. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a
 21 retirada de pauta da matéria, que é aprovada com 44 votos favoráveis, 04 contrários e 03
 22 abstenções. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, passa ao Expediente dos seguintes
 23 assuntos: A – Comissões Permanentes do Conselho Universitário – Indicação de Membros –
 24 Artigo 11, § 3º, do Regimento Interno do Consu – Deliberação Consu-A-18/2002 – 01) Proc.
 25 nº 01-P-4124/1987, da Comissão de Orçamento e Patrimônio – I) Indicação de 04 Diretores de
 26 Unidades de Ensino e Pesquisa e respectivos suplentes das áreas de: Ciências Exatas, Ciências
 27 Biomédicas, Ciências Humanas, Sociais e Artes e Ciências da Engenharia (01 de cada) e II)
 28 Ciência das indicações da representação dos Servidores Técnico-Administrativos e da
 29 representação Discente para compor a Comissão, como segue: Área de Ciências Exatas: Titular:
 30 Prof. Dr. Cláudio Francisco Tormena – IQ e Suplente: Profa. Dra. Mônica Alonso Cotta –
 31 IFGW (até 31.07.25). Área de Ciências Biomédicas: Titular: Prof. Dr. Odilon José Roble – FEF
 32 e Suplente: Prof. Dr. Flávio Henrique Baggio Aguiar – FOP. Área de Ciências Humanas,
 33 Sociais e Artes: Titular: Prof. Dr. Célio Hiratuka – IE e Suplente: Prof. Dr. Petrilson Alan
 34 Pinheiro da Silva – IEL. Área de Ciências da Engenharia: Titular: Prof. Dr. Arnaldo César da
 35 Silva Walter – FEM e Suplente: Prof. Dr. Leonardo Lorenzo Bravo Roger – FT. Representação
 36 dos Servidores Técnico-Administrativos: 1º ano: Titular: Matheus da Silva Marcheti Martins –
 37 Educorp e Suplente: José Luis Pio Romera – Prefeitura. 2º ano: Titular: José Luis Pio Romera
 38 – Prefeitura e Suplente: Matheus da Silva Marcheti Martins – Educorp. Representação
 39 Discente: Titular: Laura Rinco Hassen Khaddour – IE (graduação) e Suplente: Luara Souza de
 40 Oliveira – IFCH (graduação). 02) Proc. nº 01-P-4125/1987, da Comissão de Legislação e

1 Normas – Ciência da indicação da representação dos Servidores Técnico-Administrativos e dos
2 Servidores da Carreira Pq para compor a Comissão, membros suplentes, como segue: 1º ano:
3 Suplente: Bruno Gomes Ximenes – IB (Técnico-Administrativo). 2º ano: Suplente: Ana Maria
4 Alves Carneiro da Silva – NEPP (Pesquisadora). B – Comissão de Vagas Não Docentes –
5 Indicação de Membros – Deliberação Consu-A-18/2013 – 03) Proc. nº 01-P-3972/1999 – I)
6 Ciência da indicação da representação dos Servidores Técnico-Administrativos; e II) Indicação
7 de representantes dos Diretores de Unidades de Ensino e Pesquisa para compor a Comissão,
8 como segue: Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos: 1º ano: Titular: Elaine
9 dos Santos José – DGA e Suplente: Claudio José Servato – Cemeq. 2º ano: Titular: Claudio
10 José Servato – Cemeq e Suplente: Elaine dos Santos José – DGA. Representantes dos Diretores
11 de Unidades de Ensino e Pesquisa. Área de Ciências Biomédicas: Titular: Prof. Dr. Hernandes
12 Faustino de Carvalho – IB e Suplente: Prof. Dr. Jörg Kobarg – FCF. Área de Ciências Humanas,
13 Sociais e Artes: Titular: Prof. Dr. Fernando Augusto de Almeida Hashimoto – IA e Suplente:
14 Profa. Dra. Debora Cristina Jeffrey – FE. C – Comissão de Planejamento Estratégico
15 Institucional – Indicação de Membros – Deliberação Consu-A-15/2001 – 04) Proc. nº 01-D-
16 5753/2020 – Ciência da indicação da representação dos Servidores Técnico-Administrativos e
17 da representação Discente para compor a Comissão, como segue: Representantes dos
18 Servidores Técnico-Administrativos: 1º ano: Titular: Higor Campos do Nascimento – Caism e
19 Suplente: Matheus da Silva Marcheti Martins – Educorp. 2º ano: Titular: Matheus da Silva
20 Marcheti Martins – Educorp e Suplente: Higor Campos do Nascimento – Caism. Representação
21 Discente: Titular: Douglas Felipe Speck – Imecc (graduação) e Suplente: Cláudio Roberto
22 Soldera – Feagri (pós-graduação). D – Câmara Interna de Desenvolvimento dos Funcionários
23 – Indicação de Membros – Deliberação Consu-24/2013 – 05) Proc. nº 01-D-49096/2023 –
24 Ciência das indicações da representação dos Servidores Técnico-Administrativos para compor
25 a Câmara, como segue: Titular: Bruno Gomes Ximenes – IB e Titular: Giovanna da Costa
26 Romaro – FE. G - Comissão Central de Extensão – Indicação de Membros – Deliberação
27 Consu-A-53/2020 – 08) Proc. nº 01-P-12504/2020 – Ciência das indicações da representação
28 dos Servidores Técnico-Administrativos para compor a Comissão, como segue: Titular: Adilton
29 Dorival Leite – GR e Suplente: Higor Campos do Nascimento – Caism. H – Comissão Especial
30 de Contagem de Tempo – Indicação de Membro – Deliberação Consu-A-14/2000 – 09) Proc.
31 nº 01-P-17837/2000 – Ciência da indicação da representação dos Servidores Técnico-
32 Administrativos para compor a Comissão, como segue: Titular: Elaine dos Santos José – DGA.
33 J – Relatórios – a) Relatório de Avaliação – Planes 2021-2025 – 11) Proc. nº 01-P-48171/2023
34 – Relatório de Avaliação de Meio Termo do Planes 2021-2025 – Deliberação Copei-03/25. b)
35 Sistema de Controle Interno – Relatório Anual – Deliberação Consu-A-08/19 – 12) Proc. nº 42-
36 P-15256/2024 – Relatório Anual de Atividades do Sistema de Controle Interno (SCI) –
37 Exercício 2024 – Despacho SCI-01/25. c) Relatório Anual do Faepex – Deliberação Consu-A-
38 24/2003 – 13) Proc. nº 01-P-36130/2024 – Relatório anual do Fundo de Apoio ao Ensino,
39 Pesquisa e Extensão (Faepex) referente ao exercício de 2024 – Deliberação Faepex-03/25 e
40 Memo. Faepex-05/25. d) Relatório Final de GT – 14) Proc. nº 01-P-18477/2024 – Relatório

1 Final do Grupo de Trabalho para discussão sobre as especificidades da carreira docente da
2 Unicamp, instituído pela Portaria GR-52/2024 – Ofício PRPG-35/25. Chama atenção para os
3 seguintes itens do Expediente que têm necessidade de indicação de representantes discentes:
4 item 06 – Proc. nº 01-P-4289/2019, do Conselho de Cultura –, que trata das indicações da
5 representação dos Servidores Técnico-Administrativos e da representação Discente para
6 compor o Conselho, como segue: Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos.
7 Titulares: Giovanna da Costa Romaro – FE e Higor Campos do Nascimento – Caism. Suplentes:
8 Bruno Gomes Ximenes – IB e Matheus da Silva Marcheti Martins – Educorp. Representação
9 Discente: Titulares (graduação): Rayan Gabriel Rodrigues da Silva – FE e Luara Souza de
10 Oliveira – IFCH. Titulares (pós-graduação): Gabriela Leme Lamana – FCM e aguardando mais
11 uma indicação. Suplentes (graduação): Aguardando duas indicações. Suplentes (pós-
12 graduação): Aguardando indicações; item 07 – Proc. nº 01-P-35389/2023, do Conselho
13 Consultivo de Permanência Estudantil da Deape –, que trata das indicações da representação
14 dos Servidores Técnico-Administrativos e da representação Discente para compor o Conselho
15 Consultivo, como segue: Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos: Titular:
16 Giovanna da Costa Romaro – FE e Suplente: José Luis Pio Romera – Prefeitura. Representação
17 Discente: Titular: Amanda dos Santos de Deus – FCA (graduação) e Titular: Beatriz Cardoso
18 Nascimento – IC (pós-graduação). Suplente: aguardando duas indicações; item 10 – Proc. nº
19 01-P-13759/2020, da Comissão de Integridade em Pesquisa da Unicamp –, que trata de
20 indicação da representação Discente, como segue: Titular (pós-graduação): Cláudio Roberto
21 Soldera – Feagri e Titular (graduação): aguardando indicação. Solicita que bancada discente
22 entre em contato com a Secretaria Geral para fazer essas indicações, com o objetivo de dar
23 andamento ao funcionamento dessas comissões. Em seguida, passa a palavra aos inscritos no
24 Expediente. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO chama a atenção, no Expediente, para
25 o relatório final do GT que abordou as especificidades da carreira docente na Unicamp. O GT
26 foi composto majoritariamente por membros deste Conselho Universitário, foi realizada uma
27 bela discussão sobre um problema bastante sério na Universidade, dos constrangimentos que a
28 carreira docente veio tendo a partir das reformas previdenciárias, a partir das questões óbvias,
29 básicas, de permanência dos professores aqui, da própria atratividade da docência aqui na
30 Unicamp, da permanência desses professores e de como eles fazem com a sua carreira. Claro
31 que não discutiram nesse GT as questões da previdência, não era o objetivo desse GT discutir
32 as reformas previdenciárias, mas estudar, no âmbito interno da Unicamp, ou mesmo das três
33 universidades estaduais paulistas, quais seriam possibilidades de dar conta dessa questão,
34 desses constrangimentos que hoje afetam uma boa parte do corpo docente da Universidade.
35 Trata-se dos grupos dos contratados de 2003 para frente e os contratados de 2013 para frente,
36 que possuem implicações distintas das reformas previdenciárias que houve nesse período. As
37 conclusões são claras e o GT fez propostas que abrangem o Cruesp, que é de uma reformulação
38 da tabela de vencimentos das três universidades, promovendo a valorização dos docentes no
39 seu ingresso de carreira, bem como a valorização dos docentes no seu topo de carreira, e como
40 consideram essa trajetória entre uma coisa e outra para ter salários mais robustos frente aos

1 constrangimentos gerados pelas aposentadorias distintas. O GT faz também uma sugestão com
2 relação ao quase último nível de carreira, que é o MS-5.3, por conta de que nenhuma das três
3 universidades terá número de cargos para titular suficiente para todos chegarem ao topo da
4 carreira. Portanto, precisam dar conta dessa diferenciação de salário, de fato, ou seja, o salário
5 do MS-5.3 aproximar-se do salário do professor titular com cargo. E há propostas no âmbito
6 interno, regulamentos que talvez digam respeito à própria mudança de observação do perfil de
7 carreira. Uma das principais sugestões é pedir que as unidades revejam os seus perfis de
8 carreira, para tentar constituir trajetórias adequadas aos 25, 30 anos ou até mais anos de vida
9 aqui dentro. E, finalmente, o GT faz uma proposição, que precisa ter um formato institucional,
10 porque implica uma reforma dos Estatutos, que é a de eliminação do interstício para que o
11 professor livre-docente se submeta ao concurso de professor titular. Existe o interstício de cinco
12 anos e fazem uma proposta para que isso seja revisto. O GT discutiu muito coesamente tudo
13 isso e agora cabe à próxima gestão da Universidade encaminhar essas propostas, seja ao Cruesp,
14 seja aqui internamente. O MAGNÍFICO REITOR diz que, na última reunião do Cruesp,
15 comentou que havia um grupo discutindo isso na Unicamp e eles pediram o encaminhamento
16 do relatório e uma reunião do Cruesp para discutir a carreira MS. É a carreira mais comum das
17 três universidades, então não é possível mudar sem ter um alinhamento com as outras duas
18 universidades. Essa questão será tratada pela próxima gestão da Unicamp, a Unesp também está
19 com uma gestão nova, a USP ainda tem esse ano todo de gestão, mas acha que é possível fazer
20 uma modificação que promova impacto em um prazo relativamente curto. O Conselheiro
21 MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que esta é sua última reunião do Consu, amanhã acontece
22 a posse da professora Milena, atual diretora associada, que vai assumir a direção da FCA
23 juntamente com o professor Cristiano Torezzan. Agradece à Reitoria pela atenção à FCA
24 durante esses quatro anos, o cuidado que teve com as questões relacionadas à Faculdade.
25 Agradece aos professores Ivan, Fernando Sarti, Fernando Coelho, Maria Luiza, Rachel, Ana
26 Maria, e especialmente ao professor Antonio José, por ter coordenado essa equipe, e a todos os
27 colegas aqui do Consu. É uma experiência incrível ouvir opiniões de pessoas com formações
28 tão diferentes sobre assuntos tão importantes, é um aprendizado. O Conselheiro MÁRCIO
29 ANTÔNIO CATAIA diz que este é seu último Conselho Universitário, agradece a toda a
30 bancada desta gestão pelo apoio que deram em todas as solicitações do IG, a todos os colegas
31 com quem conviveu. Contribuiu com o que pôde, nas câmaras, grupos de trabalho, comissões,
32 e aprendeu mais do que esperava. É um privilégio estar aqui com todos que pensam a
33 Universidade e tomam decisões. O Conselheiro CLÁUDIO FRANCISCO TORMENA
34 parabeniza o professor Antonio José e equipe e diz que foi muito bom trabalhar com eles.
35 Agradece todo o empenho da Administração Central nos problemas que tiveram em relação a
36 estabelecer o escritório de produtos controlados, que é uma coisa que atinge diretamente o IQ,
37 e isso se resolveu ao longo desses quatro anos. Relata que o Instituto está com alguns problemas
38 frente a concursos, como o concurso para Químico, cuja abertura foi solicitada em 23 de agosto
39 de 2023. Segundo a informação que obtiveram da DGRH, esse concurso está no segundo lote
40 na PG, está sendo analisado, e vai ser realizado pela Funcamp, mas não tem previsão nem de

1 início e muito menos de término. Observa que isso impacta a rotina da unidade. Além do
2 concurso para químico, também existe solicitação feita em março de 2024 de concurso para
3 Técnico em Química, que também impacta tanto o IQ como provavelmente outras unidades.
4 Segundo a informação, está no terceiro lote na PG, também será realizado pela Funcamp e
5 também não tem previsão. Registra isso para a próxima gestão como algo importante para dar
6 andamento às atividades do Instituto. A Conselheira GIOVANNA DA COSTA ROMARO diz
7 que é representante nova aqui no Conselho Universitário, funcionária da Faculdade de
8 Educação e da bancada Paepe. É uma mulher branca, de cabelos curtos, tingidos de colorido,
9 está usando uma blusa preta com bolinhas brancas e um cordão de girassóis. Traz uma questão
10 bem delicada que precisam tratar com seriedade e urgência na Universidade, que é a saúde
11 mental dos trabalhadores da Universidade e a forma como a Instituição tem entendido ou
12 deixado de responder a esse problema. No pós-pandemia, viram um aumento de adoecimentos
13 por saúde mental e de afastamento no trabalho. Segundo a OMS, 86% da população brasileira
14 sofre com algum transtorno mental. Recentemente, o INSS apontou um aumento de 76% dos
15 auxílios-doença por ansiedade, sendo a principal causa de afastamento no Brasil pelo quarto
16 ano consecutivo. Os casos de adoecimento psíquico aumentam a cada ano e os afastamentos
17 por transtornos mentais são constantes. No entanto, não há base de dados para trabalhar sobre
18 isso aqui na Unicamp, a Universidade não fornece indicadores detalhados ao sindicato e à
19 comunidade, e isso dificulta o desenvolvimento de políticas preventivas. A falta de políticas de
20 prevenção também promove uma piora nas condições de trabalho; têm percebido um aumento
21 no adoecimento entre os servidores técnico-administrativos, além do aumento nos casos de
22 tentativa de suicídio. Notam que a Universidade tem debatido esse tema mais voltado para a
23 saúde mental dos estudantes e dos docentes, mas pouco sendo debatido em relação à saúde
24 mental dos trabalhadores técnico-administrativos e as suas condições de trabalho no pós-
25 pandemia. Além da falta de dados, de políticas preventivas e de debates sobre o assunto, a
26 Unicamp também não possui um protocolo de como agir na posvenção. A falta desse protocolo
27 abre brechas para que gestores de unidades e órgãos tomem as atitudes sem ter nenhuma
28 referência. Pode citar, por exemplo, um caso que ocorreu no ano passado em que um servidor
29 retirou a própria vida no local de trabalho e a unidade suspendeu as aulas, liberando docentes e
30 estudantes de estarem no local, porém mantendo os funcionários trabalhando. Ações como essa,
31 sem ter um protocolo de referência, acabam sendo usadas como exemplo de posvenção em
32 eventos da Universidade, como aconteceu na semana passada, e isso é muito grave. Precisam
33 urgentemente de um protocolo para esses casos, assim como de equipes multidisciplinares que
34 possam orientar a comunidade em como agir, mas também acolher as pessoas que necessitam.
35 A saúde mental no trabalho não pode ser reduzida a uma abordagem individualizante, onde a
36 responsabilidade pelo adoecimento recai sempre sobre o indivíduo, e não sobre as condições de
37 trabalho. Eventos pontuais, campanhas esporádicas e discursos motivacionais não resolvem
38 sobrecarga, precarização, terceirização, assédio moral e ausência de suporte adequado. O que
39 querem é que os trabalhadores sejam ouvidos, que seja feito um debate sério sobre o que está
40 acontecendo, que haja mudanças para que novas tragédias não aconteçam e que a Unicamp trate

1 essa questão com a gravidade que ela exige. Já existe uma recomendação clara para o TAC do
 2 assédio moral, para que ele seja cumprido, garantindo transparência nos dados, mecanismos
 3 efetivos de acolhimento, mas a Unicamp segue negligenciando essa responsabilidade, inclusive
 4 com ações frequentes de acusação contra as vítimas. Precisam de mudanças concretas, como a
 5 criação de um sistema de vigilância em saúde mental do trabalhador com participação da Cipa,
 6 do STU e de outras instâncias, ampliação do atendimento psicológico no Cecom com
 7 profissionais capacitados para lidar com as condições laborais, discriminações e as opressões
 8 estruturais. Também a implementação da NR-1, que obriga a instituição a garantir um ambiente
 9 de trabalho psicologicamente saudável, além da aproximação com a rede Margarida e outras
 10 iniciativas que possam contribuir na construção de políticas eficazes de acolhimento posvenção.
 11 Não podem continuar tratando a saúde mental dos trabalhadores como um problema secundário
 12 ou como uma questão individual. Cada caso de sofrimento, de afastamento e, sobretudo, cada
 13 vida perdida, deve ser um alerta de que o modelo atual precisa ser revisto urgentemente. E aqui
 14 podem falar, inclusive, sobre redução de jornada. A Universidade é feita pelos trabalhadores,
 15 portanto garantir as condições para que possam exercer suas funções com saúde e segurança
 16 não é um favor, é uma obrigação institucional. Precisam transformar os locais de trabalho em
 17 espaços de vida, e não de sofrimento. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO
 18 AGUIAR parabeniza os professores Márcio Torsoni e Márcio Cataia pela administração que
 19 fizeram, pela educação que tiveram nas discussões, pela assertividade. São exemplo para todos
 20 e farão falta. Comenta a entrega do prédio novo da FOP, da qual participou o professor Antonio
 21 José. Trata-se do Centro Clínico Multidisciplinar, idealizado em 2000, que começou a ser
 22 construído em 2008 e paralisado em 2010. Em 2013, conseguiram verba para fazer um novo
 23 projeto para esse prédio e mais um outro prédio. A licitação de projeto, depois da licitação para
 24 execução da obra, durou até 2016. Em 2017, um desses prédios começou a ser construído, mas
 25 foi paralisado em julho do mesmo ano, com a Universidade sendo responsável por pagar uma
 26 multa à empresa. Toda a parte que tinha sido feita para a construção desse prédio foi perdida
 27 em 2017. A FOP necessita de um espaço clínico, e o espaço que havia antes, que abrigava 90
 28 alunos, era um espaço no qual a distância entre duas cadeiras era de 40 centímetros e nesse
 29 espaço de 40 centímetros cabia duas cadeiras, dois assentos de dentistas, que chamam de
 30 mocho, e ficava impossível para o docente, paciente, funcionário ou aluno atravessar esse
 31 espaço, se precisasse passar. Questão de biossegurança não havia nesse momento. Fizeram
 32 vários apelos à Reitoria à época para que a obra continuasse e nenhum deles foi atendido,
 33 infelizmente, até que, em razão da pandemia, a clínica foi fechada pela Vigilância Sanitária. E
 34 então foi feita uma reforma às pressas que diminuiu a capacidade de atendimento de 90 alunos
 35 para 35 alunos por vez, sendo que os alunos tinham que se revezar no atendimento aos
 36 pacientes. Após isso, a Faculdade teve todo o apoio da Reitoria do professor Antonio José, para
 37 que conseguissem pelo menos terminar um dos prédios, que foi entregue no último dia 24 de
 38 março, e pudessem voltar a fazer o atendimento com todos os alunos ao mesmo tempo, voltando
 39 à capacidade normal de atendimento dos pacientes. Então, aproveita para fazer um
 40 agradecimento formal a todos desta Reitoria, professores Ivan, Fernando Coelho, Maria Luiza,

Rachel, Ana Maria, Fernando Sarti e Antonio José, que tiveram entendimento da necessidade que a FOP passava e do que aquela obra representaria para a Faculdade. O prédio finalmente foi finalizado e estão agora na fase de aquisição de cadeiras, autoclaves e outros equipamentos. Também faz um agradecimento pelo apoio à permanência dos alunos da FOP; chegou a usar a expressão aqui dentro deste Conselho Universitário que os alunos da FOP eram invisíveis perante todos, porque a questão de permanência sempre foi muito forte em Piracicaba e não tinham apoio nenhum. O MAGNÍFICO REITOR agradece ao professor Flávio pelas palavras. Diz que o prédio é realmente muito bonito, e foi uma licitação que, pelo menos nesse final, deu certo. O prédio, na verdade, era só o esqueleto, um grande criador de samambaias, e virou um prédio extremamente bonito. Agora, falta equipá-lo para que tenha pleno uso. Parabeniza a FOP por essa realização. O Conselheiro REGINALDO ALVES DO NASCIMENTO diz que é trabalhador do IFCH e também eleito na nova bancada, como primeiro suplente. Tem 38 anos, pele branca, cabelos castanhos e usa camiseta verde. Ele e a conselheira Giovanna fizeram uma campanha coletiva e foram eleitos, principalmente com base no debate sobre a questão da isonomia e na importância da dignidade do trabalho. Reivindica aqui a fala da conselheira Giovanna, que acabou de trazer elementos muito importantes sobre essa temática, a melhora das condições de trabalho para os servidores Paepe dentro da Universidade, e que envolve também questões como o ponto eletrônico e agora, mais recentemente, os fretados, que estão em situação caótica para muitos servidores. Defendem também maior participação dos servidores nos órgãos decisórios e querem trazer isso para o centro do debate, reconhecendo a importância e o papel central dos servidores técnico-administrativos na dinâmica da Universidade. A proposta é trazer essas questões ao centro e contribuir nas diversas pautas, pois acreditam que o olhar do servidor técnico-administrativo pode enriquecer praticamente todas as discussões. Também vai tratar dos acontecimentos das últimas semanas na Universidade, especialmente porque é o instituto onde trabalha, o IFCH, que está sofrendo ataques que, embora concentrados ali, atingem toda a Universidade. São ataques ao que é pesquisado, a como se encara a universidade pública, e isso afeta também os trabalhadores. Em vários vídeos divulgados, servidores técnico-administrativos foram abordados de forma desrespeitosa. Já houve manifestação da direção do IFCH, que aproveita para saudar, pois tem tido um comportamento exemplar e fundamental para garantir a continuidade dos trabalhos e a proteção de todos. Também foi importante o posicionamento do senhor Reitor nesse período, e acreditam que mais posicionamentos como esse são necessários para garantir um espaço de convivência fraterna na Universidade. Também traz as repercussões da votação da semana passada sobre cotas; parte das movimentações que viram está relacionada a essa votação, e também manifestações que têm acontecido fora, inclusive deputados estaduais estão se mobilizando contra a decisão tomada. Precisam estar atentos e se posicionar, pois isso representa um ataque à autonomia e à visão de Universidade que defendem e que é importante reivindicar. Aproveita para informar que, na próxima quinta-feira, os vereadores progressistas da cidade estão chamando um ato de desagravo na Câmara de Campinas, em resposta aos acontecimentos recentes, que envolveram inclusive um vereador da cidade. Fica o convite a toda a comunidade

1 para participar, mostrar sua cara e reafirmar a importância da Universidade na Câmara
 2 Municipal, às 15h. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA cumprimenta
 3 os colegas Márcio Torsoni e Márcio Cataia pelo término da gestão, desejando sucesso na nova
 4 fase, e diz que foi um prazer estar com eles parte desse tempo. Cumprimenta também a Reitoria
 5 que está finalizando o mandato, com a qual o IEL sempre teve um diálogo muito importante.
 6 Agradece por todo o empenho, falando em nome do IEL, mas também da Universidade como
 7 um todo. Um dia vão ainda celebrar um novo prédio da biblioteca, que pegou fogo em 2013,
 8 mas a licitação foi publicada, então a coisa deve andar. Agradece muito o empenho. Tem dois
 9 informes: amanhã, dia 09 de abril, iniciarão o ciclo de atividades culturais e acadêmicas
 10 “Cultura Popular, Sustentabilidade e Linguagem”, uma iniciativa que propõe uma programação
 11 interdisciplinar, que abordará sustentabilidade, por meio de exposições, exposições e mesas-
 12 redondas destacando manifestações culturais populares, especialmente cordéis e xilogravuras
 13 do acervo do Centro de Documentação Alexandre Eulálio, o Cedae, do IEL. O ciclo foi
 14 contemplado pelo edital de premiação de projetos artísticos e culturais de 2024 da DCult, então
 15 agradece à Pró-Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura. Conta ainda com apoio da Deape, do
 16 Grupo de Pesquisa Educação Linguística, Virtualidade e Sustentabilidade e do Laboratório de
 17 Gravuras do Instituto de Artes, ao qual agradece. A abertura será às 11h30 no Centro Cultural
 18 do IEL, com apresentação do cordelista Samuel de Monteiro às 12h e uma oficina de
 19 xilogravuras das 13h às 16h com o xilomóvel. O segundo informe é que, no dia 10, haverá uma
 20 palestra com o professor Ângelo Martins, da Universidade de Birmingham, cujo título é
 21 “Avaliando e evidenciando o impacto da pesquisa: explorando experiências britânicas”. É uma
 22 palestra sobre tendências da produção científica e temas considerados relevantes na área de
 23 internacionalização. Vai ocorrer no miniauditório do Centro Cultural do IEL, às 16 horas, e
 24 estão todos convidados. O Conselheiro GUILHERME DO VAL TOLEDO PRADO agradece
 25 a esta Reitoria, em nome da professora Débora Jeffrey, da Faculdade de Educação, porque
 26 realmente a gestão deu um grande apoio em todas as dimensões da Faculdade de Educação, em
 27 convênios, por exemplo, um deles celebrado com a Universidade de Maputo, em Moçambique.
 28 A professora Débora lembrou que a posição da Faculdade subiu no Times Higher Education,
 29 conferindo não só à Faculdade de Educação mas também à Unicamp um novo posicionamento
 30 no *ranking* internacional. Toda a gestão da Reitoria nesse processo de internalização gerou
 31 bastante frutos. O último deles foi a delegação russa que receberam; uma professora de São
 32 Petersburgo fez uma visita à Faculdade de Educação e já se comprometeu a dar continuidade
 33 àquilo que o professor Antonio José construiu na visita que fez às universidades russas a partir
 34 de outubro. Então, mais uma vez agradece esta Reitoria e a Faculdade também tem alguns
 35 pontos para a nova Reitoria que mais à frente indicará. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA
 36 MARCHETTI MARTINS diz que esta é uma sessão histórica, por tantas lutas que aconteceram
 37 aqui, mas também é a última sessão do Consu para muitos e a primeira para tantos outros. Para
 38 a bancada Paepe, é o início de uma nova representação, e fará uma recapitulação rápida daquilo
 39 que foram os últimos dois anos. Para ele, esses dois anos foram anos de muitas lutas, lutas
 40 intensas, e também de muitas conquistas. Mas tiveram a demonstração de que a menor bancada

1 do Consu, quando unida, pode fazer muito. São muito diferentes em posicionamentos,
 2 interpretações, formas de atuar, com ideias muito divergentes, como a comunidade também é.
 3 Mas esse grupo lutou nas diversas câmaras e conquistou: uma licença-paternidade um pouco
 4 mais justa para as mães, para as novas vidas e até para os próprios pais e sociedade; um auxílio-
 5 refeição digno, que era uma luta de muito tempo; melhorias nas carreiras com a manutenção de
 6 recursos e nova forma de distribuição pelas unidades; a democratização do acesso ao
 7 reconhecimento financeiro pelo trabalho; uma sessão extraordinária no Consu para discutir o
 8 ponto eletrônico e mostrar que nem sempre são ouvidos ou a forma do diálogo não está correta;
 9 um piloto, ainda que embrionário, sobre um sistema de trabalho remoto, para o qual irão buscar
 10 uma ampliação e a democratização; um auxílio-saúde, com uma proposta escrita e enviada em
 11 agosto de 2023. Há muito o que fazer nessa nova representação, começando pelo direito da
 12 dignidade à vida, do existir, da equidade de direitos, do reconhecimento e do respeito. Nas
 13 últimas semanas, pôde conversar com algumas pessoas que relataram situações que não
 14 deveriam acontecer em lugar nenhum, mas demonstram e escancaram que a Universidade ainda
 15 trabalha com algumas castas. Lamentável ouvir que há Paepe que não pode assinar ou escrever
 16 um artigo e colocar como sendo autor porque o laboratório é de um determinado docente. Ou
 17 então, mesmo depois de ter realizado toda a investigação, validação e revisão de todo um
 18 processo não pode nem ser considerado como coautor porque simplesmente é um Paepe. Ou
 19 depois de ser convidado para dar uma aula de uma técnica específica, de domínio exclusivo
 20 desse profissional no Brasil, em outro continente, com todas as despesas cobertas por quem o
 21 convidou, brigar para conseguir simplesmente um afastamento de alguns dias, pois não é função
 22 de Paepe dar aula ou fazer palestras. Ou, após dizer que não compartilha das mesmas ideologias
 23 e vertentes políticas de alguns gestores, o Paepe ser perseguido, humilhado, desrespeitado, ou,
 24 nos termos modernos, até cancelado. Ou então que alguns querem anular as causas do ambiente
 25 tóxico, nocivo, regado de gritos, histerias, em demonstrações claras de “quem manda aqui sou
 26 eu”, acusando o outro de não lidar bem com questões pessoais e de foro íntimo. Ou quando o
 27 próprio Regimento da Universidade é rasgado quando se nega a participação de formação
 28 acadêmica dos servidores Paepe porque eles foram contratados para determinado segmento.
 29 Isso quando não se alega que o desenvolvimento acadêmico ou a formação promovida pela
 30 própria Universidade é somente de cunho pessoal. Sem palavras para definir quando ouve que
 31 estão orientando os colegas a não denunciar mais assédio, pois o corporativismo ou a “passação
 32 de pano” custam a saúde mental, emocional e a própria carreira do denunciante. Fica feliz em
 33 saber que isso não é uma realidade para todos, mas ainda o é para uma parte significativa dos
 34 servidores da Carreira Paepe. A maioria dos servidores da Carreira MS não se comporta dessa
 35 forma, mas o que realmente o preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons. Não
 36 são da carreira “não docente”, não são funcionários de determinados docentes, e em alguns
 37 casos é preciso lembrar que a Lei Áurea foi instituída em 1888. São servidores técnicos,
 38 administrativos, engenheiros, professores do ensino infantil, nutricionistas, enfermeiros,
 39 técnicos de enfermagem, médicos, profissionais de pesquisas, contadores, analistas de recursos
 40 humanos, biólogos, físicos, químicos, seguranças, desenvolvedores, analistas de sistemas,

psicólogos, educadores, e tantos outros. São servidores com educação básica, sim, são técnicos, são especialistas, são mestres, são doutores, são pós-doutores. Possuem títulos, mesmo que a Universidade não reconheça, mas têm gabarito. São parte fundamental para que esta Universidade alcance as posições nos *rankings*; são eles que estão apoiando os alunos nos laboratórios, nas salas de informática, nos ambientes fora de sala de aula. São eles que estão dando auxílio jurídico, social e emocional para cada pessoa que ingressa e transpassa nos *campi*. Nesse novo período de representação, lutarão para que o reconhecimento, o respeito, a dignidade, o direito à vida, à saúde mental, à igualdade e à equidade de cada servidor Paepe sejam garantidos. Registra que os casos citados aqui não são irreais, mas foram amenizados para que não expusessem as pessoas. O Conselheiro SANDRO DIAS diz que vai relatar uma vivência de que participou, entre os dias 11 a 14 de março, uma jornada de grande aprendizado no curso Ubuntu de Educação Antirracista, na Educorp. Participaram do curso os membros da comissão permanente antirracista, recém-criada no Cotel, bem como chefes e vice-chefes de departamento, e a ideia é que o mesmo curso seja ofertado a toda a comunidade do colégio, docentes e servidores. Agradece à Educorp, na pessoa do senhor Edson Luiz, e a toda a equipe da vivência Ubuntu, na pessoa da professora Débora de Souza Santos. E isso é muito importante para eles porque têm se empenhado, verdadeiramente, em mudar a cultura no Colégio, tornando-o mais democrático, inclusivo e diverso. Informa também que em maio, entre os dias 19 a 23, ocorrerá o tradicional Cotel Arte, para o qual convida todos. O tema geral deste ano é africanidades, para reforçar esse conceito na comunidade. Agradece o apoio que esta Administração tem dado a todos esses eventos, especialmente por meio da ProEEC, que agradece no nome do professor Fernando Coelho. Agradece também à Administração Central pelo apoio que tem dado aos colégios, e diz que tem muito orgulho de ter participado ao menos em parte desta gestão, de tudo o que puderam aprovar. Tiveram muitas conquistas, mas ainda há inúmeros desafios, há muito ainda a avançar na próxima gestão. Então, aproveita para desejar uma excelente gestão aos professores César e Coelho, escolhidos pela comunidade da Unicamp. Por exemplo, na questão das demais carreiras, foi muito bom ter constituído os GTs, ter discutido com professores das demais carreiras, mas agora precisam do novo passo, avançar e aprovar a revisão mais que necessária para as demais carreiras. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS registra o falecimento do professor Ronaldo Dias, professor titular do Departamento de Estatística do Imecc, que ocorreu no dia 28 de março. Ronaldo era professor do Imecc desde 1995, um colega muito querido por todos. Manifesta os votos de pesar à família do Ronaldo e amigos, em especial à professora Nancy, sua esposa, e aos seus filhos, Anna e Alexandre. No *site* do Imecc foi publicado um texto obituário sobre o professor Ronaldo, escrito pelo colega Hedibert Lopes, do Insper, que convida todos a lerem, é bem emocionante. Por fim, parabeniza os colegas Márcio Cataia e Márcio Torsoni pelas suas gestões, agradece pelas conversas e pela convivência. E parabeniza também todos que participaram da gestão atual, em especial os pró-reitores, chefia de Gabinete, pela forma bem republicana com que conduziram a Universidade nos últimos quatro anos e pelo apoio que deram ao Imecc sempre quando solicitado e pelas demandas atendidas. A Conselheira ROBERTA CUNHA MATHEUS

1 RODRIGUES informa que no *ranking* QS das universidades por disciplinas, na área de
 2 Ciências da Vida e Medicina, a Faculdade de Enfermagem ocupou a posição entre 101 e 150
 3 dentre as melhores do mundo. A FEnf considera esse um ótimo desempenho, tendo em vista
 4 que ela é uma unidade nova, que está completando 13 anos como unidades autônoma, e também
 5 considerando o desempenho das demais faculdades de enfermagem nesse *ranking*. Entre as
 6 instituições de enfermagem brasileiras, a FEnf ocupa a segunda posição, atrás da USP. Então,
 7 esses resultados ratificam o empenho da comunidade da FEnf para posicioná-la entre as
 8 melhores do Brasil e do mundo. Agradece em seu nome e em nome da Faculdade de
 9 Enfermagem à gestão que hoje se despede, pelo apoio oferecido às atividades da Faculdade de
 10 Enfermagem. E também deseja sucesso aos professores Márcio Cataia e Márcio Torsoni,
 11 agradecendo-os pela convivência nesse período. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA
 12 parabeniza os professores Márcio Cataia e Márcio Torsoni, foi um prazer pela convivência, pela
 13 interação no grupo, pelas ideias, pela partilha nos quadros de vagas e tudo o mais. Também
 14 parabeniza a gestão, pela capacidade de diálogo, por tudo o que foi feito; faz isso também na
 15 figura do professor Antonio José e da professora Maria Luiza, citando o exemplo do projeto
 16 Dune, que deu o maior trabalho mas que recebeu apoio. Foi uma quebra de paradigma na
 17 interação externa da Unicamp com os órgãos de financiamento. Cita somente esse exemplo,
 18 mas sabe que foram muitas outras iniciativas, de que o IFGW em particular se beneficiou. Então
 19 agradece a todos que participaram da equipe, inclusive o senhor Juliano, prefeito do *campus*, a
 20 quem muitas vezes recorreu. Vai se remeter à fala da conselheira Giovanna para relatar que há
 21 aproximadamente um mês ocorreu um caso muito grave, em que quase perderam uma servidora
 22 do IFGW por questões de saúde mental. Por sorte foi alertada, em um domingo, pois estava
 23 entre a lista de contatos de segurança. A servidora estava internada no PS do HC, e não tinha
 24 condições de ficar lá; observa que o HC se solidariza em atender as pessoas, que muitas vezes
 25 ficam internadas em marcas no corredor. Essa é a realidade do SUS, e isso não é uma crítica,
 26 muito pelo contrário, é um elogio. Não sabia o que fazer, essa pessoa não tinha convênio, e
 27 então ligou para o senhor Luiz Carlos, do GGBS, que a atendeu prontamente, passou todos o
 28 apoio que a Unicamp fornece para servidores nessa condição. No dia seguinte, a senhora
 29 Patrícia Gilberti, que é a chefe do setor de serviço social do GGBS, postergou suas férias para
 30 atender a servidora e eles conseguiram colocá-la em uma internação de um convênio que o
 31 GGBS tem para questões desse tipo. Vai ler só uma frase que essa servidora lhe mandou quando
 32 estava indo para a internação: “Sou grata em níveis que ainda nem sei. A luta e a gestão
 33 humanizada valem a pena. Já acreditei muito nisso, e hoje, além de acreditar, eu sou
 34 testemunha”. Lembra que a questão da saúde mental é uma questão mundial, estão vendo a
 35 discussão sobre jovens e adolescentes agora, e nunca sabem até onde conseguem oferecer
 36 suporte. A senhora Giovanna citou um caso que aconteceu no IQ, e observa que essa pessoa
 37 estava sendo atendida, e no dia do ocorrido foi oferecida aos funcionários a dispensa, como o
 38 próprio professor Tormena lhe informou aqui. Então, gostaria que a questão da saúde mental
 39 não fosse minimizada, e que caminhem na direção de que a gestão humanizada possa ocorrer,
 40 e possam atender a maior parte dos servidores e toda a população do *campus*, inclusive

estudantes. Lembra que a pessoa que tem ideação suicida muitas vezes precisa de vigilância 24 horas, foi isso que o GGBS ofereceu para a servidora do IFGW, e fica muito grata a eles por isso. A Conselheira ANA MARIA ALVES CARNEIRO DA SILVA diz que estão celebrando os 20 anos de aniversário da Carreira de Pesquisador - Pq, criada em 2005 como um grande aperfeiçoamento da carreira TPCT. Depois foi alterada por deliberação CAD, em 2019, e mais recentemente em 2024, quando ela voltou ao regime de integralidade e exclusividade. Também houve um avanço na institucionalização do seu caráter acadêmico. É importante lembrar que nesse período houve alguns marcos importantes, como a criação da CIDP, no âmbito da CCRH, e a inclusão de representante da carreira aqui no Consu, na Cepe, e agora como suplente na CLN. No dia 14 de abril, haverá um evento organizado pela Cocen para comemorar os 20 anos da carreira, comemoração esta que vai se estender pelo restante do ano. Agradece o apoio à carreira dado pela Reitoria atual, especialmente PRDU e PRP, pelas várias ações, principalmente a inclusão de uma linha de orçamento para progressão e contratação de PQs, que ajudou a regularizar o fluxo desses processos nos últimos anos, o Programa de Incentivo aos Novos Pesquisadores. E, pensando no futuro, não podem esquecer outras pautas que lhes são caras, que passam principalmente pelo avanço da institucionalização da carreira dos Pesquisadores, sendo a principal a inclusão da carreira nos Estatutos e Regimento, onde ela hoje aparece de forma muito pontual. Vêm trabalhando em uma proposta que devem apresentar nas próximas reuniões do Consu. Também estão discutindo com a Secretária Geral a inclusão da carreira em outras instâncias de deliberação nas quais hoje ela não tem representação. Possuem algumas demandas importantes em relação à extensão, com a inclusão da carreira em todos os editais das atividades de extensão e também com a possibilidade de que sejam responsáveis por cursos de extensão. Hoje os PQs não podem ser responsáveis por cursos de extensão, mesmo aqueles que estão em unidades de ensino e pesquisa. Além disso, dado que a carreira se encontra em sua maioria no sistema Cocen, também consideram fundamental que esses órgãos passem a integrar a lista de órgãos e unidades que podem ser proponentes de cursos de extensão. E também, em função da recente aprovação do regime de dedicação integral e exclusiva, que isso seja acompanhado da valorização salarial. O Conselheiro HIGOR CAMPOS DO NASCIMENTO diz que esta é sua estreia aqui no Consu, é um homem branco, de cabelos curtos, barba curta e está vestindo uma camisa preta com detalhes brancos. Faz um apelo ao Gabinete do Reitor e ao GGBS para que pudessem adiantar o pagamento do vale-alimentação para o dia 17, porque foi definida a data fixa do dia 20, mas se puderem adiantar agradecem muito, por conta do feriado. Fará uma denúncia com relação à condição dos fretados da Unicamp, que está uma situação muito caótica, como os funcionários vieram lhe relatar. Vai fazer a leitura para não se esquecer de nenhum ponto: “Em nome dos usuários das linhas do fretado da Unicamp, eu gostaria de expressar a insatisfação dos funcionários com o novo sistema adotado pela Universidade. Desde a mudança para a empresa Rápido Sumaré, há inúmeros relatos de atrasos frequentes na saída dos pontos iniciais, resultando em um efeito cascata de atrasos ainda maiores ao longo do percurso, que são agravados pelo trânsito intenso. A fusão de múltiplas linhas criou trajetos excessivamente longos, fazendo com que funcionários

1 levem até duas horas ou mais para chegar em sua residência, desrespeitando o limite de uma
 2 hora e meia. Além disso, muitos agora precisam caminhar distâncias muito superiores ao
 3 aceitável, sendo expostos à insegurança em ruas escuras, enquanto motoristas se recusam a
 4 ajustar os pontos para garantir mais segurança, especialmente para mulheres que trabalham no
 5 período noturno. Não bastasse isso, há relatos alarmantes de ônibus antigos, apresentando falhas
 6 mecânicas graves, incluindo um caso de princípio de incêndio em que os funcionários tiveram
 7 que evacuar o ônibus às pressas no meio da rodovia. Além disso, há percursos desnecessários
 8 dentro de bairros sem passageiros, aumentando ainda mais o tempo de viagem. Essa situação é
 9 inaceitável. O transporte fretado deve servir aos funcionários de forma segura, eficiente e dentro
 10 das normas estabelecidas. O processo de mudança já havia sido extremamente traumático, com
 11 funcionários perdendo noites de sono por ansiedade, sem informações sobre seus novos pontos
 12 de embarque e os horários, sem saber se seriam deixados para trás ou se conseguiriam chegar
 13 ao trabalho sem precisar desembolsar dinheiro extra no transporte de última hora, sem falar no
 14 transtorno de chegar atrasado ao serviço, prejudicando os colegas, principalmente os
 15 profissionais da área da Saúde, que dependem da troca de plantão para poder ir embora. Alguns
 16 funcionários, inclusive, relataram problemas com a chefia devido à falta de compreensão sobre
 17 essa situação. É inadmissível que até agora muitos problemas não tenham sido resolvidos,
 18 continuando a gerar estresse e transtorno aos trabalhadores, um serviço que deveria melhorar a
 19 qualidade do transporte e a qualidade de vida, na verdade, se tornando uma fonte de
 20 adoecimento psíquico e mental. Compreendemos que a mudança gerou uma sobrecarga aos
 21 funcionários do setor de transportes da Prefeitura, que se esforçam para atender todas as
 22 demandas dos usuários. No entanto, muitos trabalhadores se sentiram frustrados, abandonados
 23 e até desrespeitados pela gestão, devido à falta de respostas às suas reivindicações e à ausência
 24 de respaldo da Unicamp diante de problemas com os motoristas da empresa, por exemplo. Além
 25 disso, não houve sequer explicações e esclarecimentos sobre o andamento das mudanças,
 26 mudanças feitas de forma abrupta, sem aviso prévio, sem informações claras e precisas aos
 27 usuários, que literalmente ficaram perdidos sem saber o que fazer ou a quem recorrer, já que a
 28 Prefeitura não conseguiu responder pontualmente todas as dúvidas. Deixa registrado que
 29 seguiremos cobrando melhorias e esperamos que as reivindicações plausíveis sejam atendidas,
 30 pois acreditamos que o objetivo das mudanças deveria ser a melhoria do sistema de transporte
 31 e não a sua piora”. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO cumprimenta os professores Márcio
 32 Cataia e Márcio Torsoni pelo término dos mandatos, agradece a eles pela convivência, pelo
 33 companheirismo, pelos inúmeros projetos compartilhados no grupo de diretores. Também
 34 cumprimenta a Reitoria que está saindo, parabeniza pela gestão, uma gestão com muitos frutos,
 35 com muitos avanços importantes. Agradece especialmente ao professor Antonio José, à
 36 professora Maria Luiza, a todos os pró-reitores, pela interlocução que tiveram. Em uma Sessão
 37 em que foram aprovadas tantas pautas importantes, lamenta ter que retomar esse assunto que já
 38 foi abordado pelo Reginaldo, mas que precisa ser mencionado porque ele vem causando uma
 39 grande tensão e uma grande preocupação na comunidade e estão muito mobilizados por isso.
 40 Todos estão cientes dos ataques que ocorreram no IFCH, no entanto, como o professor André

1 mencionou na sessão da Cepe hoje de manhã e o Reginaldo também colocou, não são ataques
2 ao IFCH. Eles ocorreram no IFCH, mas não são direcionados ao Instituto, e sim a toda a
3 Universidade, ao pensamento crítico, à ciência. E isso não é algo que está acontecendo apenas
4 na Unicamp, nem apenas no Brasil; tem relação com o crescimento da extrema direita e da
5 intolerância em escala internacional. Então, são ataques que têm motivação político-ideológica.
6 Não é uma coincidência que eles tenham ocorrido no contexto da discussão e da votação das
7 cotas trans e também não é à toa que a aprovação das cotas trans esteja suscitando tanta oposição
8 nas redes sociais, como têm acompanhado, e também a oposição de parte dos representantes do
9 legislativo estadual que têm agido para reverter a decisão que tomaram na semana passada. Isso
10 exige que continuem a dialogar com a sociedade, mas também que se posicionem de forma
11 bastante firme. As pessoas têm vindo à Unicamp para perturbar o ambiente de trabalho, de
12 estudo, têm apresentado posições contrárias às políticas de ação afirmativa, posições
13 transfóbicas, homofóbicas e racistas. Essas pessoas que têm vindo não respeitam os valores
14 democráticos e não têm qualquer abertura ao diálogo, elas repetem um discurso pronto e
15 simplificador. E, diante disso, reagiram, se articularam, e agradece novamente o apoio
16 incondicional de toda a Universidade, dos diretores, da Reitoria. Lamenta que o funcionário do
17 Instituto de Artes, Airton César de Oliveira, tenha se envolvido involuntariamente no ocorrido.
18 Passa à leitura de uma moção que discutiram no grupo de diretores e propõe que ela seja votada
19 pelo Conselho Universitário: “O Conselho Universitário da Universidade Estadual de
20 Campinas vem a público manifestar seu repúdio a quaisquer formas de intimidação, difamação
21 e violência física e simbólica contra os membros de sua comunidade. Diante dos recentes
22 acontecimentos, é imperativo reafirmar nosso compromisso com a defesa da liberdade
23 acadêmica, da pluralidade de ideias e do respeito às diferenças. Nos dias 24 e 27 de março de
24 2025, o IFCH foi alvo de ataques de natureza política e ideológica que colocaram em risco a
25 segurança de estudantes, docentes e funcionários. Esses ataques se seguiram a vídeos postados
26 pelos agressores em suas redes sociais com o objetivo de desqualificar o trabalho realizado na
27 Universidade. No dia 24 de março, um vereador adentrou o Instituto para produzir gravações
28 irregulares, desrespeitando as normas internas da Unicamp e a legislação vigente sobre o uso
29 de imagem, gerando tumultos e transtornos à comunidade. Na noite de 27 de março, seis
30 indivíduos invadiram o Instituto para produzir novas gravações não autorizadas. Além de
31 interromper a atividade de estudantes e docentes que se encontravam em aula, o grupo os
32 desrespeitou e agrediu fisicamente. As duas ações foram claramente motivadas pelo desejo de
33 provocar, distorcer a realidade e desqualificar o trabalho realizado na Instituição. A Unicamp é
34 reconhecida nacional e internacionalmente por sua excelência acadêmica e por seu
35 compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária. Sua contribuição à formação de
36 estudantes e à produção do conhecimento é caracterizada pelo diálogo, pelo debate franco e
37 pela abertura à diversidade de saberes. Tentativas de intimidação e imposição de perspectivas
38 são incompatíveis com seus valores e não serão aceitas sob hipótese alguma. O Consu reafirma
39 seu compromisso com a segurança e a integridade de todos os que fazem parte da Universidade.
40 Seguiremos atuantes para garantir que medidas cabíveis sejam tomadas contra quaisquer

1 tentativas de desestabilização e violação dos princípios democráticos que regem esta
2 Instituição”. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se há alguma oposição a considerarem a
3 aprovação como unânime do Conselho Universitário, se haveria necessidade de colocar em
4 votação. Havendo concordância do plenário com a aprovação, considera aprovada por
5 unanimidade do Conselho Universitário a moção apresentada pela professora Andréia Galvão,
6 com o Consu se posicionando em defesa do IFCH e da própria Universidade. O Conselheiro
7 LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER agradece muito ao senhor Reitor e a todos os pró-
8 reitores que estão aqui e aqueles que já ocuparam o cargo. Nunca a Faculdade de Tecnologia
9 foi tão bem tratada, e expressa algo que lhe chamou muito a atenção, que foi essa simplicidade.
10 Tem um ditado que diz que o pinheiro, quanto mais alto, mais se inclina, e o senhor Reitor é
11 bem alto. Com essa imagem, expressa a simplicidade o carinho com que a FT sempre foi tratada.
12 Disse isso um dia para a professora Maria Luiza, quando os visitou, sempre muito carinhosa, e
13 assim também foram todos os membros da equipe. Acha que cumpriram cada vírgula, cada letra
14 e cada palavra que prometeram no plano de gestão; trataram a todos por igual, e inclusive
15 destaca não somente o tratamento que deram às unidades, mas aquilo que provocaram também.
16 Porque, por exemplo, FT, FCA e FOP nunca estiveram tão juntas, nunca se sentiram tão fazendo
17 parte de uma comunidade. É muito grato por isso. Aproveita para felicitar pelo apoio de sempre
18 dos professores Márcio Torsoni e Márcio Cataia, que estão terminando suas gestões. O
19 Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES agradece aos professores Antonio
20 José e Maria Luiza, estendendo a toda a equipe gestora, pela escuta ativa, pelo apoio na busca
21 de melhorias e atualizações das demais carreiras docentes da Unicamp, com contratações de
22 docentes que eram necessárias, progressão de grande maioria dos docentes dessas carreiras,
23 aprovação de melhorias em vários níveis, nas unidades com docentes dessas carreiras, como o
24 IA, a FT, o CEL, Dedic, Cotel e Cotuca. Pessoalmente, como ex-aluno do Cotuca, agradece
25 muito pela construção do novo prédio do Cotuca, que é um sonho de mais de 40 anos finalmente
26 realizado. Agradece pelo privilégio de poder ter trabalhado com eles pelo engrandecimento da
27 Unicamp, e deseja muita felicidade e sucesso a todos. A Conselheira ANNA CHRISTINA
28 BENTES DA SILVA, em nome da bancada Unicamp em Movimento, agradece a convivência
29 com esta gestão. A bancada foi eleita nos últimos dois anos, e houve uma convivência muito
30 respeitosa aqui no Consu e também nas outras câmaras. Essa convivência respeitosa tem a ver,
31 talvez, com a concepção do que seja a Universidade, sempre com uma característica de
32 democracia interna, e acha que esta gestão primou por essa democracia interna. Espera que a
33 próxima gestão também prime por essa democracia interna. Procedimentos em relação à
34 bancada foram sempre muito interessantes; quando havia assuntos polêmicos, a Reitoria sempre
35 chamava a bancada para conversar previamente, tanto a bancada docente quanto a bancada de
36 funcionários. Os diretores já fizeram seus depoimentos falando sobre esse tipo de procedimento,
37 que espera que continue na próxima gestão também. Foram anos bastante respeitosos, com
38 conflitos constitutivos dos pontos de vista diferentes, mas que conseguiram levar muito bem,
39 na sua opinião, até agora. Esta Reitoria criou uma série de novas diretorias e deu estruturas às
40 já existentes, e parece que isso foi uma coisa importante para a comunidade em relação à oferta

1 de qualidade de serviços públicos por ela. Sabem que esses serviços, tanto para dentro da
2 Universidade quanto para fora, precisam de aperfeiçoamento, mas a Unicamp está tentando
3 fazer isso. Tem orgulho, assim como a bancada, de participar desse processo. A Unicamp tem
4 tentado dar conta dessas questões sociais que são bastante prementes no país e dentro da
5 Universidade, claro, porque ela não está fora desse contexto. Também sabem que esta Reitoria
6 fez muito pelos docentes, como a progressão na carreira, novos concursos, editais, todos aqueles
7 planos que trouxeram pós-doutorandos, em condições de ter pós-doutorandos aqui em
8 competição com a Fapesp. Portanto, houve uma série de iniciativas novas, realmente, para
9 dentro da Universidade. Isso foi um pouco questionado, recebeu uma vez um questionamento
10 de por que participou da aprovação daquele plano dos pós-doutorandos, uma vez que a
11 Universidade não é a Fapesp. Mas exatamente porque a Fapesp não pode cobrir tudo é que
12 podem tentar fazer algum tipo de novidade. Agradece a cada um que participou da equipe e
13 reforça o desejo de que a nova gestão tenha os procedimentos da democracia interna que esta
14 gestão teve e que até os aprofunde, que ouça mais a sua comunidade, que crie outros canais,
15 porque o Conselho Universitário responde às pautas colocadas. É importante tentar ter outros
16 canais de comunicação, porque existem as instâncias internas e as instâncias mediadoras, mas
17 acha que elas ainda não estão sendo suficientes para ecoar todas as demandas e questões. O
18 MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-reitores. A Conselheira RACHEL
19 MENEGUELLO diz que é evidente que não vai falar de todas as deliberações e ações que
20 fizeram, não faria muito sentido em uma reunião como esta, mas vai destacar quatro dimensões
21 que considera importantes. A primeira delas tem a ver com a regulamentação de muitas das
22 atividades na pós-graduação. Lembram-se que começaram a gestão ainda no ritmo da
23 pandemia, não foi nada fácil adequar as atividades desde aquele momento, mas tiveram alguns
24 bons resultados. E o resultado daquele esforço foi potencializar as ações aqui, aproveitando
25 aquilo que foi a internacionalização forçada, que, na verdade, se tornou muito positiva, e
26 regularam muitas atividades didáticas nos vários programas de pós-graduação.
27 Regulamentaram, além disso, o credenciamento dos servidores Paepe, pesquisadores e médicos
28 plantonistas nos programas de pós-graduação, exatamente valorizando os servidores, como foi
29 mencionado aqui, sobre a necessidade dessas ações. Regulamentaram procedimentos para
30 garantir a integridade científica dos trabalhos dos alunos, pensando nas questões do plágio,
31 pensando em várias questões de inteligência artificial. Regulamentaram o acúmulo de bolsas
32 Capes, que passou a ser permitido pela agência, mas sempre buscaram preservar as condições
33 mínimas básicas da cobertura dos alunos. Regulamentaram o depósito de dados de pesquisa no
34 repositório Redu, da Unicamp, fortalecendo as questões da ciência aberta e da transparência
35 dos trabalhos dos alunos. Regulamentaram a prorrogação de 180 dias para a integralização de
36 cursos para as estudantes, por conta de parto, de adoção, de guarda judicial, sinalizando a
37 política de cuidado e de acolhimento à maternidade e à paternidade. E essa visão de respeito
38 aos alunos também foi expressa na reunião da Cepe em que foi aprovada a alteração do
39 regimento incluindo a defesa póstuma como regulamento. Sobre as pressões da pandemia,
40 normatizaram as ofertas de disciplinas híbridas, remotas, potencializaram tudo o que teve a ver

com a internacionalização, e passa para este ponto, que acha importante comentar. Sobre as bases estabelecidas pelo Print, que foi um grande programa de cinco anos em que a Capes financiou várias instituições do país, ampliaram muito as relações institucionais da Universidade, aumentaram consideravelmente o número de cotutelas, foram mais de uma centena nesse período, enviaram mais de 350 alunos para o exterior em 29 países diferentes, sem contar as missões que foram daqui para lá e sem contar os professores em missões que vieram para cá. No dia 31, entregaram o relatório final para a Capes com centenas de páginas de ações realizadas. Também nessa mesma dimensão da internacionalização, juntamente com a Deri, compartilharam editais com financiamento, ampliaram as possibilidades de mobilidade dos alunos e estão deixando a PRPG preparada para participar do novo programa da Capes, que é o Capes Global, que ainda não tem edital lançado, mas já sabem que deve aparecer, e o edital BRICS-NU, Network University, que foi lançado semana passada. Precisam entregar tudo até semana que vem, como as coisas da Capes sempre fazem, com prazos duríssimos, mas estão deixando tudo isso pronto. Passa para o tema da inclusão e da permanência. Certamente procuraram inserir a pós-graduação na ampla política de inclusão que esta gestão teve na Universidade. Em 2022, deram início ao trabalho do GT Cotas Étnico-Raciais na Pós-Graduação, para ampliar a presença de estudantes pretos e pardos na pós-graduação, embora já houvesse programas que, desde 2015, no momento das mobilizações para as cotas na graduação, tinham implantado nos processos seletivos a inclusão de alunos pretos e pardos. No início de 2023, este Conselho aprovou por unanimidade a proposta de deliberação elaborada pelo GT para a implantação das cotas na pós-graduação. Nesse mesmo ano, implantaram internamente na pró-reitoria um núcleo de apoio à implantação das cotas nos vários programas. E isso significou que, ao final de 2024, tiveram o indicador de 85% dos programas com a implantação de cotas, por conta desse apoio na implantação. A política de inclusão na pós-graduação também se estendeu aos PCD, e, em 2024, aprovaram, também por unanimidade, na CCPG, uma instrução normativa que define duas vagas adicionais nos processos seletivos aos candidatos selecionados em todos os programas. Sobre a permanência, o problema de difícil solução é o financiamento: Capes, CNPq e Fapesp dão conta, já faz anos que essa porcentagem acontece, apenas entre 38% e 40% da cobertura dos alunos. Receberam, na semana passada, o resultado do edital do CNPq que mandaram pela Instituição: 165 bolsas de mestrado, 67 de doutorado, isso é muito pouco, mas é isso o que há nas agências. O fato é que ficam, em boa medida, na dependência das políticas do governo, do financiamento da ciência, tecnologia e educação. Para aquilo que é responsabilidade da Universidade, precisam sempre encontrar saídas, e a principal política interna para dar conta dessa lacuna é o Programa de Estágio Didático - PED. Nesta gestão, com o amplo apoio da PRDU, triplicaram os recursos para as bolsas, de R\$4,6 milhões em 2021 para R\$12,8 milhões. Também alteraram a referência de valores, que até então era a bolsa do CNPq, para a referência da Fapesp, e ampliaram o acesso ao auxílio-deslocamento. E ainda, na questão da permanência, vai fazer referência à questão da saúde mental. Realmente, esse é um problema seríssimo, amplo, abrange todos os setores, funcionários, professores, alunos, mas, no caso dos alunos de pós-graduação, procuram acolher

1 todos os pedidos de prorrogação de integralização de estudantes por conta das questões de saúde
2 mental. Isso é muito importante para o aluno que está terminando o seu prazo e não está
3 conseguindo por questões de saúde mental. Sobre o desempenho do sistema, acha que todos já
4 a escutaram falar sobre isso. A Unicamp se destaca no sistema nacional de pós-graduação pela
5 excelência comparada; ela é a Universidade com a maior proporção de programas de excelência
6 do sistema *stricto sensu*. Acha que fizeram muito para manter essa excelência nessa última
7 avaliação que finalizou agora em março, e parte desse esforço para o aperfeiçoamento do
8 sistema foi o desenvolvimento de oficinas de planejamento estratégico, que fizeram com muitos
9 programas, e que visaram fortalecer a autonomia dos programas, a definição de metas
10 estratégicas para os próximos ciclos, inclusive da própria avaliação. A produção de teses e
11 dissertações reassumiu a curva ascendente que a pandemia havia empurrado para baixo;
12 finalizaram o ano passado com 2.173 teses e dissertações defendidas. No sistema *stricto sensu*,
13 tiveram a aprovação de quatro novos cursos, o Doutorado em Divulgação Científica, o
14 Doutorado em Engenharia de Produção e Manufatura, o Doutorado do ProfHistória e o
15 Mestrado em Ensino e Saúde. E no sistema *lato sensu*, que trouxeram para dentro da
16 regulamentação da pós-graduação, que antes não era, agora é dentro do próprio regimento da
17 pós-graduação, houve a criação de 21 novos cursos nesse período. Para ampliar a valorização
18 do trabalho dos alunos, instituíram o Prêmio Tese Destaque, que na semana passada finalizou
19 a inscrição para mais uma versão do prêmio. Desde o início desta gestão, constituíram uma
20 parceria, um diálogo muito profícuo com a Unesp e com a USP, principalmente para discutir e
21 avaliar a pós-graduação à luz das dificuldades da pandemia e à luz das discussões que o Plano
22 Nacional de Pós-Graduação refletia sobre o próprio desenho da pós-graduação. As reflexões
23 levaram a propor uma reformulação de vários aspectos do sistema de pós-graduação, que
24 procuram responder às mudanças da sociedade contemporânea, do mercado de trabalho, das
25 profissões e da própria produção de conhecimento, afetando, sobretudo, os mestrados, mas com
26 vistas à formação de doutores qualificados. Toda essa discussão que foram tendo esse tempo
27 desembocou na proposta do PAPG, que é o Plano de Aperfeiçoamento da Pós-Graduação,
28 traduzido em um acordo assinado em novembro passado entre Capes, Fapesp e as seis
29 universidades públicas paulistas, para uma certa remodelação da pós-graduação, que vai ser
30 feita de maneira voluntária pelos programas. A experiência na pró-reitoria lhe permite dizer que
31 sempre há muita coisa para fazer na pós-graduação, mas fizeram muita coisa, e precisa
32 agradecer à equipe da PRPG. É uma equipe pequena, competente, atuante, qualificada e
33 agradável, e não há como não gostar de trabalhar com eles todos, sobretudo com os seus colegas
34 docentes, que foram parceiros permanentes das várias iniciativas e das muitas soluções de
35 problemas. O professor Elias Tambourgi, a professora Cláudia Morelli e a professora Altair
36 Cury, que trabalhou com eles até a sua aposentadoria. E, para finalizar, menciona que essa
37 experiência na gestão também possibilitou que atuasse em algumas discussões importantes fora
38 do âmbito da pós-graduação, todas elas, de alguma forma, vinculadas aos Estatutos da
39 Universidade, que é uma coisa que persegue já há algum tempo para renovar. E, nesta gestão,
40 pôde conduzir a discussão sobre a reorganização da composição do Consu, a discussão sobre a

1 organização administrativa acadêmica da Universidade, centrada nos departamentos, a
2 discussão sobre as mudanças da carreira docente e, que foi, inclusive, o relatório que este
3 Conselho apreciou nesta reunião. Então, finalmente, agradece ao Reitor pela confiança, não
4 apenas por tê-la convidado para a PRG, mas para as outras várias tarefas importantes. O
5 Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO cumprimenta os professores Márcio
6 Cataia e Márcio Torsoni pelo trabalho e pela parceria com a PRG. Diz que vai levantar alguns
7 pontos da sua gestão na PRG. O retorno da pandemia foi uma época bastante difícil, de muitas
8 dificuldades, principalmente com todo o problema de risco de contaminação. Agradece muito
9 a toda a equipe da professora Maria Luiza pela ajuda nesse ponto. No entanto, conseguiram
10 promover um retorno bastante tranquilo, sem nenhuma complicação maior. Mas ficaram muito
11 preocupados com reprovações, evasões e outros desafios que aconteceram por causa da
12 pandemia. Fortaleceram, nessa época, o SAE, que estava sob o guarda-chuva da PRG, e com a
13 ajuda da Reitoria, conseguiram fortalecer as políticas de permanência e garantir que os alunos
14 continuassem com a sua jornada acadêmica. Outro destaque que levanta é o apoio aos
15 laboratórios de ensino, que chamam de Alegria, nos quais houve um investimento de R\$8
16 milhões em dois editais. Houve aumento também dos valores das bolsas PAD, tanto na
17 quantidade quanto no valor, permitindo acesso muito maior aos estudantes. Avançaram com a
18 reforma administrativa da PRG, ela era uma pró-reitoria muito inchada, com muita coisa
19 embaixo dela, que dificultava o foco na graduação propriamente dita. Foi criada, nessa reforma,
20 a Deape, que foi um grande avanço para a Universidade, e agora sai do escopo da PRG também
21 o GGTE. Outro marco foram os editais discentes, principalmente o edital Acolhe, além de
22 outras ações importantes, como a curricularização da extensão, e aproveita para agradecer ao
23 professor Fernando Coelho pela parceria. Também houve a criação do ProFIIVI, que é o
24 percurso formativo indígena de um ano para a formação dos alunos indígenas. No que diz
25 respeito à inclusão, avançaram com a implementação das cotas PCD, para pessoas trans e vagas
26 para refugiados, reafirmando o compromisso da Unicamp com a equidade. Também discutiram
27 e implementaram novas abordagens, como o Provão Paulista, e novas formas de entrada pelas
28 olimpíadas. Fizeram a semana da acessibilidade e implantaram uma parceria com as outras
29 universidades públicas do Estado de São Paulo na formação de professores chamada RedAES.
30 Realizaram bastante reuniões e discussões sobre os NDS, avaliações de cursos e sobre a
31 curricularização da extensão. E a presença da inteligência artificial também foi um tema que
32 orientou bastante as discussões, visando preparar a Universidade para as novas demandas.
33 Fizeram a manutenção do Ciclo Básico, que é composto de dois prédios, um deles muito antigo.
34 É um trabalho bastante importante e gasta um tempo da PRG, mas tiveram o apoio da Prefeitura
35 do *Campus* e da DGA e conseguiram fazer uma mudança do contrato de manutenção e questões
36 de segurança que ajudam estudantes e docentes. Expressa a sua imensa gratidão a todos que o
37 acompanharam e ajudaram nessa jornada. É impossível citar todos, mas com muito carinho
38 agradece a sua equipe da PRG: professores Flávio Schmidt, Laura Rifo, Milena de Oliveira,
39 Sávio Cavalcante, Arnaldo Pinto Jr., Sílvio Consonni, Gildo Giroto, Matheus Souza, Karina
40 Gardner e Roslei Oliveira. Todos são docentes, trabalharam nos diversos órgãos da PRG,

trabalharam como um time único e isso foi muito interessante. Dentro da PRG, há pessoas muito interessantes que vestem a camisa, e cita a senhora Ana Paula, que é a secretária, mas mais que secretária, ela cuidou dele, organizou a PRG de uma maneira muito eficaz, a senhora Marcela, AT, a Katilin, do Financeiro, a Karina, que cuidou do PAD, e a Eunice Pereira de Carvalho, uma arquiteta que durante um período os ajudou muito em diversas situações importantes, principalmente no Ciclo Básico. O senhor Fernandy, da DAC, tem todo o seu respeito, então deixa registrado um abraço para ele e para a sua equipe. Eles foram fundamentais como parceiros da PRG, sempre os orientando no caminho certo. Agradece à Deape, aos professores Sávio, Mariana Nery e Adriane, pela colaboração incansável; a toda a Comissão Central de Graduação, representada pelo senhor Tiago e pela senhora Edna; à Prefeitura, senhores Juliano e Braga; ao Cemeq, na figura do senhor Cláudio; ao ProFIS, nas figuras da professora Ana Elisa e do professor Flávio de Sá, que foram os dois coordenadores da sua gestão; e à Comvest, na pessoa do professor José Alves. Agradece aos colegas pró-reitores, Ana Frattini, pela convivência e parceria, à professora Rachel, pelo aprendizado e ponderação, ao professor Coelho, pelo incansável trabalho na extensão, especialmente na curricularização, ao professor Fernando Sarti, por lhe ensinar que um economista pode, sim, ter uma forte preocupação social, aos professores César e Adriana, do Gabinete, pelo imenso apoio, que foi muito importante, à professora Maria Luiza, por tê-lo indicado para este cargo, e ao professor Antonio José, por ter aceitado a indicação e lhe dado a oportunidade de contribuir para a Universidade, e também por não tê-lo despedido antes deste momento. A experiência de estar à frente da Pró-Reitoria de Graduação foi, sem dúvida, muito enriquecedora e gratificante, e levará consigo a grandeza da Universidade, o compromisso com a formação dos alunos e o orgulho de fazer parte desta Instituição. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que termina a gestão com aquela sensação de que conseguiu realizar o trabalho, então está muito contente, mas ao mesmo tempo tem a sensação de que há mais trabalho pela frente, a partir do momento em que conseguiram colocar a extensão dentro daquilo que considera ideal, pois ela se transformou realmente em uma das atividades-fim da Universidade. Agora aumenta consideravelmente a responsabilidade de continuar esse trabalho. Durante esses quase quatro anos, o trabalho foi incansável, no sentido de garantir que, primeiro, a Universidade entendesse a importância da extensão e a tirasse de um cantinho e a trouxesse para o meio da sala, tratando-a como tratam o ensino e a pesquisa. Acha que essa é a grande contribuição que a gestão vai deixar, e espera que o próximo pró-reitor possa dar continuidade a esse legado, porque há muita coisa em que podem crescer. De maneira geral, conseguiram, e agradece efusivamente ao professor Ivan Toro, por meio da curricularização da extensão, utilizar isso como oportunidade para fazer com que a extensão pudesse agora passar a ser transversal em todas as atividades da Universidade. Aproveitaram uma oportunidade e hoje existe um reconhecimento institucional de que a extensão é uma atividade importante. Observa que fizeram inúmeros editais para financiar diferentes atividades na Universidade; quando chegou na pró-reitoria, havia um orçamento de R\$600 mil para fazer dois editais, um edital PEX e os outros editais que saíam junto com o Faepex, e deixa a pró-reitoria com algo em torno de R\$9 milhões de orçamento. A

1 extensão é, e deve continuar sendo, uma coisa importante para a Universidade. Há agora uma
2 quantidade bastante significativa de editais, o edital PEX agora também leva em consideração
3 programas e projetos, editais para ação afirmativa para negros e quilombolas, editais de ações
4 afirmativas para indígenas, um trabalho enorme que foi feito em conjunto com a USP e a Unesp,
5 de divulgação científica, isso envolveu um edital de mais ou menos R\$1 milhão, todos os
6 recursos que foram colocados para a curricularização de extensão, e, obviamente, estende seus
7 agradecimentos ao professor Sarti. A partir do momento que falam em extensão, também falam
8 em inclusão, e conseguiram incluir os colégios técnicos, Cotil e Cotuca, nesse grande
9 movimento de aproximação com a comunidade, com editais associados a esses colégios. E
10 houve um edital inédito, feito com a Editora da Unicamp, no sentido de criar uma série especial
11 de livros que falam sobre a extensão nos seus princípios básicos, teoria, e também na aplicação
12 da extensão na Universidade, mostrando claramente que esta Universidade sempre fez muita
13 extensão, mas essa atividade era um pouco silenciada, ou estava um pouco escondida. E, ao
14 longo do tempo, essa atividade vem voltando cada vez mais para a luz, e veem realmente a
15 quantidade de contribuições que foram dadas e que vêm sendo dadas há muito tempo, por
16 muitos colegas. Também foi possível recuperar uma série de programas que existiam na
17 Universidade, mas que tinham uma caracterização e uma estrutura que não permitia crescerem.
18 O ITCP, que é o programa mais antigo de extensão da Unicamp, com mais de 20 anos, é um
19 programa que tinha um orçamento, mas um orçamento pequeno, conseguiram montar isso como
20 um programa, dar um orçamento. O programa saiu de apenas duas cooperativas e hoje são 35
21 cooperativas diferentes, com possibilidades imensas de oferecer atividades de extensão para
22 uma quantidade bastante significativa de alunos. Então, ficam muito contentes. Há também o
23 programa Terra, que é um programa de agricultura familiar, agroecologia, o programa
24 Colmeias, de cursinhos para vestibulinho e vestibular, que hoje tem uma demanda muito
25 grande, e muito recentemente receberam uma comunicação do Ministério da Educação de que
26 vai abrir uma linha de financiamento para esse tipo de atividade, e, obviamente, agora terão
27 uma condição de atender essa demanda. O programa UniversIDADE já acontecia, mas
28 conseguiram expandi-lo para Limeira e Piracicaba. Há vários programas que estão em
29 andamento na sua criação, um deles é o programa de Olhos no Futuro, voltado para a transição
30 energética, basicamente trabalhando com crianças de ensino fundamental e ensino médio. Outro
31 é o programa Jardim Educativo, com o Instituto de Biologia, também o programa Olimpíadas,
32 que é uma forma oficial de reconhecer que as olimpíadas são grandes atividades de extensão,
33 que a Universidade já faz, e que, a partir do momento em que fazem o reconhecimento, dão
34 uma estrutura, uma estrutura de secretariado, uma estrutura física, para que as pessoas possam
35 desenvolver os seus trabalhos. E, obviamente, também o programa Maguita, que é um programa
36 feito com a professora Suzana Durão, sobre segurança, e agora pensando em segurança da
37 Amazônia. Durante todos esses quatro anos, também se expandiu muito a forma de pensar a
38 Universidade na comunidade. Conseguiram fazer uma série de acordos de colaboração, no
39 âmbito da cidade de Campinas, Prefeitura de Campinas, Secretaria de Desenvolvimento,
40 Secretaria de Cultura e vários outros organismos da cidade, e a Universidade se aproximou

1 muito da comunidade de Campinas. Fez isso também, ao longo desse processo, com várias
2 cidades da região metropolitana, desenvolvendo uma série de atividades e ações. Há algum
3 tempo a Universidade já tem uma relação com o Senac, mas conseguiram fazer uma coisa bem
4 interessante, que foi fazer uma relação com o Sesi. O Sesi está em Campinas há 53 anos e nunca
5 havia tido nenhum contato oficial com a Unicamp, em termos de ter um acordo de colaboração.
6 Isso foi feito e, no final do ano passado, os alunos do curso de Artes Cênicas fizeram todas as
7 atividades no teatro do Sesi. Conseguiram, ao longo do tempo, fazer com que a extensão fosse
8 vista por uma grande parte das pessoas de Campinas, vários assentamentos, ONGs, prefeituras,
9 empresas, fazendo com que o conceito de estar na comunidade tenha se desenvolvido, e hoje
10 acha que está um pouco mais claro do que estava há quatro anos. Fica muito contente que
11 algumas pessoas comecem a olhar a Universidade não só como local que tem um hospital
12 universitário, uma área absolutamente maravilhosa, mas um local também que tem atividades
13 circenses, que tem uma atividade de esportes, que tem uma série de outras atividades que
14 caracterizam uma universidade grande e uma universidade poderosa como ela é. Durante todo
15 esse tempo, também foi possível fazer uma coisa extremamente importante, que é uma
16 aproximação cada vez maior com os *campi* de Limeira e de Piracicaba, inclusive instalando no
17 *campus* de Limeira uma unidade avançada da ProEEC, para coordenar as ações de extensão e
18 também ajudando na implementação do Programa UniversIDADE nessas duas cidades. Ele é
19 um programa de muito sucesso, um programa muito antigo, mas ele já tem os laços começando
20 a se estabelecer em Limeira. Várias atividades foram realizadas pela Diretoria de Cultura, que
21 envolveram a coletividade não só interna, como a coletividade externa. Agradece formalmente
22 todo o apoio que receberam da senhora Alexandra Caprioli, Secretária de Cultura e Turismo de
23 Campinas, que os ajudou e colaborou com uma quantidade enorme de atividades que foram
24 desenvolvidas. Montaram uma estrutura do trabalho da Casa dos Saberes Ancestrais, e a partir
25 daí, também, por meio da Diretoria de Cultura, conseguiram lançar uma série de livros que lhes
26 dão realmente um enorme prazer. Termina o mandato deixando uma pró-reitoria colocada
27 dentro do contexto da Universidade Estadual de Campinas. É uma pró-reitoria que todos sabem
28 agora como funciona, como podem conversar com ela, e que conseguiu fazer com que a
29 Universidade esteja cada vez mais na sociedade e que realmente possa cumprir o seu papel
30 como uma universidade pública e democrática. Por meio dessas relações que fazem com a
31 sociedade, trazem a democracia para dentro da Universidade e fazem com que os processos
32 fiquem mais transparentes e que as pessoas entendam o papel político e social da Universidade.
33 Agradece efusivamente ao professor Antonio José por ter lhe oferecido a possibilidade de
34 trabalhar na ProEEC; recorda-se que ele disse que a pró-reitoria de extensão talvez não fosse a
35 melhor coisa para ele, por ser um pesquisador. Mas ele lhe deu um grande presente, pelo qual
36 agradece e espera ter retribuído, porque acha que entrega uma pró-reitoria dentro do contexto
37 daquilo que esperam. Agradece a equipe da ProEEC e todos os colegas por esses quatro anos
38 de convívio, professora Rachel, professora Maria Luiza, professor Fernando Sarti, professora
39 Ana e professor Ivan. Também agradece os professores Márcio Cataia e Márcio Torsoni pela
40 colaboração, pela parceria, desejando um futuro alvissareiro nas próximas coisas que forem

fazer. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a professora Ana Frattini teve que se retirar, e ela deixou com ele uma resenha para passar aqui o que ela entende como tendo sido as principais realizações da PRP. Passa à leitura: “O primeiro item a destacar é o Escritório de Apoio ao Pesquisador, nosso Grant Office. A realização de reuniões periódicas e *workshops* para capacitação de equipe dos escritórios de apoio institucional à pesquisa e das unidades. A nucleação dos grandes grupos de pesquisa para a elaboração de projetos mais competitivos. A assinatura do *funding* institucional com prospecção de editais abertos para financiamento. A coordenação do GT para aquisição de itens de pesquisa. A criação de um ciclo de palestra da PRP. A criação do programa de apoio aos grandes centros temáticos de pesquisa e a criação de programas de mentorias para pós-doutorandos de gestão”. Certamente isso não dá conta de toda a atividade da PRP, mas são os principais itens. Diz que não vai recuperar as ações da PRDU, pela simples razão de que acha que estão todos cansados de ouvir falar da PRDU, até porque todas as ações e decisões da PRDU são tomadas de forma coletiva. Elas são aprovadas na COP, na CAD, no Consu. Então, não houve uma distribuição de recursos, uma distribuição de vagas, um processo de progressão que não tenha sido discutido e aprovado coletivamente. Como todas as outras pró-reitorias, será divulgado o relatório de atividades da PRDU, então vai aproveitar este momento para fazer duas coisas. Primeiro, agradecimento a toda essa equipe maravilhosa; sem dúvida foi um prazer e um grande privilégio trabalhar com essa equipe, Ivan, Rachel, Ana, Coelho, Maria Luiza, César e Adriana, assim como a relação com todos os diretores, com toda a bancada, dentro desse processo de decisão e de construção da Universidade. Faz um agradecimento muito especial ao professor Antonio José pelo convite. Como qualquer ser humano, ele tem muitas virtudes, qualidades e defeitos, mas a marca da sua gestão foi a inovação. A coragem que ele teve na tomada de decisão, acha que os colegas todos vão lembrar, quando, de alguma maneira, todos estavam receosos de colocar dentro do Conselho a questão da revogação do título ao Jarbas Passarinho. O professor Antonio José bancou aquilo, disse que era melhor perder, mas perder tomando aquela decisão. Acha que essa coragem foi fundamental para várias outras ações que a gestão tomou, e ele manteve uma linha sempre muito coerente, com muita responsabilidade, e não é fácil. Sempre repetiram aqui que quase todas as demandas são bastante legítimas, infelizmente nem sempre é possível atender a todas elas, e cabe aos gestores, muitas vezes, ter que priorizar, hierarquizar essas demandas, o que não é fácil. Sem dúvida, a capacidade de liderança do professor Antonio José com a equipe foi algo decisivo para esta gestão, que entende como uma gestão que realmente entra para a história da Universidade, e sem essa liderança isso não teria sido possível. E, sobretudo, uma visão e uma articulação política que acha fundamental. Obviamente todos aqui estão sempre buscando como melhorar as atividades da Universidade, de ensino, da pesquisa, da extensão, da assistência, mas a visão do professor Antonio José de que a Universidade tem um bem maior, que a Universidade é parte da solução e não do problema, a ideia de que a Universidade é talvez hoje a instância mais importante para promover a transformação da sociedade, isso sempre esteve nas suas decisões, nas suas ações, e dando liberdade aos pró-reitores para que pudessem desenvolver dentro de cada área essa atividade. Então, fica aqui, realmente, o seu profundo

1 agradecimento. Espera ter conseguido seguir o que foram os eixos da gestão, que era a
2 valorização das pessoas, essas pontes com a sociedade, acha que nunca esta Universidade
3 construiu tantas pontes, seja no nível político, com as instâncias municipais, estaduais e federal,
4 seja com as organizações sociais, com o mundo corporativo, que foi também um avanço
5 considerável. O principal orgulho, talvez, e que também foi uma construção coletiva, não foi o
6 fato de que esta gestão teve recordes de contratações de docentes e de funcionários; não é o fato
7 de esta gestão ter batido também o recorde de progressão de docentes e de funcionários; não é
8 o fato de terem colocado os investimentos em um patamar de R\$40 milhões contra R\$4 milhões
9 que havia até então. Aham que isso faz tudo parte do que era necessário fazer para a
10 Universidade. O maior orgulho, realmente, é o fato de terem aumentado os recursos para o
11 apoio e permanência estudantil, e isso se deve muito também ao professor Ivan, sempre os
12 cobrando isso. Os recursos aumentaram de R\$70 milhões para R\$160 milhões, e ainda são
13 insuficientes, mas isso os dá muito orgulho. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz,
14 sobre a questão da saúde mental, que foi colocada pelas várias bancadas aqui, que talvez esse
15 assunto tenha ficado parado no tempo porque ficaram um bom tempo afastados. Um dos
16 maiores desafios da gestão foi trazer a Universidade de volta onde ela estava antes da pandemia.
17 Talvez hoje pareça uma coisa muito distante, a epidemia de Covid passou, mas há ainda hoje
18 muitos casos, e ela marcou o início da gestão. Por ser da área da Saúde, estava totalmente
19 envolvida na Covid, e quando assumiu a gestão tinha a missão de trazer a Universidade ao
20 ponto que ela foi no passado, com as pessoas presentes no *campus*. Espera que vejam mais
21 pessoas andando pelo *campus* desta Universidade, que ainda está faltando. Essa foi uma das
22 grandes superações, foi ver a capacidade que tiveram de trazer as pessoas de volta da pandemia,
23 e depois enfrentar o período da pós-pandemia, que ainda tem reflexos importantes em toda a
24 comunidade. Através da voz da comunidade, pensa a CGU. Talvez não tenham tido noção do
25 que foi a pandemia na área hospitalar, perderam muitas pessoas, mas trabalharam aqui para que
26 isso pudesse ser vencido, tentando conciliar e modernizar a gestão. Agradece aos membros do
27 Conselho Universitário e diz que conheceu, durante a campanha, cada canto desta
28 Universidade, as pessoas, o que elas sentiam. Então, sai com um conhecimento diferente das
29 pessoas e da Universidade. O professor Ivan a buscou no meio da pandemia para compor a
30 campanha, ela abriu as portas da área da Saúde para a campanha do professor Antonio José, e
31 juntos frequentaram o hospital de manhã, de tarde e de noite, abriu as portas do Caism junto
32 com ele, até as 23 horas. Essa parte é a parte esquecida da história desta gestão. E todos que
33 estão aqui, hoje, como pró-reitores, estão aqui porque ela e o professor Antonio José deram a
34 cara a bater em todos os cantos desta Universidade. Diz que a CGU talvez seja uma das áreas
35 com a maior variabilidade de trabalhos desta Universidade. O professor Coelho irá sentir o peso
36 que é estar lá dentro; ele vai lidar com áreas maravilhosas, mas vai trabalhar muito; ela
37 contempla uma variedade de trabalhos, desde o Planes, a Avaliação Institucional, a UPA, o
38 SBU, o Siarq, a Cocen, o Conselho Curador da Funcamp, o Edat. Esses são alguns exemplos
39 do que faz a CGU. Durante toda a sua gestão, nunca trouxe problemas para a Reitoria, sempre
40 trouxe as soluções, e a partir do dia 15 terão disponível o relatório de atividades da CGU na

página. Agradece a todos os membros da comunidade acadêmica, que com seu trabalho, seu talento, contribuíram para que a Unicamp continuasse a ser referência no ensino, na pesquisa e também na extensão. Tem uma profunda gratidão à equipe da CGU, que é muito pequena, provando que uma equipe enxuta pode fazer muito por esta Universidade. Agradece também aos colegas pró-reitores, que fizeram uma excelente gestão, e ao professor Antonio José. Deseja que a Universidade continue no caminho do sucesso, da inovação e do compromisso com a sociedade. Fará alguns destaques sobre a gestão: além da volta após a pandemia, houve o credenciamento da Unicamp junto ao Conselho Estadual de Educação, algo de que tem muito orgulho, porque não tiveram nenhum apontamento. Isso foi para o Conselho Estadual de Educação e foi 100% aprovado. Sobre a questão dos *rankings*, não devem se contentar em ser a segunda na América Latina, porque quando comparam a nota, nas diferentes áreas, com as primeiras 50 universidades do mundo, estão bem longe delas. Então, não devem se comparar com a América Latina, mas com o mundo. A CGU em sua gestão fez o processo de avaliação institucional do ciclo de 2019 a 2023, um processo importantíssimo. Levou uma cópia deles para o professor Vahan Agopian, Secretário Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, mostrando o quanto a Universidade trabalhou. E esse relatório foi feito com a ajuda de todos, ela só teve o trabalho de coordenar. Mas foi feito com a ajuda de todos os institutos, faculdades, centros e núcleos, áreas da Saúde e outras diretorias executivas, que engrossaram esse material do que realmente a Universidade é. Para a elaboração desse relatório, o Escritório de Dados precisou desenvolver um enorme programa que vai ficar como uma ação estruturante da CGU para os próximos anos da Universidade. Hoje, possuem uma estrutura digital para que os próximos relatórios sejam efetivos. Em relação aos Planes, a equipe de planejamento estratégico fez Planes da Universidade inteira, foi convidada para fazer Planes da Funcamp, o que foi uma honra para a CGU, e até fora da fundação, aqui na Universidade, porque foi muito destacado o trabalho deles. Receberam visita de outras universidades brasileiras, e até internacionais, para conhecer como trabalham com a gestão de dados institucionais, através do Escritório de Dados. Essa também é uma das mudanças estruturantes. Também tem um grande orgulho do trabalho realizado na Universidade de Portas Abertas - UPA, que é uma atividade de extensão enorme, realizada todo ano, e que recebe um número de pessoas impressionante. Na última UPA, em 2024, que foi a 19ª edição, foram em torno de 57 mil pessoas os visitando. O tema foi “Saber em Movimento”, e foi lindo. É uma atividade imensa, 872 escolas se deslocaram em 1.242 veículos, e aqui destaca a ajuda do curso de Engenharia de Transportes, da FT. Dentro da Universidade, precisam se relacionar mais entre si. Também realizaram a Universidade Promotora da Saúde, que vem ao encontro de todo esse movimento da saúde mental, que chamam de bem-estar, através da filiação da Unicamp à Rede Ibero-Americana de Universidades Promotoras da Saúde, coordenada pela professora Patrícia Leme. O primeiro webinar que realizaram dentro dessa rede foi sobre violência e assédio sexual na Universidade. Deixa seu agradecimento à sua equipe, aos assessores, professores Plínio Trabasso, José Modena, Patrícia Leme, às senhoras Larissa, Carla, Lindinalva, senhor Marcelo Pfeiffer, à senhora Andreia, à senhora Silvine, ao senhor Alexandre, em nome dos quais

1 agradece a toda a equipe do Edat, e ao senhor Emerson. Aos colegas de gestão e pró-reitores,
 2 com os quais teve um grande aprendizado. Sem dúvida, foi um dos períodos mais desafiadores
 3 da sua vida, porém não se aprende sem desafios. Sua última atividade foi na sexta-feira passada,
 4 o segundo fórum das reitoras e vice-reitoras do Estado de São Paulo, onde apresentaram um
 5 trabalho conjunto das seis universidades públicas do Estado de São Paulo. Houve uma grande
 6 aproximação das reitoras e vice-reitoras dessas seis universidades no trabalho grande de
 7 unificação de dados, que foi realizado em dois anos. Esse trabalho foi feito pelos escritórios de
 8 dados dessas universidades, mas nem todas as universidades tinham escritórios de dados, e tem
 9 orgulho do escritório da Unicamp, que foi um dos exemplos. Discutiram e apresentaram um
 10 índice de gênero, e infelizmente a Unicamp, assim como a USP, têm um dos piores índices de
 11 gênero em relação à mulher, deixando claro o quanto estão defasadas do mundo exterior, dos
 12 países desenvolvidos. Mostrou realmente que possuem dois efeitos, o efeito tesoura e o efeito
 13 cascata ao contrário. As mulheres entram em menor número na Universidade, no nível MS-3.1,
 14 em torno de 10% a menos, na estimativa geral das universidades, tanto na USP como na
 15 Unicamp. A Unesp e a Unifesp são um pouco diferentes, mas só 27% atinge o nível MS-6,
 16 mostrando a dificuldade da mulher se firmar na academia. Mostra também que nos cargos de
 17 de alta gestão elas são a minoria ainda. Na Unicamp, o número de diretoras é muito baixo, o
 18 número de diretoras associadas é maior, chega a 54%, então isso é um outro ponto que a
 19 Universidade ainda tem uito a trabalhar, porque a mulher serve pra ser vice-diretora, diretora,
 20 vice-reitora e reitora também. Vai encerrar o seu discurso falando uma frase que ouviu da
 21 Ministra do Supremo Tribunal Federal, a doutora Carmen Lúcia, defensora dos direitos da
 22 mulher: “Se você é mulher e quer subir na vida, trabalhe pelo menos duas vezes mais para ser
 23 reconhecida”. Diria, na Unicamp, que trabalhe quatro a cinco vezes mais, porque com duas
 24 vezes não será reconhecida. Agradece por todas as oportunidades que teve, que foram muitas
 25 dentro do cargo de CGU; é uma linda carreira, é um cargo extremamente gratificante e
 26 realizador, porque podem realmente fazer mudanças estruturantes dentro da Universidade.
 27 Deseja felicidades a todos e uma nova gestão muito boa, que enfrentem as dificuldades que
 28 virão, as coisas boas que virão e que a vida deles seja repleta de saúde e felicidades. O
 29 MAGNÍFICO REITOR propõe os votos de pesar à família de Ronaldo Dias, professor do
 30 Imecc, que faleceu no dia 28 de março. Hoje tiveram um Consu dos mais importantes, em que
 31 atualizaram a questão das cotas PCD, aprovaram a criação das cotas trans, iniciaram o processo
 32 de criação de novos cursos, Memorial DOI-Codi, e uma coisa que passou meio despercebida
 33 foi que aprovaram a Medalha Zeferino Vaz. A Unicamp faz, ano que vem, 60 anos. Será um
 34 momento histórico, importante, então precisam fazer uma grande comemoração, e uma das
 35 coisas que pensou foi que criassem essa medalha como uma forma de prestigiar instituições e
 36 pessoas que foram importantes ao longo dessa trajetória. Isso não foi destacado, foi votado no
 37 pacote, então pode ter passado meio despercebido, mas era um ponto da pauta suplementar.
 38 Informa que ocorre amanhã a posse da nova diretoria da FCA, então agradece ao professor
 39 Márcio Torsoni, assim como ao professor Márcio Cataia, que estão deixando as diretorias. Na
 40 sexta-feira, há posse na DEdIC, e chama a atenção que é a primeira vez que sua direção é

1 resultado de um processo de consulta às pessoas que lá trabalham. Então é mais um órgão que
2 também tem a influência da própria comunidade; na grande parte da gestão foi ele quem indicou
3 o gestor, porque era essa a tradição, mas a DEdIC colaborou para desenvolver esse processo de
4 consulta para a escolha da próxima gestão. Informa também que no dia 10, às 15 horas, haverá
5 uma cerimônia de apresentação da outorga do título de Doutor *Honoris Causa* ao Milton
6 Nascimento, e gostaria que os conselheiros estivessem aqui. Um pouco antes do carnaval, foi,
7 juntamente com o professor Fernando Hashimoto e a senhora Simone Turati, do Cerimonial,
8 ao Rio de Janeiro entregar o título em mãos ao Milton Nascimento. Não divulgaram isso antes
9 por pedido da própria equipe do Milton, ele estava envolvido no carnaval, tinha outras
10 atividades, e eles achavam que, se divulgassem naquele momento, não teria uma repercussão
11 maior. Fizeram uma gravação, foi uma cerimônia na casa dele, e apresentarão o vídeo nesse ato
12 do dia 10. Infelizmente, não terão a presença ao vivo dele, mas relata que estiveram ao lado
13 dele e aquela aura os contaminou. Trazem um pouco disso aqui, da força da cultura mineira, e
14 que consegue representar tão bem o país. A professora Andréia já mencionou que ele fez uma
15 fala sobre a questão do IFCH, e aprovaram aqui a moção lida por ela, mas comenta que deu
16 uma longa entrevista para a SEC sobre a questão das cotas, das políticas afirmativas, e mesmo
17 das cotas trans. Foi uma boa conversa com a senhora Patrícia, da SEC, e vale a pena, talvez, as
18 pessoas darem uma olhada, porque precisam construir em torno disso argumentos bastante
19 sólidos e valorizar essa decisão que estão tomando. Agradece a toda a equipe da Administração
20 Central, foi uma jornada bastante forte, mas que permitiu fazerem coisas pela Universidade.
21 Algumas eram coisas que, já no início, acreditava. Uma é um pouco deixar a Universidade
22 liberar suas energias. O principal recurso da Universidade são as pessoas, e as pessoas poderem
23 tomar iniciativas, ser uma estrutura que não seja necessariamente muito centralizada acha que
24 é uma coisa muito positiva. A outra questão que o incomodava um pouco é a ideia de que criam,
25 às vezes, barreiras. Eles mesmos criam barreiras dentro da Universidade e tendem a ver as
26 coisas como incompatíveis, o que os enfraquece muito como instituição. Não acha isso só das
27 universidades, mas do país; existem oportunidades imensas no país, mas essas oportunidades
28 dependem de como organizam a ação, onde colocam as divisões. E, às vezes, possuem uma
29 postura que é muito estreita de um lado ou de outro; colocam divisões de pessoas, privilegiam
30 muito as pessoas que são parecidas com eles, e isso é pouco transformador. Na ocasião do
31 evento da ProEEC com a Editora, durante o lançamento dos livros, disse que as pessoas que
32 têm uma visão progressista do mundo estão condenadas a construir maiorias. Mas, para
33 construir maiorias, precisam dialogar com o diferente e procurar, junto ao diferente, construir
34 uma agenda comum. Esse é o desafio de quem quer mudar o mundo. Não vai ser marcando
35 posição e falando o que pensam para pessoas que pensam igual que conseguem mudar este
36 mundo. No mundo de hoje, inclusive, é essa a tendência. A maior parte das pessoas gosta de
37 falar para os seus iguais, mas precisam falar para os diferentes e construir pontes. Então, quando
38 falam de inclusão, sustentabilidade, inovação, relação com empresa, relação com os poderes
39 públicos, relação com pessoas da área de segurança, de pessoas da área militar, de pessoas de
40 organizações sociais, o que estão querendo é interagir com o diferente para que essa interação

gere impacto. Isso não implica que vão deixar de ser democráticos, que não querem inclusão, que não querem justiça, que não querem desenvolvimento. Quando confiam muito naquilo que pensam, não têm medo de interagir com quem pensa diferente, de procurar desenvolver uma agenda comum. Essa foi a sua ideia desde o início da gestão. Devem ter uma visão aqui que valorize todo e qualquer saber nesta Universidade, que valorize a possibilidade de olhar cada problema com olhos diferentes, procurar o que é comum nessa agenda, e comum para levar para frente a sociedade. Querem uma sociedade mais justa, que valorize o meio ambiente, que valorize a sustentação, que valorize o desenvolvimento inclusivo. Isso é possível. Se não estiverem convencidos disso, não conseguem convencer ninguém. Esse é um desafio de uma instituição como a Unicamp, que tem essa riqueza de vários olhares aqui dentro. Esse era o desejo que tinha ao longo de toda a gestão, de trazer como perspectiva. Isso implica um desafio em como fazer pesquisa, em como ensinar na graduação e na pós-graduação, em como fazer extensão e assistência. Isso implica ser capaz de negociar soluções. Às vezes, possuem uma tendência forte de imaginar que as soluções são impossíveis porque as pessoas partem de ideias diferentes. Não necessariamente é verdade. Se focarem nas soluções, naquilo que querem resolver, às vezes diferentes visões de mundo podem convergir para a solução. Então, devem fortalecer as instâncias democráticas, negociar soluções, achar meios, caminhos. Às vezes não é exatamente o que querem, mas algo que cria confiança, que gera uma ação comum. Às vezes, na ação, vão convergindo nas ideias. São desafios como esse que podem manter ao longo do tempo. Não é pouca coisa serem uma universidade que está sempre entre as primeiras colocadas no país, na América Latina e no Caribe, e é uma universidade tão inclusiva como esta. Estão mostrando que essas coisas são compatíveis. Aumentar a compatibilidade das possibilidades é uma coisa muito importante para seguir em frente. Não é só importante para a Unicamp, é importante para a região, para o estado, para o país. Se vencem esses desafios, como disse o professor Sarti, podem colocar, de fato, uma agenda mais civilizada neste país. E quando fala isso, está, de alguma forma, conclamando as pessoas para que tenham essa agenda, agenda que dê legitimidade à palavra do outro. Olhar para o outro e falar que tem uma razão aqui, tem outra ali, e podem encontrar um meio campo nesse esforço de transformar as coisas. Foi isso que marcou desde o início o seu desejo de ação. Vai deixar os agradecimentos para o dia da transferência do cargo e algumas coisas que achou importantes que construíram ao longo desse tempo também para aquele dia. Mesmo porque o que quer é que a nova Reitoria mantenha essa perspectiva, acha que esse é o grande desafio, estabelecer convergências na comunidade. Isso não significa tirar diferenças, não significa não ser polêmico às vezes e discutir fortemente, mas ter essa capacidade de vetores que convirjam. Se conseguirem isso, terão muito potencial de mudança. Agradece a atenção de todos e agradece a cada uma das pessoas da equipe, pois sem elas seria impossível fazer a gestão. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 08 de abril de 2025.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **191ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 27 de maio de 2025, sem alterações.*